

Perfil e percepção social dos adolescentes em
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO
DISTRITO FEDERAL

2013

**Perfil e percepção social dos adolescentes em medida
socioeducativa no Distrito Federal**

Brasília
Dezembro, 2013

Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan
SAM, Projeção H, Ed. Codeplan
CEP: 70620-000 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-1021
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz – Governador

Nelson Tadeu Filippelli – Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA DO DISTRITO FEDERAL

Rejane Pitanga – Secretária de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Paulo Antenor de Oliveira – Secretário de Estado

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN

Júlio Miragaya – Presidente

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Júlio Miragaya – Diretor (respondendo)

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Oswaldo Russo de Azevedo – Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS

Wilson Ferreira de Lima – Diretor

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Salviano Antônio Guimarães Borges – Diretor

SECRETARIA GERAL

Edivan Batista Carvalho – Secretário Geral

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Oswaldo Russo – Diretor

Coordenação Geral

Jamila Zgiet

Equipe Técnica – Codeplan

Lídia Cristina Silva Barbosa

Márcia Roberta Vieira Matos

Maria Lúcia Marques Batista

Shirley de Fátima Rodrigues de Andrade

Equipe técnica – SECriança

Andreia dos Reis Elias

Fábio Félix Silveira

Fernanda Rabelo de Carvalho Beltrão

Júlia Galiza de Oliveira

Ludmila de Ávila Pacheco

Miriam Caetana de Souza Ferreira

Estagiários

Ana Carolina Narciso Nagib Murr (Psicologia)

Edmar Ferreira Souto M. Bonfim (Estatística)

Layla Tayz Rodrigues Marques (Serviço Social)

Maira Lins Bomfim (Serviço Social)

Equipe de campo

Adriana Maria Rodrigues Batista

Bruno Gustavo Carvalho Dela Bianca

Camila Mafra

Douglas Aparecido da Silva Gomes

Eliane Bonfada

Elvelayne Maria de Paula Almeida

Fabiola Eleutério Cavalcante

Jamila Zgiet

Juliana Gonçalves Magalhães

Maira Lins Bomfim

Marcia Roberta Vieira Matos

Maria Lucia Marques Batista

Mario de Carvalho

Miriam Caetana de Souza Ferreira

Nathalia de Vargas Haar

Patrícia de Sousa

Rafaela Luiza Silva Silvestre

Rosilene Maria de Oliveira

Sarah Lis de Resende Dias

Shirley de Fatima Rodrigues de Andrade

Apoio

Maria Nazaré Pereira

Denise Farias de Almeida

Dinalva Magalhães Schmidt

Luiz Antônio Castro Gomes

Maria das Dores dos Santos

Mércia Ribeiro Alexandre de Oliveira

Regis Werkhäuser Escalante

Editoração

Jamila Zgiet

Shirley de Fátima Rodrigues de Andrade

Capa

Jamila Zgiet

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1. Número e distribuição percentual dos adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por local de residência	20
Tabela 2. Número e distribuição percentual dos adolescentes em medida de liberdade assistida por local de residência	21
Tabela 3. Número e distribuição percentual dos adolescentes em medida de semiliberdade por local de residência	21
Tabela 4. Número e distribuição percentual dos adolescentes em medida de internação por Local de residência	22
Tabela 5. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por Unidade da Federação onde nasceram	22
Tabela 6. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por Unidade da Federação onde nasceram	23
Tabela 7. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por Unidade da Federação onde nasceram	23
Tabela 8. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por Unidade da Federação onde nasceram	23
Tabela 9. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade segundo o sexo	24
Tabela 10. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida segundo o sexo	24
Tabela 11. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade segundo o sexo	25
Tabela 12. Número e percentual de adolescentes em medida de internação segundo o sexo	25
Tabela 13. Número e percentual de adolescentes em que acumulam ou não a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade com a de liberdade assistida	25
Tabela 14. Número e percentual de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, por local onde a medida é cumprida	26
Tabela 15. Número e distribuição percentual de adolescentes em medida de prestação de serviço à comunidade por raça/cor	26
Tabela 16. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por raça/cor, segundo a unidade	27
Tabela 17. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por raça/cor, segundo a unidade	27
Tabela 18. Número e distribuição percentual de adolescentes em medida de internação por raça/cor, segundo a unidade	27
Tabela 19. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por idade	28
Tabela 20. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por idade	29

Tabela 21. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por idade e unidade de semiliberdade.....	29
Tabela 22. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por idade e unidade de internação	29
Tabela 23. Percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por religião que informam seguir	30
Tabela 24. Percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por religião que informam seguir.....	30
Tabela 25. Percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por religião que informam seguir	31
Tabela 26. Percentual de adolescentes em medida de internação por religião que informam seguir	31
Tabela 27. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade, segundo as pessoas com quem residem	32
Tabela 28. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida, segundo as pessoas com quem residem, por unidade	32
Tabela 29. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade, segundo as pessoas com quem residem, por unidade de semiliberdade	33
Tabela 30. Número e percentual de adolescentes em medida de internação, segundo as pessoas com quem residem, por unidade de internação	33
Tabela 31. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por situação civil/conjugal	34
Tabela 32. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por situação civil/conjugal	34
Tabela 33. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por situação civil/conjugal, segundo unidade de semiliberdade	34
Tabela 34. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por situação civil/conjugal, segundo unidade de internação.....	34
Tabela 35. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por existência ou não de filhos	35
Tabela 36. Número e Percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por existência de filhos, por unidade	35
Tabela 37. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por existência de filhos, segundo unidade de semiliberdade	35
Tabela 38. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por existência ou não de filhos, segundo unidade de internação.....	36
Tabela 39. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por nível de instrução e situação escolar	37
Tabela 40. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por nível de instrução e situação escolar	37
Tabela 41. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por nível de instrução e situação escolar	38

Tabela 42. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por nível de instrução e situação escolar	38
Tabela 43. Número e percentual de adolescentes reincidentes e não reincidentes em medida de prestação de serviços à comunidade	39
Tabela 44. Número e percentual de adolescentes reincidentes e não reincidentes em medida de liberdade assistida, por unidade.....	39
Tabela 45. Número e percentual de adolescentes reincidentes e não reincidentes em medida de semiliberdade, por unidade	40
Tabela 46. Número e percentual de adolescentes reincidentes e não reincidentes em medida de internação, por unidade	40
Tabela 47. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por número de passagens pelo sistema socioeducativo, segundo a unidade.....	41
Tabela 48. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por número de passagens pelo sistema socioeducativo, segundo a unidade.....	41
Tabela 49. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por número de passagens pelo sistema socioeducativo, segundo a unidade	42
Tabela 50. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por número de passagens pelo sistema socioeducativo, segundo a unidade	42
Tabela 51. Número e percentual de adolescentes por quantidade de evasões da semiliberdade durante o cumprimento da medida, por unidade de semiliberdade.....	42
Tabela 52. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por ato infracional.....	43
Tabela 53. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida, por ato infracional.....	44
Tabela 54. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por ato infracional, segundo unidade de semiliberdade	45
Tabela 55. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por ato infracional, segundo a unidade de internação	45
Tabela 56. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por itens com que costumam gastar dinheiro	46
Tabela 57. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por itens com que costumam gastar dinheiro.....	47
Tabela 58. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por itens com que costumam gastar dinheiro, segundo unidades de semiliberdade	47
Tabela 59. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por itens com que costumam gastar dinheiro, segundo unidades de internação	48
Tabela 60. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por renda familiar média mensal em salários mínimos.....	49
Tabela 61. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por renda familiar média mensal em salários mínimos	49

Tabela 62. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por renda familiar média mensal em salários mínimos, por unidade de semiliberdade	49
Tabela 63. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por renda familiar média mensal em salários mínimos, por unidade de internação	50
Tabela 64. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por histórico de trabalho antes dos 14 anos (trabalho infantil)	50
Tabela 65. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida, por histórico de trabalho antes dos 14 anos (trabalho infantil).....	51
Tabela 66. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por histórico de trabalho antes dos 14 anos (trabalho infantil), segundo unidade de semiliberdade	51
Tabela 67. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por histórico de trabalho antes dos 14 anos (trabalho infantil), segundo unidade de internação	52
Tabela 68. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por situação trabalhista	52
Tabela 69. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida, por situação trabalhista	53
Tabela 70. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por situação trabalhista, segundo unidade de semiliberdade	53
Tabela 71. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por situação trabalhista, segundo unidade de internação	54
Tabela 72. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por tempo de cumprimento da medida	55
Tabela 73. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por tempo gasto até o encaminhamento ao local de cumprimento da medida	56
Tabela 74. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida, por tempo de cumprimento da medida	56
Tabela 75. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por tempo de cumprimento da medida, segundo unidade de semiliberdade	56
Tabela 76. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por tempo de cumprimento da medida, segundo unidade de internação	57
Tabela 77. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por responsável por fornecer informação ou acompanhar o processo	58
Tabela 78. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por responsável por fornecer informação ou acompanhar o processo	58
Tabela 79. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por responsável por fornecer informação ou acompanhar o processo, segundo unidade de semiliberdade	58

Tabela 80. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por responsável por fornecer informação ou acompanhar o processo, segundo unidade de internação	59
Tabela 81. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por áreas de interesse para capacitação e ou trabalho	60
Tabela 82. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por áreas de interesse para capacitação e ou trabalho	60
Tabela 83. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por áreas de interesse para capacitação e ou trabalho	61
Tabela 84. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por áreas de interesse para capacitação e ou trabalho	61
Tabela 85. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por atividade física que gostam ou gostariam de praticar	62
Tabela 86. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por atividade física que gostam ou gostariam de praticar	63
Tabela 87. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por atividade física que gostam ou gostariam de praticar, segundo a unidade de semiliberdade	63
Tabela 88. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por atividade física que gostam ou gostariam de praticar, segundo a unidade de internação	64
Tabela 89. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por dificuldade para a prática de atividade física	65
Tabela 90. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por dificuldade para a prática de atividade física.....	65
Tabela 91. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por dificuldade para a prática de atividade física, segundo a unidade de semiliberdade.....	65
Tabela 92. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por dificuldade para a prática de atividade física, segundo a unidade de internação	66
Tabela 93. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por atividade de cultura e lazer que gostam ou gostariam de praticar	67
Tabela 94. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por atividade de cultura e lazer que gostam ou gostariam de praticar	67
Tabela 95. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por atividade de cultura e lazer que gostam ou gostariam de frequentar, segundo a unidade de semiliberdade.....	67
Tabela 96. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por atividade de cultura e lazer que gostam ou gostariam de praticar, segundo a unidade de internação.....	68
Tabela 97. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por tipo de violência sofrida na vida, segundo o sexo	69

Tabela 98. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por tipo de violência sofrida na vida, por sexo	69
Tabela 99. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por tipo de violência sofrida na vida, segundo unidade de semiliberdade.....	69
Tabela 100. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por tipo de violência sofrida na vida, segundo o sexo	70
Tabela 101. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por tipo de violência sofrida na vida, segundo a unidade de internação	70
Tabela 102. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por motivo associado à violência.....	71
Tabela 103. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por motivo associado à violência.....	71
Tabela 104. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por motivo associado à violência, segundo unidade de semiliberdade	72
Tabela 105. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por motivo associado à violência, segundo unidade de internação.....	72
Tabela 106. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por locais onde se sentem mais seguros e mais inseguros.....	73
Tabela 107. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por locais onde se sentem mais seguros e mais inseguros	73
Tabela 108. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por locais onde se sentem mais seguros, segundo a unidade	74
Tabela 109. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por locais onde se sentem mais inseguros, segundo a unidade	74
Tabela 110. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por locais onde se sentem mais seguros, segundo a unidade.....	75
Tabela 111. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por locais onde se sentem mais inseguros, segundo a unidade.....	75
Tabela 112. Percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade que concordaram com as afirmações referentes a plano de futuro	76
Tabela 113. Percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida que concordaram com as afirmações referentes a plano de futuro	76
Tabela 114. Percentual de adolescentes em medida de semiliberdade que concordaram com as afirmações referentes a plano de futuro, segundo unidade de semiliberdade.....	77
Tabela 115. Percentual de adolescentes em medida de internação que concordaram com as afirmações referentes a plano de futuro, segundo unidade de internação	77

Tabela 116. Percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade que concordaram com as afirmações referentes ao histórico sociofamiliar	78
Tabela 117. Percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida que concordaram com as afirmações referentes ao histórico sociofamiliar	78
Tabela 118. Percentual de adolescentes em medida de semiliberdade que concordaram com as afirmações referentes ao histórico sociofamiliar, segundo unidade de semiliberdade	79
Tabela 119. Percentual de adolescentes em medida de internação que concordaram com as afirmações referentes ao histórico sociofamiliar, segundo unidade de internação	79
Tabela 120. Percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade que concordaram com as afirmações referentes à experiência na medida	80
Tabela 121. Percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida que concordaram com as afirmações referentes à experiência na medida	81
Tabela 122. Percentual de adolescentes em medida de semiliberdade que concordaram com as afirmações referentes à experiência na medida, segundo unidade de semiliberdade	82
Tabela 123. Percentual de adolescentes em medida de internação que concordaram com as afirmações referentes à experiência na medida, segundo unidade de internação	83
Tabela 124. Percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade que concordaram com as afirmações referentes a saúde e educação	84
Tabela 125. Percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida que concordaram com as afirmações referentes a saúde e educação	85
Tabela 126. Percentual de adolescentes em medida de semiliberdade que concordaram com as afirmações referentes a saúde e educação, segundo unidade de semiliberdade	85
Tabela 127. Percentual de adolescentes em medida de internação que concordaram com as afirmações referentes a saúde e educação, segundo unidade de internação	85

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	16
METODOLOGIA	17
1. PERFIL	20
1.1 Local de residência	20
1.2 Naturalidade	22
1.3 Sexo	23
1.4 Raça/cor	26
1.5 Idade	28
1.6 Religião	30
1.7 Família	31
1.8 Nupcialidade e fecundidade	33
1.9 Escolarização	36
1.10 Reincidência	38
1.11 Atos infracionais	43
1.12 Perfil dos gastos, renda e trabalho	45
2. EXPERIÊNCIA SOCIOFAMILIAR E PERCEPÇÃO SOBRE A MEDIDA	55
2.1 Tempo e vínculo	55
2.2 Acompanhamento do processo	57
2.3 Capacitação profissional – áreas de interesse	59
2.4 Atividade física e cultura	62
2.5 Violência e segurança	68
2.6 Percepções diversas	76
3. AÇÕES DA SECRIANÇA PARA O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO (2011-2013)	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94

APRESENTAÇÃO

Em 13 de julho de 1990, foi promulgada a Lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma lei proclamada, mas não cumprida integralmente. Há, inclusive, uma sensação deformada na sociedade de que o Estatuto, ao proteger as crianças e os adolescentes, não estabelece também medidas de contenção aos autores de ato infracional.

Para melhor entender o arcabouço jurídico do ECA, é necessário resgatar a doutrina de proteção integral sobre a qual se fundamenta esse diploma legal. Impulsionada pelos avanços científicos da Psicologia, da Sociologia e do Direito, a legislação atual compreende a criança e o adolescente como pessoas em desenvolvimento que necessitam de proteção integral.

O ECA, dependendo do tipo e da gravidade da infração praticada, prevê a aplicação de medidas socioeducativas desde a prestação de serviços à comunidade até a internação em estabelecimento educacional especializado, passando pela liberdade assistida e pela semiliberdade. Hoje, esse sistema é responsável pelo atendimento de mais de mil adolescentes e jovens no Distrito Federal, sendo em sua maioria constituído por adolescentes pobres e extremamente pobres, pretos e pardos, entre 16 e 18 anos, do sexo masculino.

Essas características não são fruto do acaso. As crianças e os adolescentes, como pessoas em desenvolvimento, estão mais à mercê das mazelas de uma sociedade desigual pautada por valores consumistas num mundo injusto hegemônico pelo neoliberalismo. Aqueles que conseguem romper com o histórico de violação de direitos e alçar voos ao trabalho digno e dignificante e a níveis mais altos de ensino e de renda são, ainda, exceções, cuja vitória advém de um esforço tremendo, muito maior do que o feito pelas crianças e pelos adolescentes advindos de famílias já tradicionalmente inseridas em boas condições de vida.

Ainda que a pobreza não seja a única causa da vulnerabilidade social, ela fragiliza mais as crianças e os adolescentes nessa situação. Daí a importância de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que garante uma renda mínima à família, condicionada à permanência da criança na escola e fora do trabalho.

As políticas de redução da pobreza, de geração de emprego e de melhoria da qualidade dos serviços públicos de educação e saúde reforçam a prevenção. A redução da incidência e da reincidência de infração juvenil e da criminalidade passa também por melhores condições de habitação e pela existência de espaços públicos de lazer para que os jovens possam desenvolver as suas habilidades culturais e esportivas.

Apesar dos avanços sociais, uma sociedade que por décadas não cuidou das suas crianças e dos direitos humanos colhe hoje os frutos da violência estrutural e as consequências das desigualdades em um país que perdeu oportunidades históricas de democratizar o seu desenvolvimento, desde a abolição da escravatura, que apenas oficializou o que já estava em decadência, mas não garantiu aos escravos e seus filhos o acesso a terra e a escola. Em vez de violar o ECA reduzindo a maioria penal, exige-se o seu cumprimento integral – pelo Estado, pela sociedade e pela família – para que prevaleça a maioria da justiça e da sensatez.

Nesse sentido, é preciso efetivar os direitos constitucionais e cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, que asseguram à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, como dever do Estado, da família e da sociedade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à

convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Este estudo, coordenado pela Codeplan, faz parte de uma série de iniciativas do Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria da Criança, de efetivar e aperfeiçoar as políticas para a criança e o adolescente no Distrito Federal, ao lado da descentralização do Sistema de Atendimento Socioeducativo, da priorização de medidas em meio aberto e da construção do projeto político pedagógico. Essas ações objetivam, de um lado, prevenir e garantir o pleno desenvolvimento dos adolescentes e, de outro, possibilitar a ressocialização e um novo amanhã aos autores de ato infracional.

Rejane Pitanga
Secretária de Estado da Criança

Oswaldo Russo
Diretor de Estudos e Políticas Sociais/Codeplan

INTRODUÇÃO

Desde o rompimento do Estado Brasileiro com o paradigma “menorista”, que via as crianças e adolescentes como menores, não só em idade, mas também em direitos, a legislação tem se aprimorado no sentido da proteção integral desse público. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, é um marco dessa nova doutrina que tem guiado as políticas sociais no país.

A implementação do ECA é, até hoje, um desafio, com percalços diversos, que vão da opinião pública construída pela mídia até o perfil dos governantes, passível de alteração a cada eleição. Sem dúvida, os aspectos mais polêmicos da legislação são aqueles referentes ao cumprimento de medida socioeducativa. Recorrentemente, surgem discussões sobre uma suposta necessidade de redução da maioria penal, embasadas, prioritariamente, num discurso de impunidade, ou mesmo num discurso de ódio. Do outro lado, organizações, personalidades, comissões e grupos defensores dos direitos humanos manifestam-se, fiscalizam e agem para que a lei seja cumprida.

Nesse cenário de embate permanente foi implantado, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), em 2006, com diretrizes e parâmetros para a atenção aos adolescentes autores de ato infracional. O documento que fixa o sistema aponta alguns desafios para sua implementação, como: o conhecimento sobre a realidade das medidas e sobre a doutrina da proteção integral por parte dos atores do sistema; o apoio à produção e ao aproveitamento de informações, pesquisas e trabalhos sobre o tema; a ampliação de recursos humanos, físicos e orçamentários; a divulgação da realidade para discussão com a sociedade; a incorporação dos adolescentes em políticas públicas e sociais.

A pesquisa apresentada neste relatório foi demandada em 2012 pela Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal e demonstra interesse do Governo do Distrito Federal em obter, divulgar e trabalhar com informações de qualidade sobre a organização do sistema socioeducativo. Trata-se de um censo com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Distrito Federal, realizado pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan em parceria com a referida Secretaria de Estado.

Foram entrevistados adolescentes em todas as unidades de cumprimento de medida socioeducativa do Distrito Federal: Unidades de Atendimento em Meio Aberto, Unidades de Semiliberdade e Unidades de Internação. Foram abordadas questões sobre perfil socioeconômico, como sexo, raça/cor, idade, religião, nupcialidade, fecundidade, escolarização, renda e trabalho, sobre o ato infracional, incluindo aspectos como reincidência e quantidade de passagens pelo sistema socioeducativo, e sobre a experiência dos adolescentes na vida e no cumprimento da medida, como histórico de violência, sensação de segurança, acesso a atividades físicas, cultura e lazer, áreas de interesse para capacitação profissional e histórico sociofamiliar.

Esta é uma das maiores pesquisas de campo já realizadas sobre o tema no Brasil. Em 2006, foi realizado levantamento amostral abordando elementos semelhantes em São Paulo, na então Fundação Estadual pelo Bem-Estar do Menor (Febem), hoje Fundação Casa. No Distrito Federal, foram entrevistados mais de mil adolescentes, que revelaram a uma equipe qualificada um pouco de seu perfil, sua história, seus desejos e suas experiências, contribuindo enormemente para que a gestão os conheça e saiba como guiar a política socioeducativa.

METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada foi demandada pela Secretaria de Estado da Criança em maio de 2012. Naquela ocasião, a pretensão era maior em alguns aspectos e menor em outros: objetivava-se a realização de uma pesquisa ampla e aprofundada entre os adolescentes em cumprimento de medidas não restritivas de liberdade e de um levantamento sobre os egressos das medidas restritivas. Conforme o diálogo com a Secretaria era fortalecido, os objetivos mudaram, assim como as formas de atingi-los.

Foram pensados diversos instrumentos para coleta de dados diretamente com os adolescentes. Os primeiros, elaborados em fevereiro de 2013, eram grandes e detalhados, porém cansativos para quem responderia e com chances maiores de não resposta, considerando seu formato. Após diversas reuniões entre a equipe da Codeplan e a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, foram definidos quatro formulários – um para cada medida socioeducativa.

Na tentativa de atender às solicitações da Secretaria, os formulários (apêndices A, B, C e D) são divididos em duas partes: “identificação e perfil” e “percepção social e experiência na medida socioeducativa”. Na segunda, foi incluída uma questão que buscou captar aspectos não trabalhados ou pouco aprofundados nas questões anteriores. Assim, foram apresentadas afirmações para que o entrevistado informasse se elas se aplicavam ou não à sua realidade. Os itens referentes à percepção dos adolescentes foram elaborados com base nos parâmetros do Sinase.

A coleta dos dados foi realizada entre junho e julho de 2013 numa parceria entre a Codeplan e a Secretaria. Juntos, os órgãos compuseram duas equipes de pesquisa, sendo uma de 12 pesquisadores para aplicação dos formulários em medidas de meio fechado e outra de 10 pesquisadores para as demais medidas. O pessoal disponibilizado pela Secretaria era de técnicos de nível superior, sendo que os trabalhadores das medidas restritivas de liberdade aplicariam formulários nas medidas de meio aberto e vice-versa. Essa ordenação teve o objetivo de diminuir a interferência das percepções pessoais dos profissionais na aplicação do instrumento.

Em abril, foram aplicados, por pesquisadoras da Codeplan, formulários em pré-teste em uma unidade de internação e em uma unidade de atendimento em meio aberto. Na ocasião, foram apontadas algumas necessidades de alteração dos formulários, as quais foram incorporadas na versão final do instrumento.

Em junho, os pesquisadores da primeira equipe foram treinados pelas técnicas da Codeplan que participaram de toda a elaboração da pesquisa. A segunda equipe foi capacitada em julho. Nas ocasiões, os participantes foram apresentados ao projeto e ao formulário, tendo passado por uma fase de vivência em que simularam a aplicação dos instrumentos.

Foram entrevistados apenas adolescentes efetivos em cada medida, vinculados até o dia 1º de junho de 2013. Ou seja, não participaram aqueles que se encontravam em unidades fechadas provisoriamente, nem os que foram sentenciados no meio aberto, mas não vinculados às unidades. Para todas as medidas socioeducativas, foi feito contato prévio por telefone com os profissionais responsáveis, a fim de que organizassem a unidade para receber os pesquisadores.

Nas medidas restritivas de liberdade, as unidades precisaram desenvolver um fluxo de trabalho em que conseguissem deslocar os adolescentes até o local onde estavam os pesquisadores, sem que isso representasse um risco para ambos. Os pesquisadores realizaram as entrevistas nas próprias unidades, atingindo 100% dos adolescentes e jovens vinculados até a data limite – 1º de junho – nessas medidas. No caso da medida de semiliberdade, é preciso considerar a ocorrência de evasão, que interfere com frequência no número de pessoas nas unidades.

Nas unidades de atendimento em meio aberto, os adolescentes foram convocados por telegrama/aerograma e ou por telefone, dependendo da organização da unidade. Após a primeira aplicação, dado o excesso de ausências, foi feita uma repescagem, em que os adolescentes ausentes foram reconvocados a participar da pesquisa. Foram atingidos mais de 40% dos adolescentes considerados efetivos no meio aberto. As ausências podem se justificar pelo fato de os adolescentes estarem vinculados a atividades diversas, como trabalho e estudo.

Conforme os formulários eram aplicados, a Codeplan fazia uma revisão crítica de seu preenchimento a fim de minimizar problemas de digitação. As fases seguintes foram todas realizadas pela Codeplan, desde a digitação e o cruzamento de dados até sua análise e a elaboração deste relatório.

Em julho, agosto e setembro, os dados foram digitados na plataforma SharePoint, da Microsoft, em aplicação elaborada pela Gerência de Informática da Codeplan. Essa plataforma permitiu a exportação das bases em formato utilizável em outras ferramentas, como o R, software livre de análises de dados, o qual foi o principal meio utilizado para o cruzamento das variáveis coletadas. Também foram usados o SPSS e o Microsoft Excel, conforme necessidades específicas durante a elaboração do relatório. Os dados passaram por análise descritiva das pesquisadoras da Codeplan.

Medidas Socioeducativas no Distrito Federal e o Campo de Pesquisa

Segundo o ECA, quando um adolescente comete algum ato infracional, podem ser adotadas as seguintes medidas socioeducativas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional. As duas primeiras liberam o adolescente de vínculo com qualquer unidade de atendimento. A advertência consiste em uma repreensão judicial ao adolescente, no sentido de sensibilizá-lo e esclarecê-lo quanto às consequências dos atos infracionais e da reincidência. A reparação do dano é a restituição do dano ou do prejuízo econômico causado à vítima.

As demais, no entanto, exigem mais, tanto do adolescente quanto da equipe. A prestação de serviços à comunidade consiste na execução de trabalho de interesse da comunidade pelo adolescente, sem remuneração, por no máximo seis meses, com até oito horas semanais. No Distrito Federal, o encaminhamento ao serviço é feito pela Unidade de Atendimento em Meio Aberto (Uama). A liberdade assistida, por seu turno, envolve o acompanhamento do adolescente por uma equipe especializada da Uama, que deve criar vínculo com ele, e estabelecer, em parceria com o autor de ato infracional e sua família, o Plano Integrado de Atendimento (PIA). A partir do plano, devem ser desenvolvidas atividades em grupo e acompanhamento individual por um profissional de referência – assistente social, pedagogo ou psicólogo. A unidade deve também realizar os encaminhamentos necessários ao restabelecimento das condições de desenvolvimento saudável do adolescente.

A medida de semiliberdade imputa restrição parcial da liberdade dos autores de ato infracional. Trata-se de medida intermediária entre os meios aberto e fechado, que tenta manter o adolescente vinculado à comunidade e às atividades cotidianas, como educação e trabalho. Por fim, a medida de internação, a mais extrema, ocorre em casos de ato infracional mais grave ou em casos de reincidência. Vale lembrar que a lei considera ambiente de internação um estabelecimento educacional, e não com características que lembrem uma penitenciária. A internação imputada antes da sentença é provisória. Trata-se de medida cautelar, e não socioeducativa.

Embora haja muita dificuldade de compreensão dos trabalhadores e dos gestores das medidas quanto ao significado da socioeducação, as determinações do ECA, do Sinase e das recomendações internacionais de direitos humanos são suficientes para moldar os serviços. No entanto, comumente faltam recursos humanos em quantidade suficiente, formação continuada dos trabalhadores do sistema socioeducativo, capacitações pontuais, assim como há dificuldade na seleção adequada de profissionais que tenham perfil para o trabalho com essa população. Como a regulamentação do Sinase é recente, também é recente a profissionalização das carreiras que atuam nesse setor. Por muito tempo, o ECA foi aplicado parcialmente no Brasil, sendo os aspectos relativos à medida socioeducativa os mais negligenciados.

O Distrito Federal conta com 14 Unidades de Atendimento em Meio Aberto, responsáveis pelas medidas de Prestação de Serviços à Comunidade e de Liberdade Assistida, localizadas nas seguintes regiões administrativas: Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga. Para a medida de Semiliberdade, há três casas: em Taguatinga, no Gama e no Recantos das Emas. Há, ainda, cinco Unidades de Internação: Unidade de Internação do Plano Piloto (UIPP), Unidade de Internação de Planaltina (UIP), Unidade de Internação do Recanto das Emas (Unire), Unidade de Internação de São Sebastião (UISS) e Unidade de Atendimento Inicial (UAI). A UISS destina-se à internação provisória, enquanto a UAI conta com diversos serviços para os adolescentes no início do vínculo com o sistema, incluindo o pernoite daqueles que foram apreendidos pela polícia, mas ainda não encaminhados a nenhuma unidade.

1. PERFIL

A fim de conhecer os adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa no Distrito Federal, foram abordados alguns aspectos que permitem traçar um perfil socioeconômico, com informações que vão desde o sexo e a raça/cor até as pessoas com quem residem e a ocorrência ou não de reincidência no sistema socioeducativo. Os dados serão apresentados a seguir, por tema, sendo as informações detalhadas por medida, podendo apresentar-se também por unidade de cumprimento.

1.1 Local de residência

Observando a distribuição percentual dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa pelo local onde residem (Tabelas 1 a 4), nota-se que, dos 99 que estão vinculados à prestação de serviços à comunidade (PSC), o maior percentual – 25,3% – é residente no Recanto das Emas, seguido de Ceilândia, com 18,2%, e Gama, com 6,1%. Na medida de liberdade assistida (LA), cumprida por 450 dos entrevistados, os maiores registros percentuais ocorreram em Ceilândia, com 15,3% e Taguatinga e São Sebastião, ambos com 6,7%. Na medida de semiliberdade, que contou com 59 participantes na pesquisa, Samambaia apresentou o maior percentual de moradores, com 18,6%. Ceilândia e Santa Maria destacaram-se em seguida, com 15,3% e 10,2%, respectivamente. Na internação, 539 adolescentes foram entrevistados. Nessa medida, 20,2% dos participantes moram em Ceilândia, seguidos por 13,4% em Samambaia e 8,3% no Recanto das Emas. As regiões administrativas mais citadas pelos adolescentes, não coincidentemente, são conhecidas por sua baixa renda e carência em relação às políticas públicas.

Tabela 1. Número e distribuição percentual dos adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por local de residência

Local de residência	Adolescentes	
	N	%
Recanto das Emas	25	25,3
Ceilândia	18	18,2
Gama	6	6,1
SCIA/Estrutural	6	6,1
Brazlândia	5	5,1
Guará	4	4,0
São Sebastião	4	4,0
Sobradinho II	4	4,0
Samambaia	3	3,0
Santa Maria	3	3,0
Planaltina (GO)	3	3,0
Brasília	2	2,0
Taguatinga	2	2,0
Planaltina	2	2,0
Paranoá	2	2,0
Águas Lindas de Goiás	2	2,0
Outras	8	8,1
Total	99	100,0

Tabela 2. Número e distribuição percentual dos adolescentes em medida de liberdade assistida por local de residência

Local de residência	Adolescentes	
	N	%
Ceilândia	69	15,3
Taguatinga	30	6,7
São Sebastião	30	6,7
Recanto das Emas	28	6,2
Sobradinho	26	5,8
Samambaia	26	5,8
Sobradinho II	26	5,8
Gama	22	4,9
Santa Maria	20	4,4
Brazlândia	19	4,2
Itapoã	19	4,2
Planaltina (GO)	16	3,6
Planaltina	15	3,3
Paranoá	15	3,3
SCIA/Estrutural	14	3,1
Riacho Fundo	13	2,9
Cruzeiro	11	2,4
Outros	51	11,3
Total	450	100,0

Tabela 3. Número e distribuição percentual dos adolescentes em medida de semiliberdade por local de residência

Local de residência	Adolescentes	
	N	%
Samambaia	11	18,6
Ceilândia	9	15,3
Santa Maria	6	10,2
Taguatinga	5	8,5
Paranoá	4	6,8
Recanto das Emas	4	6,8
Itapoã	3	5,1
Brazlândia	2	3,4
Planaltina	2	3,4
Guará	2	3,4
Lago Norte	2	3,4
SCIA/Estrutural	2	3,4
Outros	7	11,9
Total	59	100,0

Tabela 4. Número e distribuição percentual dos adolescentes em medida de internação por Local de residência

Local de residência	Adolescentes	
	N	%
Ceilândia	109	20,2
Samambaia	72	13,4
Recanto das Emas	45	8,3
Planaltina	40	7,4
Santa Maria	33	6,1
Taguatinga	27	5,0
São Sebastião	24	4,5
Gama	22	4,1
SCIA/Estrutural	21	3,9
Sobradinho	18	3,3
Itapoã	17	3,2
Outros	111	20,6
Total	539	100,0

1.2 Naturalidade

Quanto à Unidade da Federação (UF) de nascimento dos adolescentes, constata-se que a maioria é nascida no Distrito Federal. O percentual de garotos nascidos na capital do país atingiu 92,9% na PSC, 85,6% na LA, 88,1% na Semiliberdade e 80,9% na Internação. Em seguida, destacam-se o estado de Goiás, que chega a representar 6,8% dos vinculados à Semiliberdade, e o Piauí, origem de 3,3% dos adolescentes internados. É curiosa a maior ocorrência de migrantes na medida de internação, o que pode sugerir pesquisas específicas sobre origem e histórico sociofamiliar.

Tabela 5. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por Unidade da Federação onde nasceram

UF de nascimento	N	%
Distrito Federal	92	92,9
Goiás	3	3,0
Minas Gerais	1	1,0
Paraíba	1	1,0
Piauí	1	1,0
Sergipe	1	1,0
Total	99	100,0

Tabela 6. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por Unidade da Federação onde nasceram

UF de nascimento	N	%
Distrito Federal	385	85,6
Goiás	14	3,1
Piauí	13	2,9
Maranhão	10	2,2
Minas Gerais	6	1,3
Bahia	4	0,9
Ceará	4	0,9
Outras	14	3,1
Total	450	100,0

Tabela 7. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por Unidade da Federação onde nasceram

UF de nascimento	N	%
Distrito Federal	52	88,1
Goiás	4	6,8
Bahia	1	1,7
Paraíba	1	1,7
Piauí	1	1,7
Total	59	100,0

Tabela 8. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por Unidade da Federação onde nasceram

UF de nascimento	N	%
Distrito Federal	436	80,9
Goiás	24	4,5
Piauí	18	3,3
Maranhão	16	3,0
Bahia	11	2,0
Pará	6	1,1
Outras	28	5,2
Total	539	100,0

1.3 Sexo

A maioria absoluta dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é do sexo masculino, devido a uma conjunção de fatores sociais, econômicos, históricos e culturais que favorecem seu envolvimento com os delitos.

Os meninos são 100% dos socioeducandos da semiliberdade, 97,6% da internação, 96% da PSC e 84,2% da LA. No caso da semiliberdade, vale destacar a inexistência de casas para o cumprimento voltadas para o público feminino no Distrito Federal, o que pode levar à escolha, por parte da autoridade competente, de medidas alternativas para as meninas.

Nas medidas restritivas de liberdade, só há registro de adolescentes do sexo feminino na Unidade de Internação do Recanto das Emas (Unire), onde há 13 meninas, 2,4% do total de internos de todas as unidades. Em toda a medida de PSC foram registradas quatro meninas, sendo uma no Gama, uma no Guará e duas em Sobradinho. Na LA, houve 71 meninas (15,8%) participantes da pesquisa, sendo 13 em Ceilândia, nove no Paranoá e oito em Sobradinho, unidades com maior número absoluto de adolescentes do sexo feminino.

Tabela 9. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade segundo o sexo

Unidade	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Recanto das Emas	25	100,0	0	0,0	25	100,0
Ceilândia	20	100,0	0	0,0	20	100,0
Brasília	6	100,0	0	0,0	6	100,0
Planaltina	5	100,0	0	0,0	5	100,0
São Sebastião	5	100,0	0	0,0	5	100,0
Brazlândia	4	100,0	0	0,0	4	100,0
Samambaia	3	100,0	0	0,0	3	100,0
Santa Maria	3	100,0	0	0,0	3	100,0
Taguatinga	3	100,0	0	0,0	3	100,0
Núcleo Bandeirante	2	100,0	0	0,0	2	100,0
Paranoá	2	100,0	0	0,0	2	100,0
Guará	8	88,9	1	11,1	9	100,0
Gama	5	83,3	1	16,7	6	100,0
Sobradinho	4	66,7	2	33,3	6	100,0
Total	95	96,0	4	4,0	99	100,0

Tabela 10. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida segundo o sexo

Unidade	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Gama	22	95,7	1	4,3	23	100,0
Brasília	24	88,9	3	11,1	27	100,0
Núcleo Bandeirante	24	88,9	3	11,1	27	100,0
Recanto das Emas	28	87,5	4	12,5	32	100,0
Taguatinga	34	87,2	5	12,8	39	100,0
Planaltina	25	86,2	4	13,8	29	100,0
Sobradinho	47	85,5	8	14,5	55	100,0
Brazlândia	16	84,2	3	15,8	19	100,0
São Sebastião	24	82,8	5	17,2	29	100,0
Santa Maria	18	81,8	4	18,2	22	100,0
Ceilândia	58	81,7	13	18,3	71	100,0
Samambaia	17	81,0	4	19,0	21	100,0
Guará	16	76,2	5	23,8	21	100,0
Paranoá	26	74,3	9	25,7	35	100,0
Total	379	84,2	71	15,8	450	100,0

Tabela 11. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade segundo o sexo

Unidade	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Recanto das Emas	24	40,7	0	0,0	24	100,0
Taguatinga	21	35,6	0	0,0	21	100,0
Gama	14	23,7	0	0,0	14	100,0
Total	59	100	0	0,0	59	100,0

Tabela 12. Número e percentual de adolescentes em medida de internação segundo o sexo

Unidade	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
UIP	81	100,0	0	0,0	81	100,0
UIPP	288	100,0	0	0,0	288	100,0
Unire	157	92,4	13	7,6	170	100,0
Total	526	97,6	13	2,4	539	100,0

A medida de PSC tem algumas peculiaridades que foram abordadas pela pesquisa. A primeira se refere à possibilidade de os adolescentes cumprirem a medida concomitantemente com a de LA, por determinação da justiça. Verifica-se que 74,7% dos adolescentes nessa medida estão nessa situação, enquanto 22,2% cumprem apenas PSC. 3% não souberam dizer se tinham vínculo com a Uama também por LA. É necessário melhorar o diálogo entre a gestão do sistema socioeducativo e as autoridades do Poder Judiciário, no sentido de definir melhor a forma como as medidas devem ser aplicadas e como isso deve ser informado aos adolescentes. A desinformação do significado da medida e de suas consequências é um indicador de problemas de comunicação com os socioeducandos.

Tabela 13. Número e percentual de adolescentes em que acumulam ou não a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade com a de liberdade assistida

Medidas cumpridas	N	%
PSC e LA acumuladas	74	74,7
Apenas PSC	22	22,2
Sem informação	3	3,0
Total	99	100,0

Outra diferença da PSC em relação às outras medidas é a necessidade de vinculação dos adolescentes com o órgão onde deve prestar serviço, além do vínculo com a Uama. A maior parte dos adolescentes cumpre a medida nos órgãos vinculados à Secretaria de Estado de Esporte, onde se destacam os Centros Olímpicos: 32,3%. O Jardim Zoológico é outro ponto receptor de adolescentes autores de ato infracional e conta com 12,1% dos cumpridores da medida. A Emater responde por 8,1% deles, enquanto a Secretaria de Estado de Cultura recebe 6,1%.

Tabela 14. Número e percentual de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, por local onde a medida é cumprida

Local de cumprimento	N	%
Secretaria de Estado de Esporte (Centros Olímpicos)	32	32,3
Lar dos Velinhos	9	9,1
Jardim Zoológico de Brasília	12	12,1
Jardim Botânico de Brasília	1	1,0
Emater (hortas)	8	8,1
Secretaria de Estado de Cultura	6	6,1
Administração Regional	11	11,1
Outro local	11	11,1
Não estão cumprindo	9	9,1
Total	99	100,0

1.4 Raça/cor

Quanto ao perfil de raça/cor, consideram-se negros aqueles que informam ser pretos ou pardos, conceito adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, a maioria dos adolescentes pesquisados declarou-se negra em todas as medidas, sobressaindo a semiliberdade, na qual 93,2% afirmam-se negros. Todos os adolescentes da Unidade de Semiliberdade de Taguatinga são pardos ou pretos.

O percentual de negros é de 78,8% na PSC. Na LA, chega a 80,2%, destacando-se as unidades de São Sebastião e Brazlândia, com 96,6% e 94,7% negros, respectivamente. Na medida de internação, a participação dos negros é de 80%. Em todas as unidades de todas as medidas socioeducativas, os percentuais de negros são superiores ao da população em geral no Distrito Federal, que fica em torno de 55%.

Esse dado reafirma a vulnerabilidade histórica da juventude negra, discriminada e marginalizada, frequentemente associada à criminalidade. A falta de acesso da população a bens, serviços, cultura e lazer evidentemente deixa esse grupo à mercê da força de vontade individual para superar os entraves impostos pela organização social.

Tabela 15. Número e distribuição percentual de adolescentes em medida de prestação de serviço à comunidade por raça/cor

Raça/cor	N	%
Negra	78	78,8
Não negra	18	18,2
Outra ou sem informação	3	3,0
Total	99	100,0

Tabela 16. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por raça/cor, segundo a unidade

Unidade	Não Negra		Negra		Outra ou sem informação		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Ceilândia	12	16,9	58	81,7	1	1,4	71	100,0
Sobradinho	8	14,5	45	81,8	2	3,6	55	100,0
Taguatinga	10	25,6	28	71,8	1	2,6	39	100,0
Paranoá	2	5,7	29	82,9	4	11,4	35	100,0
Recanto das Emas	5	15,6	25	78,1	2	6,3	32	100,0
Planaltina	9	31,0	20	69,0	0	0,0	29	100,0
São Sebastião	1	3,4	28	96,6	0	0,0	29	100,0
Brasília	6	22,2	21	77,8	0	0,0	27	100,0
Núcleo Bandeirante	9	33,3	16	59,3	2	7,4	27	100,0
Gama	3	13,0	20	87,0	0	0,0	23	100,0
Santa Maria	1	4,5	19	86,4	2	9,1	22	100,0
Guará	5	23,8	16	76,2	0	0,0	21	100,0
Samambaia	3	14,3	18	85,7	0	0,0	21	100,0
Brazlândia	1	5,3	18	94,7	0	0,0	19	100,0
Total	75	16,7	361	80,2	14	3,1	450	100,0

Tabela 17. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por raça/cor, segundo a unidade

Raça/cor	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Negra	12	85,7	22	91,7	21	100,0	55	93,2
Não negra	0	0,0	2	8,3	0	0,0	2	3,4
Outra ou sem informação	2	14,3	0	0,0	0	0,0	2	3,4
Total	14	100,0	24	100,0	21	100,0	59	100,0

Tabela 18. Número e distribuição percentual de adolescentes em medida de internação por raça/cor, segundo a unidade

Raça/cor	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Negra	235	81,6	130	76,5	66	81,5	431	80,0
Não negra	43	14,9	36	21,2	12	14,8	91	16,9
Sem informação	10	3,5	4	2,4	3	3,7	17	3,2
Total	288	100,0	170	100,0	81	100,0	539	100,0

1.5 Idade

Quanto à idade, a pesquisa mostra que a maior incidência de adolescentes em cumprimento de medida conta 17 anos, fim da adolescência e idade limite para o enquadramento do adolescente como autor de ato infracional. São dessa idade 35,4% dos adolescentes da PSC, 22,4% da LA (medida que tem maioria com 18 anos completos), 28,8% na semiliberdade e 31,2% da internação.

A segunda idade com maior incidência na maior parte das medidas é 18 anos, o que significa que os adolescentes completaram essa idade já enquanto cumpriam a medida ou que a determinação de cumprimento pela autoridade competente ocorreu após a maioridade.

Como é sabido, em muitos casos, é da fragilidade e das mazelas sociais que surge a infração como alternativa para inserção na sociedade. É conhecida também a utilização de adolescentes por pessoas com mais de 18 anos para acobertar ações ilícitas que culminariam em punição pela justiça comum, possivelmente em penitenciárias e com registro do ato no histórico criminal da polícia. O cumprimento de medida socioeducativa com frequência tem sua gravidade ignorada ou reduzida, não só pelos adultos, mas pelos próprios adolescentes, que não medem sua responsabilidade como cidadãos.

A idade de cumprimento das medidas leva à reflexão sobre a necessidade de agilidade na apuração dos casos levados à Delegacia da Criança e do Adolescente e mesmo sobre sua efetividade, dada a demora para sua imputação. Em muitos casos, durante as entrevistas da pesquisa, verificou-se que os adolescentes sequer sabiam o motivo que os levou ao cumprimento de medida.

Tabela 19. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por idade

Idade	N	%
13	1	1,0
14	4	4,0
15	10	10,1
16	13	13,1
17	35	35,4
18	21	21,2
19	12	12,1
20	3	3,0
Total	99	100,0

Tabela 20. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por idade

Idade	N	%
13	2	0,4
14	14	3,1
15	23	5,1
16	80	17,8
17	101	22,4
18	108	24,0
19	79	17,6
20	38	8,4
21	5	1,1
Total	450	100,0

Tabela 21. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por idade e unidade de semiliberdade

Idade	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
14	0	0,0	1	4,2	0	0,0	1	1,7
15	1	7,1	1	4,2	0	0,0	2	3,4
16	2	14,3	5	20,8	5	23,8	12	20,3
17	4	28,6	4	16,7	9	42,9	17	28,8
18	3	21,4	8	33,3	4	19,0	15	25,4
19	3	21,4	4	16,7	3	14,3	10	16,9
20	1	7,1	1	4,2	0	0,0	2	3,4
Total	14	100,0	24	100,0	21	100,0	59	100,0

Tabela 22. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por idade e unidade de internação

Idade	UIPP		UNIRE		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
13	0	0,0	1	0,6	0	0,0	1	0,2
14	11	3,8	3	1,8	1	1,2	15	2,8
15	20	6,9	8	4,7	7	8,6	35	6,5
16	39	13,5	19	11,2	19	23,5	77	14,3
17	102	35,4	47	27,6	19	23,5	168	31,2
18	72	25,0	52	30,6	20	24,7	144	26,7
19	33	11,5	32	18,8	9	11,1	74	13,7
20	10	3,5	8	4,7	6	7,4	24	4,5
Sem informação	1	0,3	0	0,0	0	0,0	1	0,2
Total	288	100,0	170	100,0	81	100,0	539	100,0

1.6 Religião

A religiosidade é forte característica da sociedade brasileira e é um importante componente na definição de comportamentos, no estabelecimento de escolhas pessoais e coletivas, influenciando enormemente nas práticas intrafamiliares e mesmo sociais dos cidadãos. Embora o ateísmo e o agnosticismo tenham cada vez mais adeptos, a maioria da população tem alguma religião. Segundo o Censo Demográfico de 2010, 9,7% dos homens brasileiros e 11,5% dos homens moradores do DF não têm religião. Entre as mulheres, esses percentuais são de 6,4% no Brasil e 7% no DF.

As características de quem cumpre medida socioeducativa são outras, revelando um afastamento do perfil majoritário da população, com um alto percentual de adolescentes sem religião: 42,4% na PSC, 44,9% na LA, 39% na semiliberdade e 46,2% na internação. Entre as religiões citadas, destaca-se o protestantismo em todas as medidas socioeducativas, ficando o catolicismo em segundo lugar.

Ainda que não sejam fundamentais para determinar as escolhas e a história de vida das pessoas, não é possível negar, num país como Brasil, com fraca formação sociopolítica de cidadania, a importância da religião para o incentivo e a disseminação de valores como solidariedade, bem-estar social, combate ao uso de drogas e à violência. No entanto, seriam necessários estudos específicos mais aprofundados para conhecer a verdadeira influência da prática religiosa no comportamento de pessoas que cometem delitos, principalmente no caso de adolescentes.

Tabela 23. Percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por religião que informam seguir

Religião	N	%
Não seguem religião	42	42,4
Protestante/Evangélica	29	29,3
Católica	28	28,3
Total	99	100,0

Tabela 24. Percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por religião que informam seguir

Religião	N	%
Não seguem religião	202	44,9
Protestante/Evangélica	145	32,2
Católica	96	21,3
Espírita/Espiritualista	5	1,1
Religiões afro-brasileiras	1	0,2
Sem informação	1	0,2
Total	450	100,0

Tabela 25. Percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por religião que informam seguir

Religião	N	%
Não seguem religião	23	39,0
Protestante/Evangélica	19	32,2
Católica	16	27,1
Sem informação	1	1,7
Total	59	100,0

Tabela 26. Percentual de adolescentes em medida de internação por religião que informam seguir

Religião	N	%
Não seguem religião	249	46,2%
Protestante/Evangélica	163	30,2%
Católica	113	21,0%
Sem informação	14	2,6%
Total	539	100%

1.7 Família

A família é de primordial importância no desenvolvimento da criança e do adolescente, na transmissão de valores e na formação de caráter, por meio do afeto, do estabelecimento de limites, do ensino informal exercido com o exemplo e da condução para objetivos de vida e planos de futuro.

A participação de adolescentes em atos infracionais está presente em todas as classes sociais, mas principalmente nas mais desfavorecidas, nas quais as políticas sociais são insuficientes para suprir as necessidades das famílias. Essas, pela falta de suporte estatal, pelo enfraquecimento de laços, pelo histórico de rompimentos, sofrimentos e privações, deixam de conseguir cumprir suas funções socialmente estipuladas.

O formulário de entrevista questionou com quem os adolescentes residem. Embora sempre se questione o lugar da família para os grupos marginalizados, os adolescentes entrevistados demonstraram vínculo familiar, especialmente com a mãe. Muitos também informaram residir com a avó, no entanto esse dado aparece junto daqueles que residem com familiares. Surpreende o percentual que informa residir com a mãe, com ou sem a presença de irmãos e outros familiares, mas sem a figura do pai ou do padrasto: 41,4% na PSC, 36,9% na LA, 54,2% na semiliberdade e 40,4% na internação. Ressalta-se que, na Unidade de Semiliberdade do Recanto das Emas, 58,3% dos adolescentes residem com a mãe, maior percentual dentre todos de todas as medidas e unidades.

Dos que afirmaram residir em famílias nucleares, ou seja, com a presença dos genitores com ou sem irmãos, destaca-se a PSC, com 33,3%, seguida pela LA, com 29,3%, pela internação, com 18,2%, e pela semiliberdade, com 16,9%. Observou-se grande variação nos percentuais de adolescentes nessa situação. Na LA, essa variação vai de 5,3% em Brazlândia a 40,9% em Santa Maria, fenômeno interessante para um momento de importantes modificações nos perfis da família brasileira. Em todas as medidas, os que declaram residir com o pai atingem os menores índices, que variam entre 2,4% na UIPP e 9,3% na LA de Sobradinho.

Os percentuais daqueles que residem apenas com familiares (avós, tios, primos, etc.) variaram nas medidas: 27,3% na PSC, 27,1% na LA, 16,9% na semiliberdade e 23,6% na internação. Na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga, essa proporção chega a 52,4%.

As tabelas mostram, ainda, os números referentes aos adolescentes que residem com companheira(o), padrasto, madrasta e outras composições domiciliares. A questão familiar é um ponto altamente importante no contexto dos adolescentes, por isso necessita ser analisado de forma aprofundada por novos estudos.

Tabela 27. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade, segundo as pessoas com quem residem

Pessoas com quem residem	N	%
Mãe	41	41,4
Mãe e Pai	33	33,3
Familiares	27	27,3
Companheira (o)	15	15,2
Mãe e padrasto	8	8,1
Pai	4	4,0
Pai e madrasta	4	4,0
Outros	6	6,1
Total de adolescentes	99	-

Tabela 28. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida, segundo as pessoas com quem residem, por unidade

Unidade	Mãe	Pai	Mãe e Pai	Mãe e padrasto	Pai e Madrasta	Familiares	Companheira (o)	Outros	Total de adolescentes	
									N	%
Brasília	33,3	3,7	37,0	11,1	3,7	40,7	0,0	0,0	27	-
Brazlândia	57,9	0,0	5,3	26,3	0,0	42,1	5,3	10,5	19	-
Ceilândia	25,4	1,4	35,2	11,3	0,0	23,9	19,7	12,7	71	-
Gama	30,4	8,7	30,4	8,7	0,0	47,8	8,7	4,3	23	-
Guará	42,9	0,0	38,1	0,0	0,0	19,0	9,5	23,8	21	-
Núcleo Bandeirante	44,4	3,7	37,0	3,7	0,0	14,8	7,4	11,1	27	-
Paranoá	34,3	0,0	25,7	17,1	2,9	17,1	8,6	14,3	35	-
Planaltina	48,3	0,0	10,3	20,7	0,0	17,2	20,7	10,3	29	-
Recanto das Emas	31,3	0,0	40,6	6,3	0,0	28,1	34,4	21,9	32	-
Samambaia	38,1	0,0	23,8	19,0	0,0	52,4	9,5	0,0	21	-
Santa Maria	27,3	13,6	40,9	4,5	0,0	27,3	0,0	4,5	22	-
São Sebastião	42,9	7,1	28,6	7,1	0,0	21,4	7,1	7,1	29	-
Sobradinho	46,3	9,3	14,8	11,1	3,7	27,8	11,1	3,7	55	-
Taguatinga	31,6	5,3	39,5	10,5	2,6	21,1	5,3	7,9	39	-
Total de adolescentes	36,9	3,8	29,3	11,2	1,1	27,1	11,9	9,6	450	-

Tabela 29. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade, segundo as pessoas com quem residem, por unidade de semiliberdade

Pessoas com quem residem	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mãe	7	50,0	14	58,3	11	52,4	32	54,2
Mãe e Pai	1	7,1	4	16,7	5	23,8	10	16,9
Familiares	3	21,4	5	20,8	2	9,5	10	16,9
Companheira (o)	3	21,4	1	4,2	1	4,8	5	8,5
Mãe e padrasto	1	7,1	0	0,0	3	14,3	4	6,8
Pai	0	0,0	2	8,3	1	4,8	3	5,1
Outros	3	21,4	0	0,0	0	0,0	3	5,1
Pai e Madrasta	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total de adolescentes	14	-	24	-	21	-	59	-

Tabela 30. Número e percentual de adolescentes em medida de internação, segundo as pessoas com quem residem, por unidade de internação

Pessoas com quem residem	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mãe	133	46,2	61	35,9	24	29,6	218	40,4
Familiares	57	19,8	52	30,6	18	22,2	127	23,6
Mãe e Pai	50	17,4	29	17,1	19	23,5	98	18,2
Mãe e padrasto	29	10,1	33	19,4	19	23,5	81	15,0
Companheira (o)	44	15,3	18	10,6	12	14,8	74	13,7
Pai	7	2,4	6	3,5	3	3,7	16	3,0
Pai e Madrasta	3	1,0	3	1,8	0	0,0	6	1,1
Outros	31	10,8	7	4,1	7	8,6	45	8,3
Total de adolescentes	288	-	170	-	81	-	539	-

1.8 Nupcialidade e fecundidade

A nupcialidade foi verificada na pesquisa por meio do questionamento sobre a situação civil/conjugal, entendendo que a vida em união independe de sua formalização. Os números referentes àqueles que residem com companheira(o) diferencia-se dos que aqui informam que vivem em união. Isso possivelmente ocorre porque vários adolescentes, quando em relacionamento caracterizado como namoro, dão à relação o status de casamento ou informam estarem casados.

Assim, nota-se que a expressiva maioria é solteira em todas as medidas. Chama atenção o fato de o menor percentual de solteiros estar na medida de internação, que é a mais restritiva. Isso pode denotar alguns aspectos de gênero, uma vez que os adolescentes permanecem vinculados a namoradas fora do ambiente de internação, o que aparece também em pesquisas com a população carcerária masculina. Mais uma vez, caberia a realização de pesquisa específica sobre os vínculos afetivos e a forma como se relacionam os adolescentes em medida socioeducativa.

Os percentuais de solteiros são: 81,8% na PSC, 84,4% na LA, 89,8% na semiliberdade e 75,4% na internação. O mais alto percentual ocorre na Unidade de Semiliberdade do Recanto

das Emas, com 95,8%. As proporções de socioeducandos em união apareceram da seguinte forma: 14,1% na PSC, 12,9% na LA, 8,5% na semiliberdade e 20,2% na internação. É baixo o percentual de socioeducandos que já viveram em união, embora não estivessem nessa condição quando da entrevista.

Tabela 31. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por situação civil/conjugal

Situação civil/conjugal	N	%
Solteiro (a)	81	81,8
Vive em união	14	14,1
Não vive, mas já viveu em união	4	4,0
Total	99	100,0

Tabela 32. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por situação civil/conjugal

Situação civil/conjugal	N	%
Solteiro (a)	380	84,4
Vive em união	58	12,9
Não vive, mas já viveu em união	11	2,4
Sem informação	1	0,2
Total	450	100,0

Tabela 33. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por situação civil/conjugal, segundo unidade de semiliberdade

Situação civil/conjugal	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiro (a)	10	71,4	23	95,8	20	95,2	53	89,8
Vive em união	3	21,4	1	4,2	1	4,8	5	8,5
Não vive, mas já viveu em união	1	7,1	0	0,0	0	0,0	1	1,7
Total	14	100,0	24	100,0	21	100,0	59	100,0

Tabela 34. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por situação civil/conjugal, segundo unidade de internação

Situação civil/conjugal	UIPP		UNIRE		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiro (a)	210	72,9	138	81,2	60	74,1	408	75,7
Vive em união	66	22,9	25	14,7	18	22,2	109	20,2
Não vive, mas já viveu em união	12	4,2	7	4,1	3	3,7	22	4,1
Total	288	100,0	170	100,0	81	100,0	539	100,0

Trata-se de uma população em idade reprodutiva, quando ocorre uma série de processos biopsicossociais capazes de fazer com que esse grupo fique muito vulnerável ao desemprego, à falta de apoio do Estado, à pressão da família por geração de renda. Nesse contexto, a paternidade ou a maternidade pode mudar drasticamente a construção social e histórica desses jovens.

Entre os socioeducandos, foi registrado o maior índice de adolescentes pais na medida de internação, 19,3%. Na LA, 18% dos adolescentes têm filhos. Na Uama do Recanto das Emas, esse percentual é de 28,1%. Na semiliberdade 15,2% declaram ter filhos, sendo que na unidade do Gama, essa proporção chega a 35,7%.

Tabela 35. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por existência ou não de filhos

Sem filhos		Com filhos		Total	
N	%	N	%	N	%
85	85,9	14	14,1	99	100,0

Tabela 36. Número e Percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por existência de filhos, por unidade

Unidade	N	%
Recanto das Emas	9	28,1
Brazlândia	5	26,3
Núcleo Bandeirante	7	25,9
Paranoá	9	25,7
Guará	5	23,8
Samambaia	5	23,8
Ceilândia	15	21,1
Sobradinho	8	14,5
Planaltina	4	13,8
São Sebastião	4	13,8
Gama	3	13,0
Taguatinga	5	12,8
Santa Maria	2	9,1
Brasília	0	0,0
Total com filhos	81	18,0

Tabela 37. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por existência de filhos, segundo unidade de semiliberdade

Unidade	N	%
Gama	5	35,7
Taguatinga	2	9,5
Recanto das Emas	2	8,3
Total com filhos	9	15,2

Tabela 38. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por existência ou não de filhos, segundo unidade de internação

Unidade	N	%
UIP	18	22,2
UIPP	57	19,8
Unire	29	17,1
Total com filhos	104	19,3

1.9 Escolarização

O direito à educação é previsto na Constituição brasileira e reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ensino obrigatório e gratuito é um direito de todos e obrigação do Estado e da família.

De acordo com o ECA, as medidas socioeducativas possuem caráter ético-pedagógico. É obrigatório, de acordo com os incisos X e XI do artigo 94 dessa legislação, o oferecimento de escolarização para os jovens que estejam cumprindo a medida de internação. Para aqueles que cumprem as medidas de PSC, LA e semiliberdade, há um incentivo para que os jovens frequentem a escola, afinal o escopo das medidas socioeducativas é oferecer socialização por meio de um processo educativo. Por isso, as ações do sistema socioeducativo têm um importante caráter intersetorial, cabendo à Secretaria de Estado da Criança mais do que a gestão do sistema, mas também – e talvez principalmente – a articulação entre as várias políticas, das quais se destaca a educação.

A preocupação com essa articulação não deve ocorrer somente no caso da medida de internação, com a garantia de existência de professores e salas de aula nas unidades, mas também no caso das medidas de meio aberto ou de semiliberdade. Assim, torna-se fundamental o estabelecimento de parcerias com escolas das comunidades onde as unidades se localizam, bem como a sensibilização e a mobilização da equipe de educação para lidarem com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Em relação à educação, 46,5% dos adolescentes que cumprem a medida de PSC declaram não estar estudando e 9,1% declaram estar matriculados, mas sem frequência à escola. 63,6% deles não têm instrução ou têm ensino fundamental incompleto. Trata-se de número preocupante, considerando as idades envolvidas, bem como as taxas de frequência escolar na população em geral: na idade adequada para o ensino fundamental, para a população do Distrito Federal, a frequência escolar líquida é próxima de 100%. No ensino médio, essa taxa é menor, mas superior a 80%.

Tabela 39. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por nível de instrução e situação escolar

Nível de instrução	Situação escolar						Total		
	Não estuda		Matriculado e frequenta		Matriculado e não frequenta				
	N	%	N	%	N	%	N	%	% medida
Sem instrução e ensino fundamental incompleto	31	49,2	26	41,3	6	9,5	63	100,0	63,6
Ensino fundamental completo e médio incompleto	14	42,4	16	48,5	3	9,1	33	100,0	33,3
Ensino médio completo e superior incompleto	1	33,3	2	66,7	0	0,0	3	100,0	3,0
Total	46	46,5	44	44,4	9	9,1	99	100,0	100,0

Dos adolescentes que estão em LA, 49,1% não estudam e 7,6% estão matriculados, mas não frequentam a classe. 61,6% dos adolescentes nessa medida não têm instrução ou têm ensino fundamental incompleto. Daqueles com ensino médio completo – que somam 5,1%, 26,1% (seis adolescentes) estão matriculados e frequentando o ensino superior.

Tabela 40. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por nível de instrução e situação escolar

Nível de instrução	Situação escolar						Total		
	Não estuda		Matriculado e frequenta		Matriculado e não frequenta				
	N	%	N	%	N	%	N	%	% medida
Sem instrução e ensino fundamental incompleto	148	53,4	105	37,9	24	8,7	277	100,0	61,6
Ensino fundamental completo e médio incompleto	56	37,3	84	56,0	10	6,7	150	100,0	33,3
Ensino médio completo e superior incompleto	17	73,9	6	26,1	0	0,0	23	100,0	5,1
Total	221	49,1	195	43,3	34	7,6	450	100,0	100,0

Quanto ao nível de instrução dos adolescentes que cumprem a medida de semiliberdade, 79,7% possuem ensino fundamental incompleto. Essa medida teve o mais baixo percentual de adolescentes com ensino médio completo, 1,7%.

Tabela 41. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por nível de instrução e situação escolar

Nível de instrução	Situação escolar						Total		
	Não estuda		Matriculado e frequenta		Matriculado e não frequenta				
	N	%	N	%	N	%	N	%	% medida
Sem instrução e ensino fundamental incompleto	17	36,2	27	57,4	3	6,4	47	100,0	79,7
Ensino fundamental completo e médio incompleto	4	36,4	7	63,6	0	0,0	11	100,0	18,6
Ensino médio completo e superior incompleto	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1	100,0	1,7
Total	21	35,6	35	59,3	3	5,1	59	100,0	100,0

Dentre os adolescentes que cumprem a medida de internação, 90,9% declararam estar matriculados e frequentarem as aulas, sendo que 82% dos internos têm ensino fundamental incompleto, 15,8% concluíram o ensino fundamental e 2,2% têm o ensino médio terminado.

Tabela 42. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por nível de instrução e situação escolar

Nível de instrução	Situação escolar						Total		
	Não estuda		Matriculado e frequenta		Matriculado e não frequenta				
	N	%	N	%	N	%	N	%	% medida
Sem instrução e ensino fundamental incompleto	27	6,1	405	91,6	10	2,3	442	100,0	82,0
Ensino fundamental completo e médio incompleto	2	2,4	83	97,6	0	0,0	85	100,0	15,8
Ensino médio completo e superior incompleto	10	83,3	2	16,7	0	0,0	12	100,0	2,2
Total	39	7,2	490	90,9	10	1,9	539	100,0	100,0

1.10 Reincidência

A reincidência é uma situação que traz à tona as falhas do sistema socioeducativo, uma vez que indica a ineficiência das abordagens, desde a da polícia, quando do primeiro contato com o adolescente, até a dos profissionais no cotidiano das medidas socioeducativas. Também é demonstração de falha do Poder Judiciário, na consideração das necessidades dos autores de ato infracional e nos encaminhamentos realizados para supri-las.

A PSC apresenta a taxa mais baixa de reincidência entre as medidas, com 28,3% dos socioeducandos. Aparentemente, a PSC é pouco utilizada e, quando o é, com frequência é

imputada juntamente com a LA. Nas entrevistas, foi possível perceber que a PSC não tem promovido fortalecimento das relações sociais e aproximação com o mundo do trabalho, o que seria interessante, considerando a faixa etária envolvida. O tempo de prestação de serviço estabelecido na medida costuma ser insuficiente para que seja criado vínculo entre os profissionais e os adolescentes, bem como destes com os orientadores no trabalho direto.

Tabela 43. Número e percentual de adolescentes reincidentes e não reincidentes em medida de prestação de serviços à comunidade

Adolescentes em PSC	N	%
Reincidentes	28	28,3
Não reincidentes	71	71,7
Total	99	100,0

Na LA, a taxa de reincidência é de 33,1%. A Uama de São Sebastião destaca-se com o maior percentual nessa medida, 57,1%, enquanto a que apresenta a menor proporção de reincidentes é a do Guará, com 23,8%.

Tabela 44. Número e percentual de adolescentes reincidentes e não reincidentes em medida de liberdade assistida, por unidade

Unidade	Reincidentes		Não reincidentes		Total	
	N	%	N	%	N	%
Brasília	8	29,6	19	70,4	27	100,0
Brazlândia	6	31,6	13	68,4	19	100,0
Ceilândia	23	32,4	48	67,6	71	100,0
Gama	6	26,1	17	73,9	23	100,0
Guará	5	23,8	16	76,2	21	100,0
Núcleo Bandeirante	7	25,9	20	74,1	27	100,0
Paranoá	13	37,1	22	62,9	35	100,0
Planaltina	10	34,5	19	65,5	29	100,0
Recanto das Emas	11	34,4	21	65,6	32	100,0
Samambaia	9	42,9	12	57,1	21	100,0
Santa Maria	9	40,9	13	59,1	22	100,0
São Sebastião	16	57,1	13	44,8	29	100,0
Sobradinho	14	25,9	41	74,5	55	100,0
Taguatinga	11	28,9	2	71,8	38	100,0
Total	148	33,1	302	67,1	450	100,0

Na semiliberdade, a reincidência é quase tão alta quanto a da internação. Nesse quesito, a Unidade de Semiliberdade do Recanto das Emas, unidade com maior número de adolescentes nessa medida, é a que apresenta o maior percentual de reincidentes, com 87,5%. A unidade do Gama, por seu turno, é a que apresenta menor proporção de reincidentes nessa medida, 71,4%, número ainda alto.

Tabela 45. Número e percentual de adolescentes reincidentes e não reincidentes em medida de semiliberdade, por unidade

Unidade	Reincidentes		Não reincidentes		Total	
	N	%	N	%	N	%
Gama	10	71,4	4	28,6	14	100,0
Recanto das Emas	21	87,5	3	12,5	24	100,0
Taguatinga	18	85,7	3	14,3	21	100,0
Total	49	83,1	10	16,9	59	100,0

A internação tem uma taxa de reincidência de 84,2%. A Unidade de Internação do Plano Piloto é a que possui o maior número de internos e a que também possui o maior número e maior percentual de reincidentes, com 87,1%, seguida pela Unidade do Recanto das Emas, com 82,9%.

Tabela 46. Número e percentual de adolescentes reincidentes e não reincidentes em medida de internação, por unidade

Unidade	Reincidentes		Não reincidentes		Total	
	N	%	N	%	N	%
UIPP	250	87,1	37	12,9	287	100,0
Unire	141	82,9	29	17,1	170	100,0
UIP	62	76,5	19	23,5	81	100,0
Total	453	84,2	85	15,8	538	100,0

Além da reincidência, foi verificada a quantidade de passagens dos adolescentes pelo sistema socioeducativo. Trata-se de indicador importante para observar se as medidas estão atingindo seus objetivos, dos quais se destaca impedir que o adolescente volte a cometer atos infracionais.

Nas duas medidas não restritivas de liberdade a maior parte dos adolescentes entrevistados estava em sua primeira passagem pelo sistema socioeducativo – 71,7% na PSC e 67,3% na LA. No entanto, nas medidas restritivas, a maioria dos socioeducandos tem de duas a cinco passagens: 64,4% na semiliberdade e 48,6% na internação. Dentre os internos, também é grande o percentual de reincidentes com ainda mais passagens: 23,6% com seis a 10 e 11,3% com 11 ou mais passagens.

Tabela 47. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por número de passagens pelo sistema socioeducativo, segundo a unidade

Unidades	Número de Passagens									
	1		2 a 5		6 a 10		11 ou mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Brasília	3	50,0	3	50,0	0	0,0	0	0,0	6	100,0
Brazlândia	3	75,0	1	25,0	0	0,0	0	0,0	4	100,0
Ceilândia	18	90,0	2	10,0	0	0,0	0	0,0	20	100,0
Gama	3	50,0	3	50,0	0	0,0	0	0,0	6	100,0
Guará	8	88,9	1	11,1	0	0,0	0	0,0	9	100,0
Núcleo Bandeirante	0	0,0	2	100,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0
Paranoá	1	50,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0
Planaltina	3	60,0	2	40,0	0	0,0	0	0,0	5	100,0
Recanto das Emas	18	72,0	7	28,0	0	0,0	0	0,0	25	100,0
Samambaia	2	66,7	1	33,3	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Santa Maria	2	66,7	0	0,0	1	33,3	0	0,0	3	100,0
São Sebastião	2	40,0	3	60,0	0	0,0	0	0,0	5	100,0
Sobradinho	5	83,3	1	16,7	0	0,0	0	0,0	6	100,0
Taguatinga	3	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Total	71	71,7	27	27,3	1	1,0	0	0,0	99	100,0

Tabela 48. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por número de passagens pelo sistema socioeducativo, segundo a unidade

Unidades	Número de Passagens									
	1		2 a 5		6 a 10		11 ou mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Brasília	19	70,4	4	14,8	1	3,7	3	11,1	27	100,0
Brazlândia	13	68,4	5	26,3	1	5,3	0	0,0	19	100,0
Ceilândia	49	69,0	17	23,9	3	4,2	2	2,8	71	100,0
Gama	17	73,9	5	21,7	1	4,3	0	0,0	23	100,0
Guará	16	76,2	4	19,0	1	4,8	0	0,0	21	100,0
Núcleo Bandeirante	20	74,1	7	25,9	0	0,0	0	0,0	27	100,0
Paranoá	22	62,9	11	31,4	0	0,0	2	5,7	35	100,0
Planaltina	19	65,5	10	34,5	0	0,0	0	0,0	29	100,0
Recanto das Emas	21	65,6	11	34,4	0	0,0	0	0,0	32	100,0
Samambaia	12	57,1	9	42,9	0	0,0	0	0,0	21	100,0
Santa Maria	13	59,1	9	40,9	0	0,0	0	0,0	22	100,0
São Sebastião	13	44,8	14	48,3	1	3,4	1	3,4	29	100,0
Sobradinho	41	74,5	13	23,6	1	1,8	0	0,0	55	100,0
Taguatinga	28	71,8	11	28,2	0	0,0	0	0,0	39	100,0
Total	303	67,3	130	28,9	9	2,0	8	1,8	450	100,0

Tabela 49. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por número de passagens pelo sistema socioeducativo, segundo a unidade

Unidades	Número de Passagens									
	1		2 a 5		6 a 10		11 ou mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Gama	4	28,6	7	50,0	3	21,4	0	0	14	100,0
Recanto das Emas	2	8,3	15	62,5	7	29,2	0	0,0	24	100,0
Taguatinga	3	14,3	16	76,2	1	4,8	1	4,8	21	100,0
Total	9	15,2	38	64,4	11	18,6	1	1,7	59	100,0

Tabela 50. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por número de passagens pelo sistema socioeducativo, segundo a unidade

Unidades	Número de Passagens									
	1		2 a 5		6 a 10		11 ou mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
UIPP	41	14,2	150	52,1	67	23,3	30	10,4	288	100,0
Unire	29	17,1	71	41,8	45	26,5	25	14,7	170	100,0
UIP	19	23,5	41	50,6	15	18,5	6	7,4	81	100,0
Total	89	16,5	262	48,6	127	23,6	61	11,3	539	100,0

Por fim, nesse quesito, foi analisada a ocorrência de evasões da semiliberdade, medida que congrega liberdade e restrição e, por isso, é ambiente mais propício a fugas do sistema. Assim, verificou-se que 33,9% dos adolescentes declararam nunca ter evadido da medida, enquanto 32,2% informaram ter evadido uma vez. Os demais evadiram duas ou mais vezes.

Tabela 51. Número e percentual de adolescentes por quantidade de evasões da semiliberdade durante o cumprimento da medida, por unidade de semiliberdade

Número de evasões	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	5	35,7	4	16,7	11	52,4	20	33,9
1	5	35,7	9	37,5	5	23,8	19	32,2
2	2	14,3	2	8,3	3	14,3	7	11,9
3	1	7,1	2	8,3	1	4,8	4	6,8
4	0	0,0	1	4,2	0	0,0	1	1,7
5 ou mais	1	7,1	4	16,7	1	4,8	6	10,2
Sem informação	0	0,0	2	8,3	0	0,0	2	3,4
Total	14	100,0	24	100,0	21	100,0	59	100,0

1.11 Atos infracionais

Dentre os atos infracionais que motivaram a medida socioeducativa – conforme declaração dos próprios entrevistados –, o mais cometido em todas as medidas é o roubo. Na PSC, esse ato infracional foi cometido por 46,5% dos adolescentes. Esse ato foi citado por 39,8% dos adolescentes na LA, 55,9% na semiliberdade e 42,1% na internação.

O tráfico de drogas é o segundo ato mais citado nas medidas não restritivas. Na internação, o homicídio é que está nessa posição, sendo responsável por 14,7% das internações. Isso ocorre pelo fato de essa medida destinar-se às situações mais graves.

Tabela 52. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por ato infracional*

Ato Infracional	N	%
Roubo	46	46,5
Tráfico de drogas	15	15,2
Furto	10	10,1
Posse ou porte ilegal de arma de fogo	7	7,1
Lesão corporal	4	4,0
Tentativa de homicídio	4	4,0
Porte e uso de drogas	2	2,0
Receptação	2	2,0
Outros	7	7,1
Sem informação	2	2,0
Total	99	100,0

*Em caso de mais de um ato infracional, foi registrado o de maior gravidade.

Tabela 53. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida, por ato infracional*

Ato infracional	N	%
Roubo	178	39,8
Tráfico de drogas	87	19,5
Posse ou porte ilegal de arma de fogo	45	10,1
Furto	44	9,8
Estupro/atentado violento ao pudor	15	3,4
Lesão corporal	13	2,9
Tentativa de homicídio	9	2,0
Ameaça	7	1,6
Receptação	7	1,6
Porte e uso de drogas	6	1,3
Rixa	4	0,9
Direção sem habilitação	3	0,7
Homicídio	3	0,7
Sequestro e cárcere privado	3	0,7
Tentativa de estupro	3	0,7
Ato obsceno	2	0,4
Desacato	2	0,4
Difamação	2	0,4
Quadrilha ou bando	2	0,4
Disparo de arma de fogo	1	0,2
Extorsão	1	0,2
Latrocínio	1	0,2
Pichação	1	0,2
Porte de arma branca	1	0,2
Tentativa de roubo	1	0,2
Sem informação	6	1,3
Total	447	100,0

*Em caso de mais de um ato infracional, foi registrado o de maior gravidade

Tabela 54. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por ato infracional*, segundo unidade de semiliberdade

Ato Infracional	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Roubo	6	42,9	13	54,2	14	66,7	33	55,9
Tráfico de drogas	1	7,1	5	20,8	2	9,5	8	13,6
Receptação	0	0,0	1	4,2	2	9,5	3	5,1
Tentativa de homicídio	1	7,1	2	8,3	0	0,0	3	5,1
Calúnia	1	7,1	1	4,2	0	0,0	2	3,4
Homicídio	1	7,1	0	0,0	1	4,8	2	3,4
Posse ou porte ilegal de arma de fogo	0	0,0	1	4,2	1	4,8	2	3,4
Sequestro e cárcere privado	1	7,1	0	0,0	1	4,8	2	3,4
Furto	1	7,1	0	0,0	0	0,0	1	1,7
Latrocínio	1	7,1	0	0,0	0	0,0	1	1,7
Lesão corporal	1	7,1	0	0,0	0	0,0	1	1,7
Tentativa de latrocínio	0	0,0	1	4,2	0	0,0	1	1,7
Total	14	100,0	24	100,0	21	100,0	59	100,0

*Em caso de mais de um ato infracional, foi registrado o de maior gravidade

Tabela 55. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por ato infracional*, segundo a unidade de internação

Ato Infracional	UIPP		Unire		Planaltina		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Roubo	132	45,8	71	41,8	24	29,6	227	42,1
Homicídio	35	12,2	24	14,1	20	24,7	79	14,7
Tentativa de homicídio	20	6,9	20	11,8	7	8,6	47	8,7
Tráfico de drogas	30	10,4	10	5,9	5	6,2	45	8,3
Posse ou porte ilegal de arma de fogo	20	6,9	9	5,3	8	9,9	37	6,9
Tentativa de latrocínio	15	5,2	12	7,1	7	8,6	34	6,3
Latrocínio	15	5,2	11	6,5	7	8,6	33	6,1
Sequestro e cárcere privado	6	2,1	4	2,4	1	1,2	11	2,0
Furto	4	1,4	4	2,4	1	1,2	9	1,7
Outros	11	3,8	5	2,9	1	1,2	17	3,2
Total	288	100,0	170	100,0	81	100,0	539	100,0

*Em caso de mais de um ato infracional, foi registrado o de maior gravidade

1.12 Perfil dos gastos, renda e trabalho

A fim de conhecer os interesses dos adolescentes, bem como compreender os produtos que eles gostam de consumir e o tipo de aspecto que os mobiliza, a pesquisa questionou com o que os socioeducandos costumam gastar dinheiro. Verificou-se que os itens de vestuário são os mais consumidos pelo grupo, em todas as medidas, tendo sido citado por cerca de 80% dos entrevistados.

O gasto com lazer fica em segundo lugar na PSC, com 65,7%, e na internação, com 51,2%, seguido, em ambos, pelo gasto com alimentação, 60,6% e 48,1%, respectivamente. O gasto com alimentação inclui a compra de lanches e refeições fora de casa, não significando, necessariamente, aquisição de produtos em supermercados, para compartilhar com a família. Esse item aparece em segundo lugar na LA, com 64,2%, e em terceiro lugar na semiliberdade, com 47,5%.

Muitos adolescentes declaram também auxiliar a renda da família, item que se destacou na semiliberdade, onde 50,8% dos entrevistados informaram utilizar dinheiro para isso. Na Unidade de Semiliberdade do Gama, esse percentual chega a 71,4%, revelando que, lá, os socioeducandos participam mais ativamente do cotidiano familiar.

Um aspecto relevante de análise é a tendência ao gasto com bebida e cigarro e com drogas ilícitas. Bebida e cigarro são alvo de compra para os adolescentes nas seguintes proporções: 33,3% na PSC; 34,2% na LA; 33,9% na semiliberdade; e 40,3% na internação. As drogas, por sua vez, geram custos para: 17,2% na PSC; 13,2% na LA; 22% na semiliberdade; e 37,1% na internação. É interessante verificar, por meio de outras pesquisas, os motivos que levam os adolescentes da internação a consumirem mais drogas ou a se disporem a gastar mais dinheiro com isso. Outro aspecto a considerar é o baixo percentual de entrevistados que afirmaram gastar com educação.

Tabela 56. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por itens com que costumam gastar dinheiro

Itens	N	%
Itens de vestuário	80	80,8
Lazer	65	65,7
Alimentação	60	60,6
Auxiliar a renda da família	37	37,4
Bebida (álcool) ou cigarro (tabaco)	33	33,3
Equipamentos eletrônicos	30	30,3
Itens de higiene pessoal	26	26,3
Transporte	23	23,2
Drogas	17	17,2
Outros	8	8,1
Cursos/educação	4	4,0
Sem informação	1	1,0
Total de adolescentes	99	-

Tabela 57. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por itens com que costumam gastar dinheiro

Itens	N	%
Itens de vestuário	367	82,1
Alimentação	287	64,2
Lazer	259	57,9
Auxiliar a renda da família	192	43,0
Itens de higiene pessoal	189	42,3
Equipamentos eletrônicos	154	34,5
Bebida (álcool) ou cigarro (tabaco)	153	34,2
Transporte	128	28,6
Droga	59	13,2
Cursos/educação	25	5,6
Outros	43	9,6
Sem informação	4	0,9
Total de adolescentes	447	-

Tabela 58. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por itens com que costumam gastar dinheiro, segundo unidades de semiliberdade

Itens	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Itens de vestuário	11	78,6	18	75,0	16	76,2	45	76,3
Auxiliar a renda da família	10	71,4	11	45,8	9	42,9	30	50,8
Alimentação	7	50,0	12	50,0	9	42,9	28	47,5
Lazer	8	57,1	8	33,3	11	52,4	27	45,8
Bebida (álcool) ou cigarro (tabaco)	7	50,0	8	33,3	5	23,8	20	33,9
Itens de higiene pessoal	6	42,9	9	37,5	0	0,0	15	25,4
Equipamentos eletrônicos	5	35,7	4	16,7	4	19,0	13	22,0
Drogas	3	21,4	6	25,0	4	19,0	13	22,0
Transporte	6	42,9	4	16,7	0	0,0	10	16,9
Cursos/Educação	0	0,0	0	0,0	1	4,8	1	1,7
Outros	3	21,4	1	4,2	4	19,0	8	13,6
Total de adolescentes	14	-	24	-	21	-	59	-

Tabela 59. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por itens com que costumam gastar dinheiro, segundo unidades de internação

Itens	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Itens de vestuário	234	81,3	136	80,0	71	87,7	441	81,8
Lazer	138	47,9	97	57,1	41	50,6	276	51,2
Alimentação	147	51,0	75	44,1	37	45,7	259	48,1
Auxiliar a renda da família	113	39,2	77	45,3	29	35,8	219	40,6
Bebida (álcool) ou cigarro (tabaco)	112	38,9	71	41,8	34	42,0	217	40,3
Drogas	96	33,3	72	42,4	32	39,5	200	37,1
Itens de higiene pessoal	74	25,7	37	21,8	16	19,8	127	23,6
Equipamentos eletrônicos	52	18,1	41	24,1	29	35,8	122	22,6
Transporte	46	16,0	30	17,6	11	13,6	87	16,1
Cursos/educação	4	1,4	1	0,6	2	2,5	7	1,3
Outros	25	8,7	20	11,8	6	7,4	51	9,5
Sem informação	2	0,7	1	0,6	0	0,0	3	0,6
Total de adolescentes	288	-	170	-	81	-	539	-

A renda familiar foi outro aspecto investigado. Embora os adolescentes respondessem em valores, os pesquisadores foram orientados a registrar as respostas em quantidade de salários mínimos, em média. Não se trata, portanto, de renda per capita, estando aqui dispostos os números referentes à renda total administrada pela família mensalmente.

Verificou-se, nessa questão, um grande percentual dos adolescentes que não deram resposta. Isso ocorreu, principalmente, pelo desconhecimento deles quanto à dinâmica financeira do domicílio, o que pode revelar, também, certo afastamento ou certa fragilidade de vínculos familiares, que não extrapolam o afeto ou as funções socialmente estabelecidas, de cuidado da mãe com os filhos, por exemplo. O percentual de desconhecimento sobre o assunto chegou a 49,9% na internação.

Em todas as medidas, a maioria dos adolescentes que informaram a renda revelou advir de domicílios com renda média mensal de mais de um a dois salários mínimos (SM): 36,7% na PSC, 33,2% na LA, 47,1% na semiliberdade e 35,9% na internação. Em seguida estão aqueles de famílias com renda de mais de dois a três SM, compondo 26,7% na PSC, 26,2% na LA e 26,5% na semiliberdade. A exceção a essa regra é a internação, que tem em segundo lugar os adolescentes de domicílios com renda de meio a um SM, com 26,7%. Apenas na LA apareceram adolescentes com renda familiar média superior a 10 SM, os quais compuseram 3% desses socioeducandos.

Tabela 60. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por renda familiar média mensal em salários mínimos

Renda familiar média mensal em salários mínimos	N	%
Meio a 1	7	11,7
Mais de 1 a 2	22	36,7
Mais de 2 a 3	16	26,7
Mais de 3 a 5	9	15,0
Mais de 5 a 10	6	10,0
Total líquido	60	100,0
Sem informação	39	39,4

Tabela 61. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por renda familiar média mensal em salários mínimos

Renda familiar média mensal em salários mínimos	N	%
Até meio	3	1,0
Meio a 1	41	13,8
Mais de 1 a 2	99	33,2
Mais de 2 a 3	79	26,2
Mais de 3 a 5	53	17,8
Mais de 5 a 10	15	5,0
Mais de 10	9	3,0
Total líquido	298	100,0
Sem informação	151	33,6

Dentre as unidades de semiliberdade, verifica-se maior homogeneidade no Gama, em que todos os respondentes – oito – informaram ter renda familiar de mais de um a três SM. Os demais não souberam responder. No Recanto das Emas e em Taguatinga, os maiores percentuais são os mesmos encontrados nas demais medidas, ficando em primeiro lugar a faixa de mais de um a dois SM, com 33,3% na primeira unidade e 63,6% na segunda. Das unidades de semiliberdade, o maior percentual de desconhecimento do assunto ocorreu em Taguatinga, com 47,6% dos adolescentes.

Tabela 62. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por renda familiar média mensal em salários mínimos, por unidade de semiliberdade

Renda familiar média mensal em salários mínimos	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Meio a 1	0	0,0	4	26,7	1	9,1	5	14,7
Mais de 1 a 2	4	50,0	5	33,3	7	63,6	16	47,1
Mais de 2 a 3	4	50,0	4	26,7	1	9,1	9	26,5
Mais de 3 a 5	0	0,0	1	6,7	1	9,1	2	5,9
Mais de 5 a 10	0	0,0	1	6,7	1	9,1	2	5,9
Total líquido	8	100,0	15	100,0	11	100,0	34	100,0
Sem informação	6	42,8	9	37,5	10	47,6	25	42,4

As unidades de internação apresentaram perfil aproximado nesse quesito, sempre com maioria na faixa de mais de um a dois SM, seguido da de meio a um SM, com exceção da UIP, cuja segunda posição fica ocupada pela mesma observada nas demais medidas, de dois a três SM. A Unire é a mais possui adolescentes de famílias com renda entre mais de cinco e 10 salários mínimos, com 5,7%. A UIPP, por seu turno, foi a principal responsável pelo alto percentual de adolescentes que desconhecem a situação financeira da família, chegando a 51,7% do total.

Tabela 63. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por renda familiar média mensal em salários mínimos, por unidade de internação

Renda familiar média mensal em salários mínimos	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Até meio	6	4,3	1	1,1	1	2,3	8	3,0
Meio a 1	43	30,9	19	21,8	10	22,7	72	26,7
Mais de 1 a 2	51	36,7	32	36,8	14	31,8	97	35,9
Mais de 2 a 3	22	15,8	17	19,5	13	29,5	52	19,3
Mais de 3 a 5	13	9,4	13	14,9	4	9,1	30	11,1
Mais de 5 a 10	4	2,9	5	5,7	2	4,5	11	4,1
Total líquido	139	100,0	87	100,0	44	100,0	270	100,0
Sem informação	149	51,7	83	48,8	37	45,7	269	49,9

Nesse tema, também foi investigado histórico de trabalho infantil entre os adolescentes, com ênfase em uma de suas piores formas, o tráfico de drogas, ainda raramente considerado uma forma de exploração de mão de obra. A maioria dos adolescentes em todas as medidas, exceto a de internação, não tem histórico de trabalho antes dos 14 anos. Também com exceção da internação, as atividades já exercidas pela maior parte daqueles que declararam ter trabalhado nessa faixa etária foram alheias ao tráfico de drogas, configurando atividades lícitas, comuns ou tradicionais.

Verificou-se que grande parte dos jovens que cumprem PSC, 69,7%, declarou não ter exercido nenhuma atividade trabalhista antes dos 14 anos. 4% declararam ter trabalhado antes dos 14 anos, mesclando alguma atividade trabalhista tradicional com atividades no tráfico de drogas. 3% trabalharam apenas no tráfico de drogas antes dos 14 anos.

Tabela 64. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por histórico de trabalho antes dos 14 anos (trabalho infantil)

Histórico de trabalho antes dos 14 anos	N	%
Sem histórico de trabalho antes dos 14 anos	69	69,7
Tráfico de drogas	3	3,0
Outras atividades	23	23,2
Tráfico de drogas e outras atividades	4	4,0
Total	99	100,0

Na LA também há um grande número de jovens, 62,4%, que declararam não ter exercido atividade trabalhista antes dos 14 anos. 24,8% informaram já ter exercido algum trabalho e 7,8% declararam ter trabalhado exclusivamente no tráfico de drogas na idade considerada.

Tabela 65. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida, por histórico de trabalho antes dos 14 anos (trabalho infantil)

Histórico de trabalho antes dos 14 anos	N	%
Sem histórico de trabalho antes dos 14 anos	279	62,4
Tráfico de drogas	35	7,8
Outras atividades	111	24,8
Tráfico de drogas e outras atividades	18	4,0
Sem informação	4	0,9
Total	447	100,0

Das três unidades de semiliberdade, a unidade de Taguatinga é a que possui o maior percentual de jovens que não exerceu trabalho infantil, com 66,7%, além de ser a única unidade que não possui registro de jovens que tenham trabalhado para o tráfico de drogas e exercido outras atividades concomitantemente. A unidade do Gama é a que possui o maior percentual de jovens que trabalharam no tráfico de drogas e em outras atividades, com 28,6%, e que exerceram alguma atividade exclusiva no tráfico de drogas, com 14,3%.

Tabela 66. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por histórico de trabalho antes dos 14 anos (trabalho infantil), segundo unidade de semiliberdade

Histórico de trabalho antes dos 14 anos	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem histórico de trabalho antes dos 14 anos	5	35,7	12	50,0	14	66,7	31	52,5
Tráfico de drogas	2	14,3	2	8,3	2	9,5	6	10,2
Outras atividades	3	21,4	7	29,2	4	19,0	14	23,7
Tráfico de drogas e outras atividades	4	28,6	3	12,5	0	0,0	7	11,9
Sem informação	0	0,0	0	0,0	1	4,8	1	1,7
Total	14	100,0	24	100,0	21	100,0	59	100,0

Na medida de internação, quando observada a situação por unidade, verifica-se que, apesar de a unidade do Recanto das Emas ter o maior percentual de socioeducandos que não exerceram trabalho infantil, com 38,2%, também é a unidade com o maior percentual de jovens que exerceram alguma atividade exclusiva no tráfico de drogas antes dos 14 anos, 41,2%. A unidade de Planaltina é a que possui o maior percentual de jovens que trabalharam antes dos 14 anos em atividades lícitas, com 18,5%.

Tabela 67. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por histórico de trabalho antes dos 14 anos (trabalho infantil), segundo unidade de internação

Histórico de trabalho antes dos 14 anos	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Tráfico de drogas	114	39,6	70	41,2	29	35,8	213	39,5
Tráfico de drogas e outras atividades	22	7,6	15	8,8	8	9,9	45	8,3
Outras atividades	44	15,3	19	11,2	15	18,5	78	14,5
Sem histórico de trabalho antes dos 14 anos	106	36,8	65	38,2	29	35,8	200	37,1
Sem informação	2	0,7	1	0,6	0	0,0	3	0,6
Total	288	100,0	170	100,0	81	100,0	539	100,0

Ao abordar a situação trabalhista dos entrevistados, foi considerada a condição atual dos adolescentes em medidas não restritivas e na semiliberdade. Para a internação, foi considerada a situação imediatamente anterior à apreensão. No caso, não foi considerado o trabalho no tráfico de drogas.

Nas medidas não restritivas, verifica-se que a maior parte dos entrevistados informou já ter trabalhado, mas não estar trabalhando no momento – 31,3% na PSC e 36% na LA. Os que nunca trabalharam aparecem em segundo lugar em todas as medidas, exceto LA, com: 25,3% na PSC, 28,8% na semiliberdade e 24,5% na internação. Na LA, os trabalhadores do mercado informal ocupam a segunda posição, com 23,5%, grupo que fica em destaque na internação, com 56,4%. A semiliberdade apresenta o maior percentual de adolescentes no trabalho formal – 40,7%. Esse dado pode ser reforçado pelo cumprimento da medida e pelos encaminhamentos realizados pelo próprio sistema socioeducativo.

Observa-se relevante vínculo informal dos socioeducandos no trabalho e participação ínfima no Programa Menor Aprendiz, o qual poderia ser reforçado ou garantir cotas aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. No entanto, vale ressaltar que a baixa escolaridade identificada na pesquisa também corrobora o problema da ausência de vínculo empregatício, o baixo percentual de estagiários e as dificuldades de acesso ao trabalho ou à capacitação profissional.

Tabela 68. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por situação trabalhista

Situação trabalhista	N	%
Já trabalharam, mas não trabalham no momento	31	31,3
Nunca trabalharam	25	25,3
Trabalham no mercado informal	25	25,3
Trabalham no mercado formal/CTPS	11	11,1
Trabalham como autônomos(as)	4	4,0
Trabalham como estagiários(as)	3	3,0
Total	99	100,0

Tabela 69. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida, por situação trabalhista

Situação trabalhista	N	%
Já trabalharam, mas não trabalham no momento	161	36,0
Trabalham no mercado informal	105	23,5
Trabalham no mercado formal/CTPS	71	15,9
Nunca trabalharam	65	14,5
Trabalham como autônomos(as)	25	5,6
Trabalham como estagiários(as)	16	3,6
Trabalham como adolescentes aprendizes	4	0,9
Total	447	100,0

Na semiliberdade, a unidade do Recanto das Emas é a que possui o maior percentual de adolescentes que trabalham no mercado formal, 54,2%, enquanto a unidade do Gama possui o maior percentual de jovens que nunca trabalharam, com 35,7%, e a única que não possui nenhum jovem estagiando. No entanto, apresenta o maior percentual de jovens inseridos no programa Menor Aprendiz, com 14,3. A unidade de Taguatinga é a que possui a maior proporção de jovens estagiários, 19%.

Tabela 70. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por situação trabalhista, segundo unidade de semiliberdade

Situação trabalhista	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Trabalham no mercado formal/CTPS	4	28,6	13	54,2	7	33,3	24	40,7
Nunca trabalharam	5	35,7	6	25,0	6	28,6	17	28,8
Trabalham no mercado informal	2	14,3	2	8,3	1	4,8	5	8,5
Trabalham como adolescentes aprendizes	2	14,3	1	4,2	2	9,5	5	8,5
Trabalham como estagiários(as)	0	0,0	1	4,2	4	19,0	5	8,5
Já trabalharam, mas não trabalham no momento	1	7,1	0	0,0	1	4,8	2	3,4
Trabalham como autônomos(as)	0	0,0	1	4,2	0	0,0	1	1,7
Total	14	100,0	24	100,0	21	100,0	59	100,0

Todas as unidades de internação têm grande percentual de jovens que trabalhavam no mercado informal quando apreendidos, sendo que, na UIPP e na Unire, esse grupo é maioria, com 60,4% e 54,7%, respectivamente. A UIP possui o maior percentual de jovens que nunca trabalharam, com 27,2%. A quantidade de jovens inseridos no trabalho formal antes do cumprimento da medida é muito pequena em todas as unidades, variando entre 3,5%, na Unire e 4,5% na UIPP.

Tabela 71. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por situação trabalhista, segundo unidade de internação

Situação trabalhista*	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Trabalhavam no mercado informal	174	60,4	93	54,7	37	45,7	304	56,4
Nunca trabalharam	68	23,6	42	24,7	22	27,2	132	24,5
Já trabalharam, mas não estavam trabalhando quando apreendidos	24	8,3	19	11,2	15	18,5	58	10,8
Trabalhavam no mercado formal/CTPS	13	4,5	6	3,5	3	3,7	22	4,1
Trabalhavam como adolescente aprendiz	2	0,7	6	3,5	3	3,7	11	2,0
Trabalhavam como estagiários(as)	5	1,7	2	1,2	0	0,0	7	1,3
Trabalhavam como autônomos(as)	2	0,7	2	1,2	1	1,2	5	0,9
Total	288	100,0	170	100,0	81	100,0	539	100,0

*situação imediatamente anterior ao cumprimento da medida

2. EXPERIÊNCIA SOCIOFAMILIAR E PERCEPÇÃO SOBRE A MEDIDA

2.1 Tempo e vínculo

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece prazos para cumprimento das medidas. Na medida de prestação de serviços à comunidade, o período não pode exceder a seis meses. Na liberdade assistida, a norma determina prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada a qualquer tempo. Não há especificação de prazo na inserção em regime de semiliberdade e a internação não está condicionada a prazo pré-fixado, dependendo a sua manutenção de avaliações semestrais. Há, porém, limite de três anos e liberação compulsória quando o interno completa vinte e um anos de idade.

A pesquisa buscou verificar há quanto tempo os adolescentes entrevistados estavam vinculados às medidas que lhes foram imputadas e, no caso da PSC, o tempo gasto pela Uama para vinculá-los ao local de prestação de serviços.

Tabela 72. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por tempo de cumprimento da medida

Tempo de cumprimento da medida	N	%
Zero a dois meses	47	47,5
Mais de dois a quatro meses	10	10,1
Mais de quatro a seis meses	11	11,1
Mais de seis meses a um ano	11	11,1
Mais de um ano	15	15,2
Sem informação	5	5,1
Total	99	100,0

Entre os adolescentes em PSC, quase metade, 47,5%, declarou estar cumprindo a medida há no máximo 2 meses. 26,3% informaram que cumprem há mais de seis meses, o que contrariaria a legislação. No entanto, considerando a aplicação de PSC e LA concomitantemente, não foi possível dissociar as duas informações. Os adolescentes informavam o tempo de vínculo com a Uama, que pode, de fato, superar o tempo de vínculo na medida de PSC. Ainda assim, considera-se fundamental a realização de novas investigações quanto à organização e ao funcionamento dessa medida, ainda pouco adotada pelas autoridades, mas com grande potencial de transformação.

Logo, para a efetividade dessa medida, é importante que o adolescente seja rapidamente encaminhado ao local onde trabalhará a fim de cumprir o estabelecido pela autoridade competente. A maior parte dos entrevistados, 28,3%, informou que a Uama levou de um a dois meses para encaminhá-lo ao serviço. 23,2% levaram menos de um mês para serem vinculados ao local de serviço. Na mesma proporção estão os que foram vinculados após quatro meses de apresentação à Uama.

Tabela 73. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por tempo gasto até o encaminhamento ao local de cumprimento da medida

Tempo gasto	N	%
Menos de um mês	23	23,2
Um a dois meses	28	28,3
Mais de dois a quatro meses	16	16,2
Mais de quatro meses	23	23,2
Sem informação	9	9,1
Total	99	100,0

A maior parte dos jovens que cumprem LA afirmou cumpri-la há mais de um ano (30,4%). Os que estão na medida há entre seis meses e um ano compreendem o segundo grupo com maior percentual de adolescentes, 22,8%. De acordo com os pesquisadores, durante a realização das entrevistas, muitas vezes os adolescentes comentavam sobre o extenso intervalo de tempo entre o atendimento inicial, quando foi aplicada a medida socioeducativa, e o primeiro atendimento na Uama.

Tabela 74. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida, por tempo de cumprimento da medida

Tempo de cumprimento	N	%
Zero a dois meses	64	14,2
Mais de dois a quatro meses	75	16,7
Mais de quatro a seis meses	60	13,3
Mais de seis meses a um ano	102	22,7
Mais de um ano	137	30,4
Sem informação	12	2,7
Total	450	100,0

Na semiliberdade, a maior parte dos adolescentes, 49,2%, cumpre a medida há mais de dois a quatro meses. Em seguida, 23,7% estão há menos de dois meses na medida. A unidade do Gama não possui nenhum adolescente há mais de 6 meses cumprindo a medida.

Tabela 75. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por tempo de cumprimento da medida, segundo unidade de semiliberdade

Tempo de cumprimento da medida	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Zero a dois meses	5	35,7	7	29,2	2	9,5	14	23,7
Mais de dois a quatro meses	7	50,0	10	41,7	12	57,1	29	49,2
Mais de quatro a seis meses	2	14,3	6	25,0	5	23,8	13	22,0
Mais de seis meses a um ano	0	0,0	1	4,2	2	9,5	3	5,1
Total	14	100,0	24	100,0	21	100,0	59	100,0

Do total das unidades de internação, 47,3% dos adolescentes afirmaram estar vinculados há mais de um ano, enquanto 13,4% estavam internados há menos de dois meses. De todas as unidades, a Unire é a que apresenta maior percentual de socioeducandos vinculados há mais de um ano, os quais passam de 57%.

Tabela 76. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por tempo de cumprimento da medida, segundo unidade de internação

Tempo de cumprimento da medida	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Zero a dois meses	53	18,4	10	5,9	9	11,1	72	13,4
Mais de dois a quatro meses	35	12,2	3	1,8	11	13,6	49	9,1
Mais de quatro a seis meses	23	8,0	14	8,2	8	9,9	45	8,3
Mais de seis meses a um ano	58	20,1	45	26,5	13	16,0	116	21,5
Mais de um ano	118	41,0	97	57,1	40	49,4	255	47,3
Sem informação	1	0,3	1	0,6	0	0,0	2	0,4
Total	288	100,0	170	100,0	81	100,0	539	100,0

2.2 Acompanhamento do processo

Na tentativa de conhecer a forma como os adolescentes são acompanhados pelas medidas, um aspecto investigado foi a pessoa responsável por fornecer informação sobre o processo aos socioeducandos. A questão permitia múltipla escolha, uma vez que as informações nem sempre são fornecidas apenas por um responsável.

Assim, considerando a responsabilidade dos profissionais, em todas as medidas os percentuais foram positivos e os maiores, demonstrando que, com frequência, os adolescentes recebem deles as informações sobre o andamento de seu processo: 63,6% na PSC, 67,1% na LA, 50,8% na semiliberdade e 66,4% na internação. A família aparece em segundo lugar nesse aspecto, orientando os jovens na seguinte proporção: 33,3% na PSC, 30,4% na LA, 26,2% na semiliberdade e 25% na internação. Os percentuais mais baixos nas medidas restritivas possivelmente advêm exatamente do caráter de privação de liberdade envolvido. Destaca-se o fato de o maior percentual de Atendentes de Reintegração Social vinculados aos adolescentes acontecer na medida de semiliberdade, com 12,3%.

Conforme declaração dos pesquisadores, boa parte dos registros no item “Não obtém informação” deve-se aos adolescentes que manifestam desinteresse sobre sua situação processual ou àqueles que sequer compreendem que há um processo em trâmite na Vara de Infância e Juventude a respeito de seus atos.

Tabela 77. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por responsável por fornecer informação ou acompanhar o processo

Responsável	N	%
Técnico/especialista	63	63,6
Família	33	33,3
Outro(s)	3	3,0
Não obtém informação	16	16,2
Sem informação	1	1,0
Total de adolescentes	99	-

Tabela 78. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por responsável por fornecer informação ou acompanhar o processo

Responsável	N	%
Técnico/especialista	302	67,1
Família	137	30,4
Defensor	6	1,3
ATRS/agente/monitor/educador	6	1,3
Auxiliar administrativo(a)	1	0,2
Outro(s)	18	4,0
Não obtém informação	44	9,8
Sem informação	4	0,9
Total de adolescentes	450	-

Tabela 79. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por responsável por fornecer informação ou acompanhar o processo, segundo unidade de semiliberdade

Responsável	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Técnico/ especialista	4	33,3	15	60,0	14	50,0	33	50,8
Família	4	33,3	3	12,0	10	35,7	17	26,2
ATRS/agente/monitor/educador	1	8,3	4	16,0	3	10,7	8	12,3
Defensor	2	16,7	2	8,0	0	0,0	4	6,2
Auxiliar administrativo(a)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outro(s)	1	8,3	1	4,0	1	3,6	3	4,6
Total de adolescentes	12	-	25	-	28	-	65	-

Tabela 80. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por responsável por fornecer informação ou acompanhar o processo, segundo unidade de internação

Responsável	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Técnico/especialista	193	65,6	106	62,4	63	77,8	358	66,4
Família	79	27,1	37	21,8	20	24,7	135	25,0
Defensor	47	16,0	47	27,6	35	43,2	128	23,7
ATRS/agente/monitor/educador	17	5,6	11	6,5	0	0,0	27	5,0
Auxiliar administrativo(a)	2	0,7	0	0,0	0	0,0	2	0,4
Outro(s)	20	6,9	3	1,8	1	1,2	24	4,5
Não obtém informação	37	12,8	22	12,9	2	2,5	61	11,3
Sem informação	3	1,0	0	0,0	0	0,0	3	0,6
Total de adolescentes	288	-	170	-	81	-	539	-

2.3 Capacitação profissional – áreas de interesse

A fim de oferecer apontamentos propositivos resultantes da pesquisa, foram investigadas as principais áreas de interesse dos jovens para a realização de capacitação profissional ou vinculação ao trabalho. A questão permitia múltipla escolha e foi elaborada a partir da oferta de cursos do Sistema S, como o Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Comércio (Sesc), o Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (Senai) e do Comércio (Senac).

Conforme as tabelas a seguir, verifica-se que a informática é a área que desperta maior interesse dos adolescentes em todas as medidas, ficando entre 42,8% na internação e 49,5% na PSC. As outras áreas mais citadas, em posições diferentes conforme a medida, são eletroeletrônica, mecânica de automóveis e construção civil.

Observa-se que “Outra(s)” foi a segunda alternativa mais apontada pelos adolescentes nas medidas de PSC e LA. Nesse item, segundo os pesquisadores, foram mencionados cursos de línguas, de nível superior, outros cursos de nível técnico, tais como: mecânica de motocicletas, som automotivo, técnico de administração, técnico de contabilidade, motorista profissional, jardinagem, etc.

É interessante notar o maior percentual de interessados na área de produção de alimentos/gastronomia/panificação na medida de internação. Como já houve oferta de cursos nesse campo na medida, possivelmente, os adolescentes demonstraram maior interesse, o que sugere que, mesmo que não seja possível atendê-los em suas demandas explícitas, é fundamental a oferta de oportunidades.

O percentual de adolescentes que não demonstraram interesse por nenhuma opção variou conforme as medidas: 8,1% na PSC, 4,5% na LA, 3,4% na semiliberdade e 3% na internação. Mais uma vez, a medida de internação surpreende com o maior interesse, em percentuais, pela realização de atividades. A situação de restrição em que se encontram pode significar grande potencial contido.

Tabela 81. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por áreas de interesse para capacitação e ou trabalho

Áreas de interesse	N	%
Informática	49	49,5
Eletroeletrônica	24	24,2
Mecânica de automóveis	23	23,2
Construção civil	21	21,2
Comércio	14	14,1
Saúde	13	13,1
Produção de alimentos/ gastronomia/panificação	13	13,1
Artes/artesanato	10	10,1
Gráfica	9	9,1
Turismo/hotelaria	9	9,1
Secretariado	7	7,1
Telecomunicações	5	5,1
Conservação e zeladoria/limpeza	5	5,1
Metalurgia	5	5,1
Moda	2	2,0
Beleza/Estética	2	2,0
Outra(s)	26	26,3
Nenhuma	8	8,1
Sem informação	1	1,0
Total de adolescentes	99	-

Tabela 82. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por áreas de interesse para capacitação e ou trabalho

Áreas de interesse	N	%
Informática	193	42,8
Mecânica de automóveis	103	22,8
Eletroeletrônica	92	20,4
Construção civil	61	13,5
Comércio	56	12,4
Saúde	53	11,8
Secretariado	41	9,1
Turismo/hotelaria	37	8,2
Artes/artesanato	36	8,0
Telecomunicações	34	7,5
Gráfica	34	7,5
Beleza/Estética	29	6,4
Produção de alimentos/ gastronomia/panificação	28	6,2
Moda	12	2,7
Conservação e zeladoria/limpeza	12	2,7
Metalurgia	7	1,5
Outra(s)	108	24,0
Nenhuma	20	4,4
Sem informação	4	0,9
Total de adolescentes	450	-

Tabela 83. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por áreas de interesse para capacitação e ou trabalho

Áreas de interesse	N	%
Informática	27	45,8
Mecânica de automóveis	26	44,1
Construção Civil	12	20,3
Outro(s)	12	20,3
Eletroeletrônica	8	13,6
Artes/artesanato	6	10,2
Produção de alimentos	5	8,5
Telecomunicações	4	6,8
Saúde	4	6,8
Secretariado	4	6,5
Comércio	3	5,1
Conservação e zeladoria	3	5,1
Metalurgia	3	5,1
Gráfica	4	6,8
Turismo/hotelaria	2	3,4
Moda	0	0,0
Beleza/estética	0	0,0
Nenhum	2	3,4
Sem informação	1	1,7
Total de adolescentes	59	-

Tabela 84. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por áreas de interesse para capacitação e ou trabalho

Áreas de interesse	N	%
Informática	255	47,3
Mecânica de automóveis	180	33,4
Produção de alimentos	151	28,0
Eletroeletrônica	76	14,1
Construção Civil	75	13,9
Artes/artesanato	72	13,4
Comércio	60	11,1
Saúde	49	9,1
Turismo	27	5,0
Gráfica	25	4,6
Telecomunicações	19	3,5
Conservação e zeladoria/limpeza	12	2,2
Beleza/estética	11	2,0
Metalurgia	8	1,5
Secretariado	8	1,5
Moda	6	1,1
Outra(s)	81	15,0
Nenhuma	16	3,0
Sem informação	7	1,3
Total de adolescentes	539	-

2.4 Atividade física e cultura

Ainda no sentido de gerar proposições ou informações concretas de possibilidades de atuação junto aos adolescentes em medida socioeducativa no Distrito Federal, foram feitas análises sobre seu interesse por atividades físicas, cultura e lazer. Essas atividades são instrumentos de inclusão social, portanto, possibilitar o acesso dos jovens a essas práticas é atribuição do atendimento socioeducativo.

Os dados revelam que, além do futebol, natação, academia/musculação/ginástica e ciclismo são as atividades físicas de maior interesse do grupo pesquisado. As artes marciais também mobilizam muito os jovens, principalmente na internação, onde essa atividade é a terceira mais citada.

Considera-se o futebol uma atividade fácil de ser disponibilizada e que pode trazer benefícios em termos de ocupação, aprendizagem e socialização, se bem orientada. O mesmo vale para as outras atividades com bola, a dança e as artes marciais. São práticas com poucos custos, que não exigem muitas adequações de espaço, nem instrumentos caros para a execução. As demais atividades mencionadas podem ser disponibilizadas, principalmente nas medidas não restritivas, por meio de articulações entre a SECriança – ou as próprias unidades de atendimento – e a Secretaria de Esporte e outros órgãos que as forneçam.

Tabela 85. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por atividade física que gostam ou gostariam de praticar

Atividade(s) física(s) que gosta ou gostaria de praticar	N	%
Futebol	64	64,6
Ciclismo	31	31,3
Academia/musculação/ginástica	24	24,2
Natação	20	20,2
Artes marciais/luta	19	19,2
Basquete	10	10,1
Vôlei	10	10,1
Atletismo	6	6,1
Skate	5	5,1
Dança/Dança de rua	4	4,0
Queimada	4	4,0
Outra(s)	1	1,0
Total de adolescentes	99	-

Tabela 86. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por atividade física que gostam ou gostariam de praticar

Atividade(s) física(s) que gosta ou gostaria de praticar	N	%
Futebol	277	61,6
Academia/musculação/ginástica	128	28,4
Ciclismo	92	20,4
Natação	83	18,4
Artes marciais/luta	75	16,7
Vôlei	54	12,0
Dança/Dança de rua	36	8,0
Atletismo	29	6,4
Basquete	27	6,0
Skate	19	4,2
Queimada	15	3,3
Outra(s)	19	4,2
Não praticam ou não gostam de praticar	54	12,0
Total de adolescentes	450	-

Tabela 87. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por atividade física que gostam ou gostariam de praticar, segundo a unidade de semiliberdade

Atividade(s) física(s) que gosta ou gostaria de praticar	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Futebol	10	71,4	17	70,8	15	71,4	42	71,2
Natação	1	7,1	6	25,0	6	28,6	13	22,0
Academia/musculação/ginástica	3	21,4	6	29,2	3	14,3	12	20,3
Ciclismo	3	21,4	5	20,8	3	14,3	11	18,6
Lutas	1	7,1	2	8,3	4	19,0	7	11,9
Basquete	2	14,3	1	4,2	1	4,8	4	6,8
Volei	1	7,1	1	4,2	2	9,5	4	6,8
Skate	2	14,3	0	0,0	1	4,8	3	5,1
Dança	0	0,0	0	0,0	2	9,5	2	3,4
Atletismo	1	7,1	1	4,2	0	0,0	2	3,4
Queimada	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outra(s)	0	0,0	0	0,0	3	14,3	3	5,1
Não praticam ou não gostam de praticar	1	7,1	5	20,8	1	4,8	7	11,9
Sem informação	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total de adolescentes	14	-	24	-	21	-	59	-

Tabela 88. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por atividade física que gostam ou gostariam de praticar, segundo a unidade de internação

Atividade(s) física(s) que gosta ou gostaria de praticar	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Futebol	241	83,7	136	80,0	68	84,0	445	82,6
Natação	63	21,9	63	37,1	31	38,3	157	29,1
Artes marciais/luta	50	17,4	28	16,5	17	21,0	95	17,6
Academia/musculação/ginástica	41	14,2	35	20,6	15	18,5	91	16,9
Basquete	28	9,7	19	11,2	11	13,6	58	10,8
Ciclismo	25	8,7	12	7,1	9	11,1	46	8,5
Vôlei	15	5,2	16	9,4	5	6,2	36	6,7
Dança/Dança de rua	15	5,2	7	4,1	2	2,5	24	4,5
Skate	5	1,7	6	3,5	4	4,9	15	2,8
Atletismo	4	1,4	4	2,4	3	3,7	11	2,0
Queimada	0	0,0	2	1,2	3	3,7	5	0,9
Outra(s)	9	3,1	8	4,7	4	4,9	21	3,9
Não praticam ou não gostam de praticar	19	6,6	8	4,7	4	4,9	31	5,8
Sem informação	0	0,0	1	0,6	0	0,0	1	0,2
Total de adolescentes	288	-	170	-	81	-	539	-

Ainda quanto às atividades físicas, foi verificada a existência de dificuldades para essa prática. Era possível selecionar mais de uma opção. Em todas as medidas, foi alto o percentual de adolescentes que informaram não haver dificuldades, chegando a 50,5% na PSC. No entanto, esse valor é reduzido na internação, uma vez que os impedimentos da própria medida configuram uma dificuldade. Em muitos casos, os adolescentes apontam falta de interesse como dificuldade, o que de fato deve ser considerado e trabalhado, no sentido de aproximar os jovens dessa realidade, como uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento físico, mental e social.

Assim, a falta de iniciativa/interesse foi a primeira dificuldade identificada na PSC, com 21,2%, e na LA, com 14,7% das respostas. A opção “Outra(s)” também apresenta altas proporções em todas as medidas, das quais devem-se destacar, conforme observação dos pesquisadores, os problemas de saúde (dentre os quais asma, bala alojada, ferimentos em geral) e a falta de tempo, principalmente devido ao trabalho. Há ainda os problemas referentes à comunidade ou à própria unidade, como as poucas opções de atividades, muito citados na semiliberdade (20,3%) e na internação (42,5%), e o espaço físico inadequado, também mais mencionados nessas medidas, nas proporções de 16,9% e 25%, respectivamente. Nas três unidades de internação visitadas há espaço disponível somente para a prática de futebol. Na unidade do Plano Piloto, existe espaço para natação, mas desativado.

Tabela 89. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por dificuldade para a prática de atividade física.

Dificuldades para a prática de atividade física	N	%
Falta de iniciativa/interesse	21	21,2
Poucas opções de atividades na comunidade	4	4,0
Falta de companhia	4	4,0
Falta de incentivo	2	2,0
Dificuldade de relacionamento com outros adolescentes	0	0,0
Falta de dinheiro para pagar	2	2,0
Espaço físico inadequado ou insuficiente na comunidade	1	1,0
Outra(s)	18	18,2
Não há dificuldade	50	50,5
Sem informação	1	1,0
Total de adolescentes	99	-

Tabela 90. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistido por dificuldade para a prática de atividade física

Dificuldades para a prática de atividade física	N	%
Falta de iniciativa/interesse	66	14,7
Falta de dinheiro para pagar	40	8,9
Espaço físico inadequado na comunidade	27	6,0
Poucas opções de atividades na comunidade	14	3,1
Falta de incentivo	10	2,2
Falta de companhia	6	1,3
Falta de transporte	5	1,1
Dificuldade de relacionamento com outros adolescentes	4	0,9
Não há dificuldade	213	47,3
Outra(s)	109	24,2
Sem informação	2	0,4
Total de adolescentes	450	-

Tabela 91. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por dificuldade para a prática de atividade física, segundo a unidade de semiliberdade

Dificuldades para a prática de atividade física	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Poucas opções de atividades na comunidade	2	14,3	5	20,8	5	23,8	12	20,3
Falta de incentivo	0	0,0	5	20,8	4	19,0	9	15,3
Espaço físico inadequado na comunidade	1	7,1	6	25,0	3	14,3	10	16,9
Falta de iniciativa/interesse	0	0,0	2	8,3	3	14,3	5	8,5
Falta de dinheiro para pagar	3	21,4	2	8,3	0	0,0	5	8,5
Falta de transporte	2	14,3	0	0,0	1	4,8	3	5,1
Falta de companhia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Dificuldade de relacionamento com outros adolescentes	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não há dificuldade	6	42,9	8	33,3	5	23,8	19	32,2
Outra(s)	3	21,4	6	25,0	3	14,3	12	20,3
Sem informação	1	7,1	0	0,0	0	0,0	1	1,7
Total de adolescentes	14	-	24	-	21	-	59	-

Tabela 92. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por dificuldade para a prática de atividade física, segundo a unidade de internação

Dificuldades para a prática de atividade física	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Poucas opções de atividades na unidade	120	41,7	87	51,2	22	27,2	229	42,5
Espaço físico inadequado na unidade	85	29,5	34	20,0	16	19,8	135	25,0
Falta de incentivo	21	7,3	14	8,2	4	4,9	39	7,2
Falta de iniciativa/interesse	10	3,5	8	4,7	2	2,5	20	3,7
Dificuldade de relacionamento com outros adolescentes	7	2,4	3	1,8	2	2,5	12	2,2
Falta de companhia	1	0,3	1	0,6	0	0,0	2	0,4
Não há dificuldade	96	33,3	54	31,8	32	39,5	182	33,8
Outra(s)	22	7,6	9	5,3	9	11,1	40	7,4
Sem informação	9	3,1	3	1,8	1	1,2	13	2,4
Total de adolescentes	288	-	170	-	81	-	539	-

Possibilitar a participação dos adolescentes em atividades de cultura e lazer são ações socioeducativas previstas em todas as medidas. Trata-se de estratégia com grande potencial de transformação, que oferece aos jovens novos pontos de vista sobre o mundo e a vida em sociedade. Suas preferências nessa área revelam muito de sua história e da cultura local também. Não há interesse pelo que se desconhece. Logo, é incumbência da escola, da sociedade, do Estado e da família permitir que crianças e adolescentes tenham acesso a lazer e cultura, elementos fundamentais para seu desenvolvimento saudável.

Quando questionados sobre o assunto, alguns adolescentes demonstraram sequer compreender o significado dos termos “lazer” e “cultura”, tendo sido necessário dar as opções para que compreendessem de que se tratava. Isso mostra quão distantes eles têm estado das opções que ultrapassam os passatempos que improvisam nas ruas e em casa.

Nessa questão, era possível dar mais de uma resposta. Os adolescentes revelaram preferir opções simples de lazer e cultura, das quais se destacam “festas, baile funk, boate, frevo e afins”, com 57,6% na PSC, 56% na LA, 37,3% na semiliberdade e mais de 60% na internação. Na semiliberdade, essa não é a primeira opção dos socioeducandos, que informaram preferir o cinema em 39% dos casos. Os shows também aparecem como importante atividade de lazer e cultura em todas as medidas, em especial na PSC, com 42,4%, e na Unidade de Internação de Planaltina, com 46,9%.

A inexistência de espaços adequados para praticar e prestigiar espetáculos, filmes e shows é um problema a ser considerado pelos gestores, devendo-se pensar em atividades fora das regiões administrativas em que estão as unidades – e, conseqüentemente, na garantia de transporte – e em contratação ou parcerias com propostas itinerantes de cultura e lazer.

Tabela 93. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por atividade de cultura e lazer que gostam ou gostariam de praticar

Atividade(s) de cultura e lazer que gosta ou gostaria de frequentar	N	%
Festas, baile <i>funk</i> , boate, frevo e afins	57	57,6
Cinema	44	44,4
Shows	42	42,4
Clubes	33	33,3
Teatro	22	22,2
Exposições (museu)	14	14,1
Outra(s)	12	12,1
Nenhuma	3	3,0
Total de adolescentes	99	-

Tabela 94. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por atividade de cultura e lazer que gostam ou gostariam de praticar

Atividade(s) de cultura e lazer que gosta ou gostaria de frequentar	N	%
Festa, baile <i>funk</i> , boate, frevo e afins	252	56,0
Cinema	185	41,1
Shows	165	36,7
Clubes	164	36,4
Outras	65	14,4
Teatro	59	13,1
Exposições	40	8,9
Nenhuma	28	6,2
Sem informação	3	0,7
Total de adolescentes	450	-

Tabela 95. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por atividade de cultura e lazer que gostam ou gostariam de frequentar, segundo a unidade de semiliberdade

Atividade(s) de cultura e lazer que gosta ou gostaria de frequentar	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Cinema	10	71,4	5	20,8	8	38,1	23	39,0
Clubes	6	42,9	10	41,7	6	28,6	22	37,3
Festas, baile <i>funk</i> , boate, frevo e afins	6	42,9	9	37,5	7	33,3	22	37,3
Shows	5	35,7	6	25,0	8	38,1	19	32,2
Exposições	2	14,3	5	20,8	4	19,0	10	16,9
Teatro	1	7,1	2	8,3	6	28,6	9	15,3
Outra(s)	2	14,3	3	12,5	3	14,3	8	13,6
Nenhuma	2	14,3	4	16,7	1	4,8	7	11,9
Sem informação	0	0,0	0	0,0	1	4,8	1	1,7
Total de adolescentes	14	-	24	-	21	-	59	-

Tabela 96. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por atividade de cultura e lazer que gostam ou gostariam de praticar, segundo a unidade de internação

Atividade(s) de cultura e lazer que gosta ou gostaria de frequentar	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Festas, baile <i>funk</i> , boate, frevo e afins	178	61,8	103	60,6	51	63,0	328	60,9
Shows	106	36,8	62	36,5	38	46,9	205	38,0
Cinema	87	30,2	70	41,2	36	44,4	194	36,0
Clube	81	28,1	49	28,8	31	38,3	160	29,7
Teatro	41	14,2	29	17,1	10	12,3	80	14,8
Exposição	12	4,2	16	9,4	10	12,3	37	6,9
Outra	21	7,3	24	14,1	10	12,3	55	10,2
Nenhuma	20	6,9	4	2,4	2	2,5	26	4,8
Sem informação	2	0,7	2	1,2	0	0,0	4	0,7
Total de adolescentes	288	-	170	-	81	-	539	-

2.5 Violência e segurança

As questões de violência e segurança foram elaboradas de forma que os entrevistados pudessem relatar situações sofridas na vida. Já era sabido que o tempo de entrevista não permitiria vínculo suficiente para que determinadas situações fossem relatadas, em especial as de violência sexual, e principalmente entre os socioeducandos do sexo masculino. Também é evidente que a compreensão de violência pelos adolescentes é particular e varia conforme sua história e suas relações. Os pesquisadores apontaram, por exemplo, que muitos adolescentes compreendiam violência física como algo que envolvesse obrigatoriamente conflitos “corpo a corpo”. Assim, era necessário um esforço do entrevistador no sentido de orientá-los quanto ao conteúdo físico das agressões por arma de fogo, por exemplo, tratadas por eles como “guerra” ou “rixa”. A violência psicológica foi com frequência compreendida como “ameaça”.

A questão que buscou identificar os tipos de violência mais sofridos permitia mais de uma resposta. Para a análise, considerou-se fundamental a separação por sexo, o que não foi feito na semiliberdade pelo fato de essa medida ter apenas adolescentes do sexo masculino.

Em todas as medidas, o perfil de violências sofridas foi semelhante, com destaque para a violência física, que atingiu 55,8% dos adolescentes em PSC, 57,6% na LA, 64,5% na semiliberdade e 71,8% dos internos. A violência psicológica vem como o segundo tipo mais citado, com 17,2% na PSC, 16,4% na LA, 6,5% na semiliberdade e 10% na internação.

Entre adolescentes que cumprem medida de PSC, constata-se que, no grupo masculino, mais de 60% declararam ter sofrido violência, sendo a violência física a mais comum, com 54,7% de indicações. Em seguida, a violência psicológica totaliza 16,8% marcações. 36,8% dos meninos declararam não ter sofrido violência. Apesar do total de meninas entrevistadas ser baixo, metade afirmou não ter sofrido violência na vida. O grupo das vítimas de violência se divide igualmente entre as que declararam ter sofrido violência física e violência psicológica.

Tabela 97. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por tipo de violência sofrida na vida, segundo o sexo

Tipo de violência	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Física	52	54,7	1	25,0	53	55,8
Psicológica	16	16,8	1	25,0	17	17,2
Não sofreram violência	35	36,8	2	50,0	37	37,4
Total de adolescentes	95	-	4	-	99	-

Na medida de liberdade assistida, a violência física foi a alternativa que recebeu 59,6% e 47,9% das indicações dos meninos e meninas, respectivamente. A violência psicológica ficou em torno de 16% em ambos os sexos. Em relação à violência sexual, observa-se a desproporção entre o número de adolescentes que admitem ter sido vítimas de violência sexual, por sexo. Assim, do total de 11 adolescentes que afirmaram terem sido vítimas desse tipo de violência, oito eram meninas, o que representou 11,3% delas.

Tabela 98. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por tipo de violência sofrida na vida, por sexo

Tipo de violência	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Física	225	59,4	34	47,9	259	57,6
Psicológica	62	16,4	12	16,9	74	16,4
Sexual	3	0,8	8	11,3	11	2,4
Outro	1	0,3	0	0	1	0,2
Não sofreram violência	138	36,4	29	40,8	167	37,1
Total de adolescentes	379	-	71	-	450	-

Nas unidades de semiliberdade não há adolescentes do sexo feminino. Nas três unidades, a maioria dos jovens afirmou ter sofrido violência na vida, sendo a violência física a opção com maior incidência. A unidade de Taguatinga possui o maior percentual de adolescentes que afirmaram não ter sofrido violência. Nas três unidades não houve qualquer registro de violência sexual. Na unidade do Gama todos os adolescentes declararam ter sofrido violência física na vida.

Tabela 99. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por tipo de violência sofrida na vida, segundo unidade de semiliberdade

Tipo de violência	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Física	14	100,0	15	60,0	11	52,4	40	64,5
Psicológica	1	7,1	1	4,0	2	9,5	4	6,5
Sexual	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não sofreram violência	0	0,0	9	36,0	9	42,9	18	29,0
Sem informação	0	0,0	0	0,0	1	4,8	1	1,6
Total de adolescentes	14	-	25	-	21	-	62	-

Nas unidades de internação, 75% dos adolescentes do sexo masculino informaram ter sofrido algum tipo de violência na vida, enquanto que entre as do sexo feminino esse percentual é de 61,5%. A violência física foi o tipo com o maior percentual de indicações pelos meninos, 73%, seguido da violência psicológica, com 10,1%. No grupo feminino, o maior volume de registros é a violência sexual, com 38,5% indicações.

Tabela 100. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por tipo de violência sofrida na vida, segundo o sexo

Tipo de violência	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Física	384	73,0	4	30,8	387	71,8
Psicológica	53	10,1	1	7,7	54	10,0
Sexual	1	0,2	5	38,5	6	1,1
Outro	2	0,4	0	0,0	2	0,4
Não sofreram violência	131	24,9	5	38,5	135	25,0
Sem informação	1	0,2	0	0,0	1	0,2
Total de adolescentes	526	-	13	-	539	-

Numa análise comparativa entre as unidades de internação, verifica-se que em todas, a maioria dos adolescentes declarou ter sofrido algum tipo de violência na vida, sendo a violência física a mais citada. Os dados mostram que os meninos da unidade de Planaltina são os que mais sofreram violência física. Da três unidades, a do Plano Piloto conta com o maior percentual de adolescentes que negaram ter sofrido violência, enquanto a Unire possui os maiores registros de violência psicológica. Observa-se que há poucos registros de violência sexual: um na UIP e cinco na Unire, que é a única unidade de internação que atende também adolescentes do sexo feminino.

Tabela 101. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por tipo de violência sofrida na vida, segundo a unidade de internação

Tipo de violência	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Física	202	70,1	124	72,9	62	76,5	388	72,0
Psicológica	23	8,0	22	12,9	9	11,1	54	10,0
Sexual	0	0,0	5	2,9	1	1,2	6	1,1
Outras	2	0,7	0	0,0	0	0,0	2	0,4
Não sofreram violência	81	28,1	41	24,1	14	17,3	136	25,2
Sem informação	1	0,3	0	0,0	0	0,0	1	0,2
Total de adolescentes	288	-	170	-	81	-	539	-

Conhecer o tipo de violência sofrida não seria suficiente para compreender a dinâmica de violência em que os adolescentes se envolveram ao longo da vida. Por isso, também se questionou a que a violência relatada estaria relacionada, cabendo múltiplas respostas. Dentre diversas opções, o conflito com a polícia foi o item mais citado em todas as medidas, com maiores percentuais nos casos de maior restrição de liberdade: 38,4% na PSC, 37,1% na LA, 50,8% na semiliberdade e 58,1% na internação.

Entre os adolescentes em PSC, o conflito na escola ocupou o segundo lugar, com 24,2%. Essa opção variou nas demais medidas: 17,3% na LA, 11,9% na semiliberdade e 10,6% na internação. O conflito entre gangues/grupos rivais aparece em valores relevantes e variados

também, em maior proporção entre os internos: 15,2% na PSC, 18,4% na LA, 23,7% na semiliberdade e 30,8% na internação.

Conflito no âmbito da família teve baixos percentuais na maioria dos casos, tendo sido maiores na LA e na internação, com 10% e 10,4%, respectivamente. O tráfico de drogas também foi motivo de violência em poucas situações, com o percentual mais alto na internação, com 8,9%.

Tabela 102. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por motivo associado à violência

Motivos	N	%
Conflito com a polícia	38	38,4
Conflito na escola	24	24,2
Conflito entre gangues/grupos rivais	15	15,2
Tráfico de drogas	4	4,0
Conflito na família	2	2,0
Outros motivos	10	10,1
Não sofreram violência	37	37,4
Sem informação	1	1,0
Total de adolescentes	99	-

Tabela 103. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por motivo associado à violência

Motivos	N	%
Conflito com a polícia	167	37,1
Conflito entre gangues/grupos rivais	83	18,4
Conflito na escola	78	17,3
Conflito na família	45	10,0
Tráfico de drogas	26	5,8
Outros motivos	27	6,0
Não sofreram violência	166	36,9
Sem informação	3	0,7
Total de adolescentes	450	-

Observando-se as unidade de semiliberdade, verifica-se que, no Gama, o conflito com a polícia foi apontado como motivo de violência por 71,4% dos adolescentes, percentual bastante alto. No Recanto das Emas e em Taguatinga, a segunda opção com mais apontamentos é o conflito entre gangues/grupos rivais, com 20,8% e 38,1%, respectivamente. Segundo os entrevistadores, no Gama, vários adolescentes afirmaram ter sofrido violência no ambiente de trabalho, o que acabou entrando na opção “outro(s)”. Ainda no Gama, verifica-se que 21,4% dos jovens se envolveram em conflitos na escola. Em Taguatinga, por esse motivo, constata-se o envolvimento de 9,5% dos adolescentes.

Tabela 104. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por motivo associado à violência, segundo unidade de semiliberdade

Motivos	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Conflito com a polícia	10	71,4	12	50,0	4	19,0	30	50,8
Conflito entre gangues/grupos rivais	1	7,1	5	20,8	8	38,1	14	23,7
Conflito na escola	3	21,4	0	0,0	2	9,5	7	11,9
Conflito na família	1	7,1	1	4,2	1	4,8	3	5,1
Tráfico de drogas	0	0,0	1	4,2	1	4,8	2	3,4
Outros motivos	4	28,6	0	0,0	0	0,0	4	6,8
Não sofreram violência	0	0,0	9	37,5	9	42,9	17	28,8
Sem informação	0	0,0	0	0,0	1	4,8	1	1,7
Total de adolescentes	14	-	24	-	21	-	59	-

Nas unidades executoras da medida de internação, o conflito entre gangues/grupos rivais foi destaque na UIP, onde 43,2% dos adolescentes relataram violência dessa natureza. Essa mesma unidade também apresentou os maiores percentuais de conflito na família, com 29,8%, na escola, com 18,5% e relacionado a tráfico de drogas, com 16%. É também a unidade com o menor percentual de socioeducandos que não sofreram violência na vida: 14,8%. A análise por unidades revela, portanto, a necessidade de se trabalhar a questão da violência em Planaltina, exigindo talvez pesquisas mais aprofundadas sobre a configuração da rivalidade entre grupos e gangues, bem como o papel e a atuação do tráfico na região administrativa.

Tabela 105. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por motivo associado à violência, segundo unidade de internação

Motivos	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Conflito com a polícia	166	57,6	97	57,1	50	61,7	313	58,1
Conflito entre gangues/grupos rivais	73	25,3	58	34,1	35	43,2	166	30,8
Conflito na família	23	8,0	17	10,0	16	29,8	56	10,4
Conflito na escola	29	10,1	13	7,6	15	18,5	57	10,6
Tráfico de drogas	23	8,0	12	7,1	13	16,0	48	8,9
Outros motivos	12	4,2	10	5,9	3	3,7	25	4,6
Não sofreram violência	81	28,1	41	24,1	12	14,8	134	24,9
Sem informação	1	0,3	0	0,0	0	0,0	1	0,2
Total de adolescentes	288	-	170	-	81	-	539	-

Outro aspecto considerado importante para a averiguação é a sensação de segurança e/ou insegurança. Os adolescentes foram questionados quanto ao local em que se sente mais seguros e mais inseguros. Não era permitido selecionar mais de um lugar.

O lar apareceu como o local que inspira maior segurança nos jovens em todas as medidas socioeducativas, variando entre 78% das respostas, na semiliberdade, e 88,2%, na LA. A rua, por seu turno, é o local que mais provoca sensação de insegurança em todas as medidas, atingindo os adolescentes nas seguintes proporções: 75,8% na PSC, 82,7% na LA, 71,2% na semiliberdade e 49,7% na internação. Nesta, o segundo lugar mais inseguro considerado foi a própria unidade de internação, afligindo 36,5% dos internos.

As demais opções, como “na casa de familiares”, “distante da polícia”, “próximo da polícia”, “na escola”, “na casa de amigos” e “outros locais”, foram pouco mencionadas, sendo que essa última, quando citada, por vezes tratava de segurança ou insegurança no local de trabalho ou outros espaços mais frequentados pelos adolescentes. Dentre eles, chamou atenção a menção da igreja como local que inspira segurança, conforme os pesquisadores.

Tabela 106. Número e percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade por locais onde se sentem mais seguros e mais inseguros

Locais	Mais seguros		Mais inseguros	
	N	%	N	%
Em casa	85	85,9	2	2,0
Na rua	0	0,0	75	75,8
Na unidade	0	0,0	1	1,0
Distante da polícia	1	1,0	1	1,0
Próximo da polícia	0	0,0	1	1,0
Em outros locais	12	12,1	11	11,1
Em nenhum local	1	1,0	8	8,1
Sem informação	0	0,0	1	1,0
Total	99	100,0	99	100,0

Tabela 107. Número e percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida por locais onde se sentem mais seguros e mais inseguros

Locais	Mais seguros		Mais inseguros	
	N	%	N	%
Em casa	397	88,2	3	0,7
Na rua	3	0,7	372	82,7
Próximo da polícia	0	0,0	12	2,7
Na casa de familiares	11	2,4	10	2,2
Na casa de amigos	0	0,0	2	0,4
Na escola	2	0,4	2	0,4
Distante da polícia	4	0,9	2	0,4
Em outros locais	26	5,8	16	3,6
Em nenhum local	7	1,6	29	6,4
Sem informação	0	0,0	2	0,4
Total	450	100,0	450	100,0

Considerando as unidades de semiliberdade, verifica-se que as unidades do Recanto das Emas e de Taguatinga foram vistas ora como ambiente seguro, ora inseguro. A unidade de Taguatinga inspira mais segurança do que insegurança nos adolescentes, com percentuais de 19% e 14,3%, respectivamente. A unidade do Recanto das Emas destacou-se mais como espaço inseguro, com 20,8% das declarações. A unidade do Gama foi apontada como o local mais inseguro para 14,3% dos adolescentes.

Tabela 108. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por locais onde se sentem mais seguros, segundo a unidade

Onde se sente mais seguro?	Gama		Recantos das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Em casa	12	85,7	18	75,0	16	76,2	46	78,0
Na unidade de semiliberdade	0	0,0	2	8,3	4	19,0	6	10,2
Em outros locais	1	7,1	3	12,5	0	0,0	4	6,8
Em nenhum local	0	0,0	1	4,2	0	0,0	1	1,7
Sem informação	1	7,1	0	0,0	1	4,8	2	3,4
Total	14	100,0	24	100,0	21	100,0	59	100,0

Tabela 109. Número e percentual de adolescentes em medida de semiliberdade por locais onde se sentem mais inseguros, segundo a unidade

Onde se sente mais inseguro?	Gama		Recanto das Emas		Taguatinga		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Na rua	9	64,3	18	75,0	15	71,4	42	71,2
Na unidade de semiliberdade	2	14,3	5	20,8	3	14,3	10	16,9
Próximo da polícia	0	0,0	0	0,0	1	4,8	1	1,7
Em outros locais	2	14,3	1	4,2	1	4,8	4	6,8
Em nenhum local	1	7,1	0	0,0	0	0,0	1	1,7
Sem informação	0	0,0	0	0,0	1	4,8	1	1,7
Total	14	100,0	24	100,0	21	100,0	59	100,0

Comparando, nas diversas medidas, os dados relativos à insegurança, verifica-se um aumento relevante da proporção de respostas com o item “Na unidade” conforme a gravidade da medida aumenta, e, por consequência, a característica da unidade executora dessa medida. Na medida de PSC o percentual de meninos que afirmaram se sentirem inseguros na unidade foi de 1%. Na LA, nenhum adolescente apontou a unidade como lugar mais inseguro. Na semiliberdade o percentual foi de 16,9% e na internação de 36,5%.

A questão da segurança deve ser mais bem estudada, por ser um dos eixos estratégicos estabelecidos pelo Sinase para o desenvolvimento da ação socioeducativa nas unidades que executam as medidas de semiliberdade e de internação. Além disso, o ECA, no Artigo 94, inciso VII, prevê a obrigação das entidades que desenvolvem programas de internação de adolescentes de oferecer instalações físicas em condições adequadas de segurança, cabendo inclusive, imputação de medidas previstas no artigo 97 do referido estatuto, no caso de descumprimento.

Observando as unidades de internação, verifica-se que a sensação de insegurança aumenta à medida em que aumenta a quantidade de pessoas internadas. Logo, a menor unidade de internação, UIP, conta com 29,6% de seus adolescentes amedrontados com a própria unidade, enquanto esse número é de 32,4% na Unire e 41% na UIPP, maior das três. A rua, por sua vez, causa mais medo na Unidade de Planaltina, onde 51,2% dos adolescentes relataram ser esse o local mais inseguro.

Tabela 110. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por locais onde se sentem mais seguros, segundo a unidade

Onde se sente mais seguro?	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Em casa	244	84,7	136	80,0	72	88,9	452	83,9
Na rua	12	4,2	9	5,3	1	1,2	22	4,1
Na casa de familiares	10	3,5	6	3,5	2	2,5	18	3,3
Na casa de amigos	1	0,3	0	0,0	0	0,0	1	0,2
Na escola	0	0,0	1	0,6	0	0,0	1	0,2
Na unidade	6	2,1	6	3,5	1	1,2	13	2,4
Distante da polícia	1	0,3	1	0,6	1	1,2	3	0,6
Em outros locais	6	2,1	3	1,8	2	2,5	11	2,0
Em nenhum local	5	1,7	6	3,5	2	2,5	13	2,4
Sem informação	3	1,0	2	1,2	0	0,0	5	0,9
Total	288	100,0	170	100,0	81	100,0	539	100,0

Tabela 111. Número e percentual de adolescentes em medida de internação por locais onde se sentem mais inseguros, segundo a unidade

Onde se sente mais inseguro?	UIPP		Unire		UIP		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Em casa	0	0,0	3	1,8	0	0,0	3	0,6
Na rua	138	47,9	87	51,2	43	53,1	268	49,7
Na casa de familiares	0	0,0	1	0,6	1	1,2	2	0,4
Na unidade	118	41,0	55	32,4	24	29,6	197	36,5
Próximo da polícia	5	1,7	7	4,1	7	8,6	19	3,5
Em outros locais	4	1,4	5	2,9	1	1,2	10	1,9
Em nenhum local	19	6,6	9	5,3	5	6,2	33	6,1
Sem informação	4	1,4	3	1,8	0	0,0	7	1,3
Total	288	100,0	170	100,0	81	100,0	539	100,0

2.6 Percepções diversas

Outras percepções dos adolescentes foram abordadas por meio de uma questão longa, que trazia uma série de afirmações, sobre as quais os socioeducandos deveriam demonstrar concordância ou discordância. Havia ainda a possibilidade de manter o item sem resposta. Na análise, foram consideradas as respostas de concordância. Essas afirmações foram divididas, aqui, em temas: plano de futuro; histórico sociofamiliar; experiência na medida; e saúde e educação.

Os dados apontam que os adolescentes são bastante otimistas em todas as medidas. A grande maioria têm planos para quando acabar a medida e projetos de médio e longo prazo, inclusive relativos a trabalho e, genericamente, a uma “vida melhor”. São observadas maiores variações quando o assunto é concluir o ensino médio em cinco anos. Dentre os adolescentes, concordam com essa afirmação: 85,9% na PSC, 86,2% na LA, 86,4% na semiliberdade e 75,7% na internação. Vale lembrar que há maior acesso à educação nas medidas restritivas de liberdade. No entanto, isso não é suficiente para fazê-los acreditar que serão capazes de terminar os estudos obrigatórios em cinco anos. Considerando que a conclusão do ensino médio é uma das

grandes dificuldades que se apresentam para o adolescente que cumpre medida socioeducativa, faz-se necessário garantir a permanência desses jovens na escola, articulada com ações de inclusão no mercado de trabalho.

A constituição de família é um elemento considerado positivo para a vinculação do adolescente à sociedade, com desenvolvimento da noção de responsabilidade, de novas formas de comunicação, além da ampliação do interesse por se inserir no trabalho e concluir projetos. Também foi muito positiva a visão dos socioeducandos quanto a esse assunto, com mais de 90% de concordância com a frase “Pretendo constituir família” em todas as medidas. Ter uma vida melhor também é pretensão de 90% dos adolescentes.

Quanto à expectativa da família dos adolescentes, conforme o que eles imaginam, verifica-se que há uma percepção positiva, mas mais baixa que as já analisadas, à afirmação “Minha família acredita que eu vou ser melhor depois da medida”: 87,9% na PSC, 87,1% na LA, 98,3% na semiliberdade e 94,1% na internação. É interessante observar o aumento da expectativa das famílias conforme o agravamento da medida socioeducativa. Possivelmente, a restrição de liberdade tem maior impacto na vida dos familiares e dos adolescentes e sobre ela é colocada grande responsabilidade, ainda porque grande parte da população desconhece as medidas não restritivas e pouco confia nelas. Isso revela, também, a necessidade de um trabalho mais intenso com as famílias nas medidas de meio aberto, a fim de orientá-las para a função da medida, bem como colocá-las a par das atividades desenvolvidas com os adolescentes.

Outra afirmação muito aceita pelos adolescentes foi “Imagino que estarei trabalhando daqui a cinco anos”, detendo a concordância de 97% dos adolescentes na PSC, 97,6% na LA, 100% na semiliberdade e 95,9% na internação.

Tabela 112. Percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade que concordaram com as afirmações referentes a plano de futuro

Afirmações - Plano de futuro	%
Daqui a 10 anos, terei uma vida melhor.	98,0
Daqui a cinco anos, terei terminado o Ensino Médio.	85,9
Imagino que estarei trabalhando daqui a cinco anos.	97,0
Minha família acredita que eu vou ser melhor depois da medida.	87,9
Pretendo constituir família.	96,0
Tenho planos para quando acabar a medida.	89,9

Tabela 113. Percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida que concordaram com as afirmações referentes a plano de futuro

Afirmações - Plano de futuro	%
Daqui a 10 anos, terei uma vida melhor	97,1
Daqui a cinco anos, terei terminado o Ensino Médio	86,2
Imagino que estarei trabalhando daqui a cinco anos	97,6
Minha família acredita que eu vou ser melhor depois da medida	87,1
Pretendo constituir família	92,4
Tenho planos para quando acabar a medida	84,4

Tabela 114. Percentual de adolescentes em medida de semiliberdade que concordaram com as afirmações referentes a plano de futuro, segundo unidade de semiliberdade

Afirmações - Plano de futuro	Gama	Recanto das Emas	Taguatinga	Total
Daqui a 10 anos, terei uma vida melhor.	100,0	87,5	95,2	93,2
Daqui a cinco anos, terei terminado o Ensino Médio.	85,7	83,3	90,5	86,4
Imagino que estarei trabalhando daqui a cinco anos.	100,0	100,0	100,0	100,0
Minha família acredita que vou ser melhor depois da medida	92,9	100,0	100,0	98,3
Pretendo constituir família.	100,0	91,7	95,2	94,9
Tenho planos para quando acabar a medida.	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 115. Percentual de adolescentes em medida de internação que concordaram com as afirmações referentes a plano de futuro, segundo unidade de internação

Afirmações - Plano de futuro	UIPP	Unire	UIP	Total
Daqui a 10 anos, terei uma vida melhor.	94,4	94,1	88,9	93,5
Daqui a cinco anos, terei terminado o Ensino Médio.	77,4	77,1	66,7	75,7
Imagino que estarei trabalhando daqui a cinco anos.	96,5	95,3	95,1	95,9
Minha família acredita que eu vou ser melhor depois da medida	96,2	91,2	92,6	94,1
Pretendo constituir família.	95,1	98,8	93,8	96,1
Tenho planos para quando acabar a medida.	94,8	94,7	97,5	95,2

Quando o assunto é o histórico sociofamiliar, foram ditadas frases que fizessem os adolescentes refletirem sobre sua vida pregressa e sobre como se relacionam com a família atualmente. Em todas as medidas, mais de 93% dos adolescentes informaram que em casa, há alguém que cuide deles se estiverem doentes. Eles também relatam ter boas lembranças dos pais, eventualmente enfatizando o vínculo com a mãe, durante a entrevista, a qual também é apontada como principal cuidadora. Os menores percentuais de concordância com essa afirmação estão na LA e na semiliberdade. A grande maioria não atribui aos problemas da família a razão por estarem cumprindo a medida e não se sentem rejeitados pela família.

A percepção é positiva quando a afirmação é “Minha infância foi boa” na maior parte das medidas, ficando com percentual superior a 80% em todas, exceto na internação, onde a percepção de ter tido uma boa infância ocorre em 63,8% dos adolescentes.

Estar na medida, segundo a maior parte dos adolescentes, não deixa as famílias envergonhadas, exceto quando a medida cumprida é a internação. Nesse caso, em todas as unidades, a concordância com essa afirmação passou de 60%. A ocorrência de agressão física em casa como algo “rotineiro” ou “normal” é pouco apontada pelos adolescentes, não chegando a 10% em nenhuma medida socioeducativa. No entanto, a maioria em todas as medidas relata já ter apanhado em casa, nas seguintes proporções: 83,8% na PSC, 83,3% na LA, 89,8% na semiliberdade e 76,8% na internação. Esse item é um dos que os adolescentes utilizaram para demonstrar como ocorre sua relação com a família.

Na medida mais restritiva, as afirmações que sugerem pontos positivos do ambiente de fora da unidade são mais aceitas pelos adolescentes. Além disso, percebe-se, também nas análises anteriores referentes a violência, uma percepção inflada da violência física, especialmente aquela advinda de representantes institucionais – polícia, profissionais do sistema socioeducativo, etc. –, e reduzida da violência psicológica. O ambiente externo é visto como positivo, sendo na maioria das vezes menos ameaçador que o ambiente da unidade

fechada, embora tenha sido apontado como o mais inseguro. Logo, ainda que os adolescentes internados tenham apanhado em casa na mesma proporção que os demais, possivelmente tendem a não ver isso mais como violência, após as que passaram em suas experiências fora de casa.

Essa reflexão é reforçada pela forma como os socioeducandos veem a rua. Quando a afirmação é “A rua atrapalha que eu mude de vida”, menos da metade dos adolescentes entrevistados concordam (cerca de 45%), percentual menor na internação, 31,9%. A rua aparece, assim, como espaço contraditório, ambiente de risco, que provoca medo e atrai para a reincidência em ato infracional, embora seja também espaço mais atrativo que a unidade fechada.

Tabela 116. Percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade que concordaram com as afirmações referentes ao histórico sociofamiliar

Afirmações - Histórico sociofamiliar	%
A rua atrapalha que eu mude de vida.	46,5
Em casa, tem quem cuide de mim se eu estiver doente.	94,9
Estar na medida deixa a minha família envergonhada.	34,3
Já apanhei em casa.	83,8
Já me senti rejeitado(a) por minha família.	17,2
Minha infância foi boa.	89,9
Na minha casa é normal acontecer agressão física.	11,1
Os problemas da minha família contribuíram para eu estar aqui.	26,3
Tenho boas lembranças dos meus pais.	94,9

Tabela 117. Percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida que concordaram com as afirmações referentes ao histórico sociofamiliar

Afirmações – Histórico sociofamiliar	%
A rua atrapalha que eu mude de vida	45,3
Em casa, tem quem cuide de mim se eu estiver doente	95,3
Estar na medida deixa a minha família envergonhada	31,1
Já apanhei em casa	83,3
Já me senti rejeitado(a) por minha família	31,3
Minha infância foi boa	84,9
Na minha casa é normal acontecer agressão física	9,3
Os problemas da minha família contribuíram para eu estar aqui	30,2
Tenho boas lembranças dos meus pais	89,6

Tabela 118. Percentual de adolescentes em medida de semiliberdade que concordaram com as afirmações referentes ao histórico sociofamiliar, segundo unidade de semiliberdade

Afirmações - Histórico Sociofamiliar	Gama	Recanto das Emas	Taguatinga	Total
A rua atrapalha que eu mude de vida.	35,7	45,8	52,4	45,8
Em casa, tem quem cuide de mim se eu estiver doente.	92,9	91,7	95,2	93,2
Estar na medida deixa a minha família envergonhada.	28,6	37,5	47,6	39,0
Já apanhei em casa.	85,7	87,5	95,2	89,8
Já me senti rejeitado(a) por minha família.	21,4	20,8	38,1	27,1
Minha infância foi boa.	71,4	87,5	81,0	81,4
Na minha casa é normal acontecer agressão física.	0,0	16,7	4,8	8,5
Os problemas da minha família contribuíram para eu estar aqui.	35,7	25,0	38,1	32,2
Tenho boas lembranças dos meus pais.	92,9	83,3	95,2	89,8

Tabela 119. Percentual de adolescentes em medida de internação que concordaram com as afirmações referentes ao histórico sociofamiliar, segundo unidade de internação

Afirmações - Histórico sociofamiliar	UIPP	Unire	UIP	Total
A rua atrapalha que eu mude de vida.	31,3	29,4	39,5	31,9
Em casa, tem quem cuide de mim se eu estiver doente.	97,9	97,6	97,5	97,8
Estar na medida deixa a minha família envergonhada.	60,1	60,0	61,7	60,3
Já apanhei em casa.	75,3	78,8	77,8	76,8
Já me senti rejeitado(a) por minha família.	19,1	23,5	19,8	20,6
Minha infância foi boa.	61,8	65,3	67,9	63,8
Na minha casa é normal acontecer agressão física.	7,3	8,2	7,4	7,6
Os problemas da minha família contribuíram para eu estar aqui.	27,8	34,1	30,9	30,2
Tenho boas lembranças dos meus pais.	94,1	92,9	95,1	93,9

Quanto à experiência vivida pelo adolescentes na medida socioeducativa, foram averiguadas diversas questões que permitissem verificar a forma como eles se relacionam com a medida, com a unidade e com a equipe do sistema. Além disso, a pesquisa tentou identificar as estratégias utilizadas por cada medida para seguir aquilo que é determinado no Sinase e nas legislações que o regulamentam. Esses aspectos serão tratados conforme a medida, para facilitar a análise, uma vez que há afirmações diferentes entre elas.

Na PSC, em relação à equipe socioeducativa, os dados apontam que os adolescentes mantêm uma boa conversa com os técnicos, que os incentivam a estudar. Contudo, vale destacar que somente 34,3% dos socioeducandos acreditam que exista uma articulação com a escola para saber do seu desempenho escolar.

Nessa medida, oportunizar ao adolescente que cometeu ato infracional a reflexão sobre seus deveres como cidadão, através de sua participação solidária nas instituições, é fundamental. Os Centros Olímpicos, o Jardim Zoológico e as Administrações Regionais são as instituições que mais absorvem os adolescentes para o cumprimento dessa medida. 92,9% tem um orientador no local onde cumpre a medida e uma porcentagem significativa de 90,9% informa que cumprir a medida permite com que eles reflitam sobre seus deveres como cidadão.

Ampliar a participação da sociedade, da família, das organizações governamentais e não governamentais é necessário neste processo.

Quando da inserção de um adolescente em alguma unidade de atendimento para medida socioeducativa, deve ser realizado o Plano Individual de Atendimento (PIA), entre o socioeducando e a equipe, de preferência com a participação da família. Dentre os entrevistados na medida de PSC, 57,6% afirmaram ter participado da construção de seu PIA. 39,4% dos adolescentes contaram com a família nesse momento, enquanto 51,5% informam que o PIA está sendo cumprido. É importante que esta medida amplie a participação da família na construção do PIA, por ser uma importante ferramenta de pactuação de metas e compromissos entre o adolescente, sua família e os profissionais.

Quanto à infraestrutura da unidade, para 83% os móveis da unidade estão em bom estado e 89,9% consideram que o ambiente onde são atendidos na unidade os deixa à vontade para conversar com o técnico. Os dados também apontam que 89% dos adolescentes acham justo pagar pelo que fizeram, embora 65,7% não achem justo perder a liberdade nesse processo.

Tabela 120. Percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade que concordaram com as afirmações referentes à experiência na medida.

Afirmações - Experiência na medida	%
A equipe socioeducativa costuma conversar com a gente.	94,9
No local onde cumpro medida, existe uma pessoa que me orienta.	92,9
A equipe socioeducativa me incentiva a estudar.	91,9
Cumprir essa medida faz com que eu reflita sobre meus deveres como cidadão.	90,9
O ambiente onde sou atendido na Uama me deixa à vontade para conversar com o técnico.	89,9
É justo que eu pague pelo que eu fiz.	88,9
O que os técnicos me dizem na Uama me ajuda a tomar decisões.	88,9
A medida ajuda na minha educação.	86,9
Acho que a medida de PSC tem bons resultados.	84,8
Os móveis das salas de atendimento da Uama estão em bom estado.	82,8
Não é justo perder minha liberdade.	65,7
Minha família é atendida com frequência pela equipe socioeducativa da medida.	64,6
Droga é coisa comum entre adolescentes que estão cumprindo medida.	63,6
Participei da construção do meu Plano Individual de Atendimento (PIA).	57,6
O Plano Individual de Atendimento (PIA) está sendo cumprido.	51,5
Quem cumpre medida, quando sai, volta pro "crime".	47,5
A equipe socioeducativa pergunta como estão minhas notas.	40,4
Minha família participou da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).	39,4
A equipe socioeducativa costuma entrar em contato com a escola para saber do meu desempenho.	34,3

Na LA, os dados apontam que os adolescentes mantêm uma boa relação com os técnicos, são incentivados para os estudos e que a equipe tem um bom diálogo com os socioeducandos. Segundo os entrevistados, o que é trabalhado durante o atendimento os ajuda a tomar decisões. Eles afirmam também que a medida tem bons resultados e que ajuda na sua educação. Esse resultado é de extrema importância para o sistema socioeducativo, uma vez que o vínculo entre os profissionais e o adolescente é fundamental para o processo de ressocialização.

Supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente é uma das atribuições da equipe socioeducativa. Os dados revelam que, para aproximadamente 40% dos adolescentes, a equipe realiza acompanhamento junto à escola sobre o seu desempenho escolar, enquanto 42,7% informam ser perguntados sobre suas notas. É fato que a inclusão e a manutenção dos adolescentes na escola é algo que precisa ser mais bem trabalhado pela equipe socioeducativa.

Quanto ao planejamento da medida, 63,6% dos adolescentes informaram ter participado da construção do PIA, 45,3% informaram que a família também participou desse momento. Para 59,8% o PIA está sendo cumprido. Conclui-se que é necessário que as práticas da equipe ofereçam condições reais para aumentar a participação da família no processo socioeducativo e que o PIA seja algo conhecido pelos adolescentes.

A infraestrutura da unidade é considerada boa: para 83% dos pesquisados, os móveis da unidade estão em bom estado e 89,9% acham que o ambiente onde são atendidos na unidade os deixa à vontade para conversar com o técnico.

Em relação a outros temas, como o uso de drogas, o valor da liberdade e o senso de justiça, verifica-se que, para 89% dos adolescentes, é justo pagar pelo que fizeram, 65,7% não consideram justo perder a liberdade e, para aproximadamente 70%, é comum o uso de drogas entre os adolescentes que cumprem LA.

Tabela 121. Percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida que concordaram com as afirmações referentes à experiência na medida

Afirmações - Experiência na medida	%
A equipe socioeducativa me incentiva a estudar.	95,1
A equipe socioeducativa costuma conversar com a gente.	95,1
O ambiente onde sou atendido na unidade me deixa à vontade para conversar com o técnico.	94,0
O que os técnicos me dizem na Liberdade Assistida me ajuda a tomar decisões.	93,8
Acho que a medida de liberdade assistida tem bons resultados.	93,1
É justo que eu pague pelo que eu fiz.	91,8
A medida ajuda na minha educação.	90,7
Os móveis das salas de atendimento da unidade estão em bom estado.	84,4
Droga é coisa comum entre adolescentes que estão cumprindo medida.	68,7
Não é justo perder minha liberdade.	67,8
Particpei da construção do meu Plano Individual de Atendimento (PIA).	63,6
O Plano Individual de Atendimento (PIA) está sendo cumprido.	59,8
Minha família é atendida com frequência pela equipe socioeducativa da medida.	53,1
Minha família participou da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).	45,3
A equipe socioeducativa pergunta como estão minhas notas.	42,7
Quem cumpre medida, quando sai, volta pro "crime".	41,6
A equipe socioeducativa costuma entrar em contato com a escola para saber do meu desempenho.	36,9

A percepção dos adolescentes em semiliberdade é positiva quanto à medida. Nas três unidades, os adolescentes relatam que a relação com a equipe é boa, que recebem incentivo para estudar e que os técnicos se preocupam com o seu rendimento escolar. 81,4% acham que a medida tem bons resultados e 93% refletem sobre as orientações recebidas da equipe, enquanto 74,6% declaram se sentir à vontade para conversar com o técnico.

No que se refere ao PIA, a unidade do Gama demonstra um avanço em relação às outras unidades, com bons percentuais tanto na participação do adolescente na construção do PIA, como na participação da família no processo. Em relação a Infraestrutura das unidades, os resultados apontam que as unidades do Gama e Taguatinga avaliam melhor a casa onde cumprem a medida. No item alimentação, mas uma vez a unidade do Gama se destaca positivamente. A unidade de atendimento de Taguatinga, apresentou baixos percentuais de aprovação em relação a alimentação, espaço físico, segurança e participação da família.

Diferente do que será visto na internação, a unidade de semiliberdade poucas vezes é considerada similar a uma prisão: 7,1% no Gama, 37,5% no Recanto das Emas e 38,1% em Taguatinga. Mas também é alto o percentual daqueles que consideram a unidade um espaço de educação, chegando a 100% da percepção dos socioeducandos em semiliberdade no Gama.

Tabela 122. Percentual de adolescentes em medida de semiliberdade que concordaram com as afirmações referentes à experiência na medida, segundo unidade de semiliberdade

Afirmações - Experiência na medida	Gama	Recanto das Emas	Taguatinga	Total
A equipe socioeducativa pergunta como estão minhas notas.	71,4	50,0	71,4	62,7
A equipe socioeducativa me incentiva a estudar.	100,0	95,8	85,7	93,2
Minha família é atendida com frequência pela equipe socioeducativa da medida.	92,9	75,0	76,2	79,7
A equipe socioeducativa costuma conversar com a gente.	100,0	87,5	90,5	91,5
Participei da construção do meu Plano Individual de Atendimento (PIA).	85,7	41,7	38,1	50,8
Minha família participou da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).	57,1	29,2	38,1	39,0
O Plano Individual de Atendimento (PIA) está sendo cumprido.	78,6	33,3	38,1	45,8
Droga é coisa comum entre os adolescentes que cumprem a semiliberdade.	28,6	29,2	76,2	45,8
Quem cumpre medida, quando sai, volta pro “crime”.	50,0	37,5	38,1	40,7
É justo que eu pague pelo que eu fiz.	100,0	87,5	95,2	93,2
Não é justo perder minha liberdade.	50,0	41,7	66,7	52,5
Acho que a semiliberdade tem bons resultados.	92,9	66,7	90,5	81,4
Me sinto à vontade para conversar com os técnicos da unidade.	85,7	87,5	52,4	74,6
A medida ajuda na minha educação.	100,0	87,5	95,2	93,2
A casa da semiliberdade é bem arejada.	85,7	45,8	76,2	66,1
Gosto da comida oferecida na casa da semiliberdade.	85,7	25,0	19,0	37,3
A quantidade de comida servida é suficiente.	100,0	87,5	71,4	84,7
O colchão em que eu durmo está em bom estado.	85,7	54,2	23,8	50,8
A unidade é um ambiente de educação.	100,0	62,5	71,4	74,6
A semiliberdade é como uma prisão.	7,1	37,5	38,1	30,5
O que os técnicos me dizem na semiliberdade me ajuda a refletir sobre minhas atitudes.	100,0	91,7	90,5	93,2

Na internação, verifica-se uma mudança na avaliação do atendimento, com percentuais positivos bem mais baixos para as afirmações “A equipe socioeducativa pergunta como estão minhas notas” (55,5%), “A equipe socioeducativa costuma conversar com a gente” (70,5%) e “A equipe socioeducativa me incentiva a estudar” (77,7%).

Quanto à alimentação servida nas unidades, o percentual de satisfação é muito baixo, em torno de 10%, deixando evidente que esse aspecto deve ser melhorado. Quanto à quantidade, o nível de satisfação aumenta para 57%. Vale ressaltar que nas três unidades pesquisadas não existe refeitório. As refeições são servidas em marmitas dentro dos módulos. Não se pode perder de vista o direito humano à alimentação adequada, em qualidade e quantidade suficientes, de acordo com o perfil de cada indivíduo. A alimentação em estabelecimentos fechados dificilmente considera as peculiaridades dos usuários. Adolescentes com diabetes ou outra restrição alimentar precisam ser identificados e acompanhados, a fim de evitar problemas de saúde.

Em relação a estrutura física, os dados apontam que 83,7% dos entrevistados entendem que a unidade é como uma prisão. No entanto, ressalta-se percepção contrária na UIP, onde 59,3% dos adolescentes entendem que a unidade é um ambiente de educação. Somente 12% acham que os colchões onde dormem estão em bom estado.

No que se refere à elaboração e ao cumprimento do PIA, as unidades do Plano Piloto e de Planaltina apresentam melhores resultados. Contudo, a participação da família na construção do PIA é baixa em todas as unidades.

Tabela 123. Percentual de adolescentes em medida de internação que concordaram com as afirmações referentes à experiência na medida, segundo unidade de internação

Afirmações - Experiência na medida	UIPP	Unire	UIP	Total
A equipe socioeducativa pergunta como estão minhas notas.	51,4	62,4	55,6	55,5
A equipe socioeducativa me incentiva a estudar.	75,7	80,0	80,2	77,7
Minha família é atendida com frequência pela equipe socioeducativa da medida.	42,0	34,1	55,6	41,6
A equipe socioeducativa costuma conversar com a gente.	62,8	75,3	87,7	70,5
Participei da construção do meu Plano Individual de Atendimento (PIA).	68,8	60,0	80,2	67,7
Minha família participou da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).	37,8	32,9	25,9	34,5
O Plano Individual de Atendimento (PIA) está sendo cumprido.	53,8	47,1	70,4	54,2
Droga é coisa comum aqui dentro.	35,4	41,2	42,0	38,2
Quem cumpre medida, quando sai, volta pro "crime".	61,8	61,8	58,0	61,2
É justo que eu pague pelo que eu fiz.	95,8	94,7	91,4	94,8
Não é justo perder minha liberdade.	60,8	58,8	67,9	61,2
Acho que a internação tem bons resultados.	33,0	47,6	51,9	40,4
Me sinto à vontade para conversar com os técnicos da unidade.	72,6	63,5	79,0	70,7
A medida ajuda na minha educação.	50,0	58,8	67,9	55,5
Os quartos da unidade são bem arejados.	21,9	36,5	63,0	32,7
Gosto da comida oferecida na unidade.	5,6	8,8	25,9	9,6
A quantidade de comida servida é suficiente.	63,2	47,6	54,3	57,0
O colchão em que eu durmo está em bom estado.	10,8	14,1	12,3	12,1
A unidade é um ambiente de educação.	30,2	38,8	59,3	37,3
A unidade é como uma prisão.	88,9	78,8	75,3	83,7
O que os técnicos me dizem na internação me ajuda a refletir sobre minhas atitudes.	81,6	75,9	87,7	80,7

A questão das drogas na internação não é tão evidente quanto em outras medidas. Observa-se que 38,2% dos adolescentes dessa medida informam que droga é algo comum na

unidade. A crença na eficiência da medida também é baixa: 40,4% acreditam que a internação tem bons resultados e 61,2% afirmam que quem cumpre medida, quando sai, volta a cometer atos infracionais.

Os aspectos de saúde e educação foram analisados tanto em relação ao acesso a essas políticas quanto em relação à percepção dos adolescentes sobre esses aspectos. A saúde aparentemente é pouco utilizada pelos adolescentes em todas as medidas. Assim, quando a afirmação é de que os adolescentes têm fácil acesso ao serviço de saúde enquanto cumprem medida socioeducativa, há baixos percentuais de concordância, que revelam as muitas vezes em que a frase não se aplica, pelo fato de o adolescente não ter sentido necessidade de atendimento em saúde ou não ter procurado ajuda da equipe da unidade. Isso também pode ter provocado os baixos percentuais de concordância na afirmação “Sou bem atendido nos serviços de saúde”.

A importância da educação é reconhecida repetidas vezes, por exemplo a partir da concordância com a afirmação de que ir à escola pode mudar a vida dos adolescentes nas seguintes proporções: 86,9% na PSC, 92,4% na LA, 100% na semiliberdade e 93,1% na internação. O gosto pelos estudos é negado por uma baixa proporção de jovens: 42,4% na PSC, 43,6% na LA, 18,6% na semiliberdade e 24,7% na internação. Isso significa que os demais gostam de estudar. Logo, esse dado revela uma incongruência quando são verificados os percentuais de adolescentes fora da escola e em defasagem idade/série. O bom relacionamento com os professores também é afirmado pela maioria dos adolescentes: 56,6% na PSC, 54% na LA, 71,2% na semiliberdade e 92,2% na internação. Vale lembrar que os percentuais de adolescentes matriculados são mais baixos nas medidas socioeducativas abertas, o que pode ter influenciado os percentuais mais baixos nesse aspecto.

A ocorrência de conflitos na escola é aparentemente frequente, atingindo os adolescentes nas seguintes proporções: 71,7% na PSC, 60,7% na LA, 49,2% na semiliberdade e 34% na internação. O ambiente mais repressivo da internação pode ter influenciado na baixa concordância deles quanto a esse item, uma vez que a afirmação pode ter enviesado a resposta, fazendo-os referirem-se apenas à escola da unidade. Possivelmente deixaram de relatar situações de conflitos em escolas antes do cumprimento da medida.

Tabela 124. Percentual de adolescentes em medida de prestação de serviços à comunidade que concordaram com as afirmações referentes a saúde e educação

Afirmações - Saúde e Educação	%
Ir à escola pode mudar minha vida.	86,9
Já me envolvi em conflitos na escola.	71,7
Na escola me sinto discriminado por cumprir medida socioeducativa.	5,1
Não gosto de estudar.	42,4
Se eu precisar de serviço de saúde, consigo facilmente enquanto cumpro a medida.	27,3
Sou bem atendido nos serviços de saúde.	41,4
Tenho bom relacionamento com os professores na escola.	56,6

Tabela 125. Percentual de adolescentes em medida de liberdade assistida que concordaram com as afirmações referentes a saúde e educação

Afirmações - Saúde e Educação	%
Ir à escola pode mudar minha vida.	92,4
Já me envolvi em conflitos na escola.	60,7
Na escola me sinto discriminado por cumprir medida socioeducativa.	5,6
Não gosto de estudar.	43,6
Se eu precisar de serviço de saúde, consigo facilmente enquanto cumpro a medida.	41,1
Sou bem atendido nos serviços de saúde.	49,3
Tenho bom relacionamento com os professores na escola.	54,0

Tabela 126. Percentual de adolescentes em medida de semiliberdade que concordaram com as afirmações referentes a saúde e educação, segundo unidade de semiliberdade

Afirmações - Saúde e educação	Gama	Recanto das Emas	Taguatinga	Total
Ir à escola pode mudar minha vida.	100,0	100,0	100,0	100,0
Já me envolvi em conflitos na escola.	57,1	41,7	52,4	49,2
Não gosto de estudar.	21,4	16,7	19,0	18,6
Se eu precisar de serviço de saúde, consigo facilmente enquanto cumpro a medida.	78,6	62,5	52,4	62,7
Sou bem atendido nos serviços de saúde.	71,4	58,3	33,3	52,5
Tenho bom relacionamento com os professores na escola.	92,9	62,5	66,7	71,2

Tabela 127. Percentual de adolescentes em medida de internação que concordaram com as afirmações referentes a saúde e educação, segundo unidade de internação

Afirmações - Saúde e Educação	UIPP	Unire	UIP	Total
Ir à escola pode mudar minha vida.	91,7	93,5	97,5	93,1
Já me envolvi em conflitos na escola.	31,9	36,5	35,8	34,0
Não gosto de estudar.	26,4	15,9	37,0	24,7
Se eu precisar de serviço de saúde, consigo facilmente enquanto cumpro a medida.	26,7	28,2	70,4	33,8
Sou bem atendido nos serviços de saúde.	43,1	47,6	84,0	50,6
Tenho bom relacionamento com os professores na escola.	92,0	92,9	91,4	92,2

3. AÇÕES DA SECRIANÇA PARA O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO (2011-2013)

A atual gestão do Distrito Federal criou, em 2011, uma Secretaria específica para articulação e execução das políticas voltadas à infância e à adolescência, justificando a transferência do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania para a Secretaria de Estado da Criança¹. A referida mudança na estrutura do governo pode ser considerada um avanço, pois atenta para a continuidade entre infância e adolescência, vislumbrada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Distrito Federal é uma unidade da federação que acumula as competências de estado e de município. Por esse motivo, é responsável pela execução das medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semiliberdade e Internação. Além das medidas socioeducativas, faz parte do Sistema Socioeducativo do DF a execução do serviço de internação provisória, medida cautelar aplicada antes da sentença aos adolescentes acusados de cometimento de ato infracional.

Esse sistema, por anos, foi marcado pela precariedade e pela violação de direitos humanos. Assim, a gestão 2011/2014, “Juntos por um novo DF”, assumiu o compromisso de desenvolver uma série de ações para readequá-lo aos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Sob a coordenação da Secretaria de Estado de Governo, por meio de uma ferramenta denominada Planejamento Estratégico Situacional (PES)², foi elaborado, durante o primeiro semestre de 2011, o Plano Estratégico do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. Seguindo a metodologia do PES, o trabalho de planejamento começou pela formulação do Projeto de Governo. Assim, foram realizadas doze oficinas com a participação de gestores de diferentes níveis do sistema (em média 20 a 30 pessoas), cujo objetivo principal foi a construção do diagnóstico do conjunto do Sistema de Atendimento Socioeducativo.

O diagnóstico estruturou uma árvore de problemas³ em que foram identificadas, com base na narrativa dos gestores, 537 situações-problema que deveriam ser solucionadas a fim de que o Sistema Socioeducativo passasse a atender, integralmente, as previsões legais do ECA e do Sinase.

Após a validação do diagnóstico, passou-se à formulação de enunciados centrais que estruturariam o Plano Estratégico. Dessa forma, foram desenvolvidos um objetivo estratégico, seis objetivos específicos e trinta e uma diretrizes. Tais enunciados compõem a “coluna vertebral”, ou seja, a constituição do Plano Estratégico 2011/2022 para o Sistema Socioeducativo do Distrito Federal.

Em consonância com esse planejamento, a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (Subsis), órgão da SECriança responsável pelas medidas socioeducativas e pela internação provisória, vem desenvolvendo suas ações, fundamentando-as na rigorosa aplicação dos direitos dos adolescentes, conforme o disposto na Constituição, nas normas internacionais, no ECA e no Sinase.

¹Conforme Decreto N° 32.716, de 1° de janeiro de 2011.

² Metodologia criada pelo chileno Carlos Matus.

³ Diagrama de organização de enunciados em que há uma hierarquização lógica de situações (fatos indesejáveis - problemas) mais gerais para situações mais específicas.

Dentre essas ações, destacam-se aquelas voltadas à articulação de políticas governamentais, com objetivo de elaborar estratégias conjuntas para o desenvolvimento de ações relativas à execução de medidas socioeducativas. Isso representa uma iniciativa do governo de regulamentar, no âmbito do Distrito Federal, o artigo 86 do ECA que informa que “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

Nesse contexto, foi publicada no Diário Oficial nº 192 de 03 de outubro de 2011 a Portaria Conjunta nº 1, de 30 de setembro de 2011, que regula as relações entre a SECriança e a Secretaria de Estado de Saúde (SES), para a execução da política de Atenção Integral à saúde dos adolescentes em conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória. A publicação dessa portaria se deu a partir do Plano Operativo Estadual de Atenção Integral a Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei em Regime de Internação e Internação Provisória (POE), previsto na Portaria Interministerial nº 1.426, de 14 de julho de 2004, entre Ministério da Saúde (MS), Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

O POE dispõe que a SECriança deve possibilitar as condições necessárias para o atendimento em saúde dos adolescentes que se encontram cumprindo medida socioeducativa. Já a SES, é responsável pelos serviços de saúde, que devem ser ofertados a esses adolescentes com prioridade, conforme previsto pelo ECA. Nesse sentido, as ações das equipes do sistema socioeducativo, no que se refere à saúde, têm se dado a partir da constante articulação com a SES, a fim de garantir o acesso de qualidade dos socioeducandos a todos os serviços de saúde que venham a demandar. Algumas dessas ações foram:

- Projeto de Controle e Prevenção do Tabagismo nas Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal: criado pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo com os objetivos de incluir os núcleos de saúde de suas unidades de internação dentre os Centros de Referência no tratamento do tabagismo da SES, que executam o Programa de Controle do Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer (Inca) no DF; bem como de incluir a prevenção ao tabagismo dentre os objetivos do atendimento socioeducativo realizado nessas unidades.
- Distribuição de Cartilhas Educativas: A Unidade de Internação do Plano Piloto - UIPP, em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Ministério da Justiça, tem distribuído cartilhas educativas de combate e prevenção ao uso de drogas.
- Capacitação Profissional: 30 servidores das unidades do sistema socioeducativo do DF participaram entre os dias 03 e 05 de maio de 2013 do Congresso Internacional sobre Drogas – Lei, Saúde e Sociedade, realizado no Museu Nacional da República, tendo as inscrições custeadas pela SECriança;
- Participação no Termo de Cooperação Marco Zero: A Subsis tem participado de reuniões do termo de Cooperação Marco Zero, juntamente com outras Secretarias do DF, para o enfrentamento do crack e outras drogas;
- Desenvolvimento do Projeto de Matriciamento COMPP/UIPP em Saúde Mental Infanto-Juvenil: A Unidade de Internação do Plano Piloto (UIPP), em parceria com o Centro de Orientação Médico Psicopedagógico (COMPP/SES), inaugurou em dezembro de 2012 um núcleo especializado em saúde mental a ser expandido para todo o sistema socioeducativo. Dentre as ações previstas nesse projeto está o acompanhamento dos

adolescentes e jovens com transtorno mental decorrentes do uso de crack e outras drogas, juntamente com suas famílias.

- Inauguração do Espaço Saúde no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI): espaço de saúde que funciona em conformidade com o POE, com estrutura física e equipamentos garantidos pela SECriança, e profissionais garantidos pela SES, dentre eles, médico e enfermeiros.

No âmbito da profissionalização e da empregabilidade, ressalta-se que essa política era executada no Sistema Socioeducativo do DF por meio de ações isoladas dos servidores ou em oficinas ocupacionais nas Unidades de Internação, que não ofereciam certificação e capacitação adequada para inserção no mercado de trabalho.

Por meio da Gerência de Trabalho e Empregabilidade da Coordenação de Articulação do Sistema Socioeducativo/Subsis, ações foram desenvolvidas no sentido de garantir o direito à profissionalização aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, bem como a inserção no mercado de trabalho. Assim, destacam-se:

- Adesão ao Pronatec: a SECriança fez adesão, em 18 de dezembro de 2012, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Assim, foram garantidas aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa mais de 450 vagas em cursos profissionalizantes ministrados por entidades do Sistema “S” e outras entidades parceiras, como o Instituto Federal de Brasília (IFB).
- Celebração do Acordo de Cooperação Técnica e Operacional com a Defensoria Pública do DF: publicado no Diário Oficial do DF em 19 de junho de 2013, tem por objetivos propiciar oportunidade de realização de estágio remunerado aos adolescentes; e possibilitar espaços para o cumprimento da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade.
- Programa de qualificação social e profissional — Projovem: visa à capacitação de jovens entre 18 e 29 anos, dando-lhes a oportunidade de inserção no mercado de trabalho. Esse programa, que está sendo executado pela Secretaria de Estado de Trabalho do DF em 2013, reservou 60 vagas ao sistema socioeducativo.
- Articulação com Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE): foi constituído banco de dados específico para os adolescentes do sistema socioeducativo, a partir do qual são selecionados candidatos para inserção nos programas de aprendizagem e estágios ofertados por empresas privadas e órgãos públicos. É, também, realizada orientação aos adolescentes quanto à inserção no mercado de trabalho, sendo abordados temas tais como postura profissional, pontualidade, elaboração de currículo, dentre outros.

No que se refere à escolarização, a garantia da assistência educacional aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa e internação cautelar está sendo efetivada por meio dos seguintes dispositivos:

- Termo de Cooperação Técnica nº 02/013 publicado em 13 de maio de 2013 no DODF Nº 96 p.45, Processo: 080.0086/19/2013, vigente desde sua assinatura em 16 de abril de 2013, tem por objetivo a mútua cooperação entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado da Criança para a escolarização dos adolescentes em

cumprimento de medidas socioeducativas de internação estrita, de semiliberdade, de liberdade assistida, de prestação de serviços à comunidade e, ainda, aos adolescentes autores de atos infracionais em internação cautelar e aos atendidos pelo Núcleo de Atendimento Integrado (NAI);

- Portaria nº 08 de 16 de abril de 2013 que dispõe sobre a lotação dos profissionais da educação que atuam nos Núcleos de Ensino que funcionam nas unidades de internação e a escrituração escolar dos alunos; e
- Portaria Conjunta nº 09 de 16 de abril de 2013, que dispõe sobre as rotinas de acompanhamento da escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A Subsis também vêm trabalhando na formação de educadores da rede pública de ensino para que o fenômeno da exclusão escolar seja compreendido por um prisma interdisciplinar e intersetorial, e para que se possa pensar em estratégias para seu enfrentamento. Para tanto, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, está sendo realizada formação continuada para profissionais que atuam na escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, inicialmente em Ceilândia, com expectativas de extensão a toda a rede pública de ensino.

Quanto à política de assistência social, a Subsis desenvolveu ações em parceria com a Sedest, para a otimização dos serviços, tanto na forma administrativa quanto no atendimento específico às demandas dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e suas famílias. Dentre essas ações está a construção de fluxo entre a SECriança e a Sedest, quanto à inserção nos serviços socioassistenciais ofertados por esta última.

Nesse contexto, encontra-se a consolidação da parceria com a Secretaria de Estado de Cultura (SECult), estabelecendo, por meio da Portaria Conjunta nº 55, de 10 de julho de 2013, que, anualmente, 30 a 100 das contrapartidas de natureza artístico-cultural oferecidas ao Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal, serão executadas em unidades de medidas socioeducativas, conforme a disponibilidade das contrapartidas e adequação ao público alvo. Também em Parceria com a SECult, foi publicada a Portaria Conjunta nº 05, de 15 de maio de 2013, que visa democratizar o acesso ao livro e à informação para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e seus familiares, por meio da implementação do Programa Mala do Livro.

Nesse âmbito também foi realizado o mapeamento das redes de esporte, cultura e lazer do DF, criando um banco de dados, visando ofertar às unidades um instrumento de consulta de equipamentos públicos, programas e projetos que podem constituir rede local para inserção dos adolescentes. As informações obtidas foram condensadas em uma cartilha e distribuídas às unidades, devendo ser atualizadas periodicamente.

Em parceria com a Secretaria de Estado de Esporte, foi elaborado um fluxo de atendimento aos adolescentes em medidas socioeducativas de meio e aberto e de semiliberdade nos Centros Olímpicos, visando oportunizar o acesso desses adolescentes às modalidades esportivas oferecidas pelos Centros. A parceria permite que mais adolescentes sejam atendidos nos Centros Olímpicos.

Os Centros Olímpicos também constituem espaço de cumprimento de PSC, assim como a Associação de Voluntários do Hospital Universitário de Brasília, o Jardim Zoológico de Brasília, Jardim Botânico, diversas Administrações Regionais, Emater, Hospital Sarah, SECult, Centro

Salesiano do Menor, entre outros órgãos. Desde 2011, houve um aumento significativo dos convênios firmados, e, conseqüentemente, da quantidade de vagas disponíveis. Atualmente, há 1248 vagas por ano, o que representa um aumento de 67,98% no número de vagas oferecidas, em relação a janeiro de 2011.

A reestruturação física das unidades também constitui ponto fundamental para que a política local de ressocialização dos adolescentes autores de ato infracional esteja pautada nas diretrizes do Sinase. Para tanto, as Uama de Santa Maria, Brazlândia, Guará, Samambaia, Paranoá e São Sebastião foram reformadas. As Uama do Gama, Taguatinga, Planaltina, Ceilândia e Sobradinho estão em um novo espaço físico e há processo de locação de imóvel para a Unidade do Plano Piloto e de construção de nova unidade em Ceilândia.

As Unidades de Semiliberdade de Taguatinga e do Gama também foram reformadas e a do Recanto das Emas encontra-se em novo espaço físico. Recentemente foi inaugurada uma nova Unidade de Semiliberdade, em Santa Maria, o que possibilitou maior adequação às diretrizes do Sinase quanto ao efetivo de adolescentes atendidos por unidade.

São de conhecimento nacional e internacional os problemas enfrentados pela UIPP quanto à precariedade e insalubridade da sua estrutura, além da superlotação. Construído para abrigar 162 adolescentes autores de atos infracionais, essa unidade chegou a ter 470 socioeducandos. Assim, a reestruturação física das unidades de internação está sendo realizada considerando o processo de desocupação da UIPP, envolvendo dois grupos de ações simultâneas, o primeiro voltado aos adolescentes atualmente internados na unidade e o segundo voltado às demandas futuras do sistema socioeducativo. Inicialmente, em fevereiro de 2012, foi realizada a transferência das adolescentes que cumpriam medida socioeducativa na UIPP para a Unire, em espaço reformado especificamente para recebê-las.

Dando cumprimento ao artigo 88, inciso V, do ECA, em 28 de fevereiro de 2013 foi inaugurado o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), com instalações adequadas para o alojamento de até 30 adolescentes. O NAI funciona de maneira integrada e reúne no mesmo espaço Vara da Infância e da Juventude, Promotoria da Infância e da Juventude, Defensoria Pública, SECriança, Sedest, SES e Secretaria de Estado de Educação, para efeito de agilização do atendimento inicial aos adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional.

Nesse núcleo, funciona a Unidade de Atendimento Inicial – UAI, porta de entrada do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, destinada a prestar o primeiro atendimento a esses adolescentes. Com funcionamento ininterrupto, realiza em média 450 atendimentos ao mês, com uma equipe de especialistas, formada por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. O fluxo de atendimento do NAI foi definido em Protocolo de Cooperação Interinstitucional, assinado por todos os órgãos parceiros, em 18 de fevereiro de 2013.

Em 30 de novembro de 2013, foi inaugurada uma nova ala no Centro Socioeducativo Amigoniano (Cesami), em São Sebastião, ampliando o número de vagas de 120 para 180 adolescentes que cumprem internação provisória. Foram construídas novas salas de aula, duas salas de atendimento, dois alojamentos com 15 quartos duplos, uma quadra de esportes e uma quadra de areia.

Para possibilitar um acompanhamento efetivo da transição do usufruto de saídas sistemáticas para a liberação da medida socioeducativa de internação, foi destinada área contígua à Unire para adolescentes que receberam esse benefício de saída. A área foi reformada, com espaço físico similar a um conjunto de residências, onde serão realizadas atividades que têm por objetivo a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho e a diminuição da

probabilidade de reincidência no cometimento de ato infracional. O Decreto nº 34.866, de 21 de novembro de 2013, criou a Unidade de Internação de Saída Sistemática, que tem previsão de inauguração para dezembro de 2013.

Estão previstas as inaugurações das Unidades de Internação de São Sebastião e de Brazlândia, cada uma com capacidade para atender 90 adolescentes. Além dessas, pretende-se inaugurar outras unidades de internação em 2014: em Santa Maria, Sobradinho e no Gama, sendo esta última para o público feminino. Para a internação provisória estão previstas uma unidade em Ceilândia e outra em Samambaia.

As novas unidades de internação respeitam o modelo arquitetônico do estado do Paraná, que venceu a categoria “Execução de Medidas em Meio Fechado” no 3º Prêmio Sócio-Educando em 2010. Trata-se de um modelo que amplia a segurança e cria um ambiente mais propício a atividades pedagógicas. As unidades contam com alojamentos em forma de casas tradicionais e praças como espaços de convivência. Além disso, há espaço destinado a um núcleo de saúde, para atendimento odontológico e de enfermagem, um espaço de arena para atividades culturais, ginásios cobertos, salas de aulas, oficinas, área para a visita dos familiares e um espaço ecumênico.

Ações da Subsis também foram desenvolvidas com o objetivo de reestruturar tecnicamente a execução das medidas socioeducativas. Assim, foram elaborados os Projetos Político-Pedagógicos das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal, com início das oficinas em setembro de 2012 e publicação dos exemplares em outubro de 2013. Os projetos foram construídos por meio de frentes de debate, com a participação de servidores, adolescentes e famílias.

Em cumprimento à Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que regulamenta o Sinase, foi elaborado o Programa de Atendimento do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal e realizada sua inscrição no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA), após aprovação em reunião plenária ordinária em outubro de 2013. Cabe ressaltar que, atendendo aos requisitos obrigatórios para a inscrição do programa de atendimento no CDCA, foram também elaborados os regimentos internos das medidas socioeducativas, que regulam o funcionamento das unidades, tornando possível a padronização das práticas.

Também atendendo à legislação quanto à previsão de ações de acompanhamento do adolescente após o cumprimento de medida socioeducativa, foi elaborada a política de acompanhamento dos egressos. Essa política será implementada de forma compartilhada entre SECriança e entidade da sociedade civil a ser conveniada. Para tanto, o projeto construído visa à contratação de entidade civil sem fins lucrativos para formalizar convênio, pelo período de um ano, objetivando a execução do Programa de Acompanhamento dos Egressos do Sistema Socioeducativo do DF.

Inicialmente, a entidade conveniada acompanhará os egressos das medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade que aderirem ao Programa. O acompanhamento será realizado por um período de seis meses, visando fortalecer cidadania, autonomia e protagonismo, bem como contribuir para redução da reincidência. O início do processo de Chamamento Público para seleção da entidade a ser conveniada está previsto para dezembro de 2013.

A adesão a um Sistema de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo, bem como sua operação efetiva, conforme a mesma lei, constitui também uma ação da Subsis para readequar o Sistema Socioeducativo do DF aos princípios e diretrizes do Sinase. Assim, a

implementação do SIPIA/Sinase – Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas está sendo realizada nas Unidades de Atendimento em Meio Aberto, com previsão de implementação nas Unidades de Internação e de Semiliberdade em 2014.

O sistema consiste em um banco de dados único com abrangência nacional, para registro e tratamento de dados referentes a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, sendo uma ferramenta de integração entre as instituições executoras de medidas socioeducativas, Ministério Público, Varas da Infância e da Juventude, delegacias, Creas e demais órgãos das esferas municipal, estadual e federal.

Outra ação que cabe ser destacada é o Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo, que visa oportunizar espaços de formação e discussão sobre temas específicos da área de infância e adolescência, promovendo a integração da comunidade socioeducativa local, com vistas a subsidiar a construção coletiva de políticas públicas.

Em 2012, foram realizados quatro fóruns, com a participação de aproximadamente 380 servidores. O primeiro aconteceu em 27 de março e teve como tema “O Adolescente em Conflito com a Lei – Metodologias de Intervenção, Referendando a Lei do Sinase”. O segundo, realizado em 26 de abril, discutiu o tema “Trocando Experiências de Socioeducação”. O terceiro valorizou a “História de Luta das Mulheres”, entre 09 e 10 maio. O quarto, em 27 de junho, teve como tema a Medida de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC: “PSC em Foco”. Em 2013, foi feito o 5º Fórum, sobre “Primeiras Crises do Tipo Psicótico e Adolescência”, com a participação de aproximadamente 95 servidores. Ainda em 2013, em novembro, foi realizada licitação para contratação de empresa para organização do fórum, com previsão de oito encontros ao longo de 2014.

Além do Fórum, a SECriança vem promovendo cursos de formação introdutória e continuada, por meio de convênios e contratos, ou organizados pela Gerência de Estudos da Coordenação de Articulação Institucional/Subsis/SECriança. Em 2012, foi realizado curso de capacitação introdutória para 220 novos servidores, bem como houve participação em curso de atendimento pré-hospitalar básico; curso de capacitação de orientação integral, no I Seminário de Psicologia e Medidas Socioeducativas e no I Fórum de Psicologia e Medidas Socioeducativas. Já em 2013, além do curso de capacitação para novos servidores, foi realizado o II Fórum de Psicologia e Medidas Socioeducativas e houve participação dos servidores nos cursos de Combate a Incêndio, Informática Básica, Educação para a Paz e Primeiros Socorros.

Assim, no período de 2011 a 2013, foram capacitados aproximadamente 70% dos servidores do Sistema Socioeducativo. Dos que ingressaram por meio de concurso público em 2010, 100% passaram por capacitação introdutória.

Ademais, foi realizada capacitação de outubro de 2013 a janeiro de 2014 com 500 servidores por meio do curso de Formação de Operadores do Sinase em modalidade de educação a distância, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Também está em andamento um curso de capacitação para 140 servidores do Sistema Socioeducativo em parceria com o Cedeca. Foi formalizado convênio com a SDH para contratação de instituição de ensino para realização de capacitação de servidores até maio de 2014.

Em âmbito nacional, está ocorrendo discussão promovida pela SDH, sobre a Escola de Socioeducação, que terá por objetivo possibilitar padronização da política de formação dos profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo, com matriz curricular e metodologia única para todos os estados. Há previsão de que essa escola inicie suas atividades no DF em 2014, o

que está sob responsabilidade da Escola de Governo do DF, onde serão realizadas aulas presenciais. A formação será obrigatória e continuada para todos os servidores do Sistema Socioeducativo. Além do curso básico comum a todos os socioeducadores, são previstos também cursos de especialização, ofertados periodicamente.

As unidades do sistema socioeducativo também desenvolvem atividades, das quais destaca-se a Orquestra Plena Harmonia, da UIPP, formada por adolescentes e servidores dessa unidade. Com início em outubro de 2012, a orquestra vem se apresentando em diversos eventos, como no espetáculo “Contos Sonoros”, apresentado com a participação de artistas da Companhia Burlesca de Teatro. Os adolescentes também participam de oficinas de música, com aulas duas vezes por semana.

O Projeto de Introdução a Práticas Não Violentas de Resolução de Conflitos é realizado na UIP, oferecendo aos servidores dessa unidade informações teóricas e vivências práticas sobre a temática.

Com representantes das Promotorias de Justiça da Infância e de Ceilândia, da SECriança, da Secretaria de Estado de Educação, da Sedest e dos Conselhos Tutelares de Ceilândia Norte e Sul, o Projeto “Escola: Tô Dentro” busca promover a inclusão de adolescentes em cumprimento de LA nas escolas da rede pública de ensino do DF, bem como maior permanência e desempenho escolar satisfatório. Ressalta-se que a região administrativa da Ceilândia foi escolhida para o início da execução do projeto por ser aquela com o maior número de adolescentes nessa medida.

Uma nas Escolas é um projeto desenvolvido na Uama de São Sebastião no âmbito da educação. Tem como objetivos levar informações sobre as medidas socioeducativas aos estudantes das escolas públicas, prevenir o abandono escolar e propiciar informações acerca do ECA e demais legislações que apresentam os direitos humanos das crianças e adolescentes. Nesse projeto, o trabalho não é realizado apenas com adolescentes que cumprem medida socioeducativa, mas com todos os alunos da escola e professores da rede pública de ensino de São Sebastião, tendo, portanto, a participação de cerca de 4.000 alunos e 220 professores.

O Projeto Caminhos sobre Rodas é realizado na Uama Plano Piloto. Visa colocar em discussão questões relacionadas à deficiência física, promovendo conhecimento e maior sensibilização dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa nessa unidade sobre a questão dos cadeirantes em Brasília.

Frente ao exposto, destaca-se que a SECriança, por meio da Subsis, assumiu o compromisso ético de humanizar o atendimento aos adolescentes e às adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa no DF. Será possível, assim, falar em práticas que atuem sobre as diversas facetas das condições pessoais e sociais da vida desses adolescentes, lhes garantido acesso aos direitos individuais fundamentais e alterando o curso de suas trajetórias de vida. Esta pesquisa vem corroborar esse perfil da Secretaria, agora buscando informações para agir de forma diretiva sobre problemas concretamente identificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim desta pesquisa é marcado por esperança. Sua construção, sua execução e sua conclusão foram motivadas pelo interesse de suplantar o senso comum quanto aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. O conhecimento leigo tende ao simplismo, à superficialidade e, mais do que isso, a mostrar o lado negativo das coisas, que é o que de fato se mostra, na mídia e no cotidiano.

A aproximação com esses adolescentes, mais do que um desejo dos gestores de políticas, é uma necessidade da gestão e da sociedade. Ainda que haja formas institucionais de registro de informações sobre os socioeducandos, pouco havia sido pesquisado sobre suas ânsias e histórias em comum, seus desejos imediatos e de longo prazo ou suas queixas quanto ao cumprimento da medida socioeducativa. A metodologia criada por este estudo tem a vantagem da possibilidade de replicação periódica e em outros lugares, podendo converter-se em instrumento de acompanhamento do sistema socioeducativo.

É possível que se desenvolvam novas fases a esse acompanhamento, incluindo, por exemplo, formas de ouvir as famílias e os trabalhadores do sistema e de avaliar, por observação e perícia, a estrutura física das unidades.

Esta pesquisa mensura, por números, diversos aspectos tratados no formulário de entrevista com os adolescentes. Esses dados convertem-se em demandas e, portanto, em instrumentos de gestão e em um retrato do presente, do passado e do futuro dos socioeducandos.

Os adolescentes entrevistados são do sexo masculino, têm entre 15 e 18 anos, têm família – muitas vezes reduzida à mãe e aos irmãos –, são pobres, com renda média mensal de até três salários mínimos no domicílio. São negros – declaram-se pretos e pardos – em sua maioria. Residem em regiões administrativas predominantemente pobres no Distrito Federal: Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Planaltina, Santa Maria e tantas outras. E foi aí que nasceram. Eles têm baixa escolaridade, na maioria das vezes incompatível com sua idade, tendo grande dificuldade de concluir o ensino fundamental e mesmo de frequentar a escola, que se mostra pouco atrativa para fazê-los permanecer.

A violência nem sempre fez parte da história desses meninos, exceto a institucional e a estrutural. E é quase unânime a compreensão de que o contato com a polícia é traumático – física e psicologicamente. A agressividade que leva ao ato infracional é motivada principalmente pela dificuldade de acesso ao principal valor anunciado pela sociedade: o consumo. Seus gastos principais são com roupas de marca e lanches em locais que, normalmente, não frequentariam. Quando informam gastar com lazer, é de festas que falam, mesmo que não haja o que comemorar e que o encontro se dê na rua, próximo de um carro com o porta-malas aberto, com música alta do momento e amigos e amigas, namoradas ou ficantes para dançar, beber e conviver.

Grande parte deles já trabalhou antes de completar 14 anos e muitos continuam trabalhando sem carteira assinada, sem contribuir para o INSS. Poucos ajudam em casa com esse dinheiro. A maioria sequer sabe quanto entra no caixa da família todos os meses, tamanho o distanciamento do cotidiano domiciliar. O vínculo com a família permanece pelo afeto e pela

certeza de que a casa é o lugar mais seguro do mundo, onde há uma mãe para cuidar do adolescente quando estiver doente.

Grande parte desses adolescentes não tem o hábito de frequentar igrejas ou outros templos. Dentre os que frequentam, diferentemente da população brasileira em geral, a maioria é de evangélicos, seguidos pelos católicos. Os valores da grande mídia e da tal música da moda encontram terreno fértil nessas mentes pouco ocupadas pelo conteúdo das salas de aula, pelos estudos religiosos ou mesmo pelo exemplo de casa. Com referências masculinas que demonstram principalmente o abandono do lar, dos filhos, a agressividade como resposta aos não, os adolescentes apresentados aqui sentem-se, precocemente, responsáveis por si, mas sem o discernimento e a educação necessários para que estabeleçam prioridades e metas e saibam como se comportar diante das adversidades.

São adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto sem saber do que se trata, sem compreender o que isso tem a ver com o Poder Judiciário e como isso pode implicar seus próximos atos, e que cumprem medidas restritivas, revoltados pela perda de liberdade, mas orgulhosos por conseguirem, dessa forma, estar em uma escola e avançar nos estudos. Insistentemente levados a crer que não conseguirão romper com o histórico galgado por sua família, mantêm autoestima bastante reduzida, embora com desejo de dias melhores. Como a sua construção social e sua inserção na sociedade permanece como quando da entrada no sistema, a reincidência acontece com frequência entre esses meninos e jovens.

Poucos foram os casos em que os pesquisadores suspeitaram de alguma psicopatia ou sociopatia entre os adolescentes. As moças e os rapazes entrevistados demonstram arrependimento, vergonha, vontade de mudar seu destino e de deixar o passado como aprendizado. Faltam a sociedade e as políticas permitirem o aprendizado de forma saudável, que não os vitime mais uma vez, após tanto tempo sem protagonismo e sem acesso a direitos.

O tráfico de drogas aparece, assim como o roubo e o furto, como uma forma de conseguir integração à sociedade de consumo. Em outros casos, ele vem acompanhado do vício, que justifica a venda num ciclo.

Nas medidas socioeducativas, os adolescentes têm profissionais de referência para orientá-los, mas, na maioria das vezes, não há vínculo forte o suficiente para garantir reflexões profundas sobre a própria vida e sobre os rumos que pretendem tomar, bem como que levem a uma mudança de comportamento real e sustentável.

São garotos com sonhos, mas que se tornam mais utópicos quanto maior a gravidade da medida que cumprem. Terminar o ensino médio é considerado um desafio tremendo e, mesmo com frequência obrigatória a escola na internação, os socioeducandos dessa medida se veem distantes dessa meta. Não é, no entanto, tão difícil, do ponto de vista da organização da política, garantir algumas oportunidades. Os adolescentes mostram-se empolgados com diversas áreas em que podem se capacitar ou trabalhar: informática, mecânica de automóveis e eletroeletrônica são as principais. Muitos também têm o desejo de fazer algum curso superior, alguns incentivados por experiências anteriores de trabalho e até mesmo pelo cumprimento da PSC.

A socialização pode ser incentivada por diversas iniciativas esportivas, desde o futebol e outros esportes em grupo, até aqueles que exigem maior concentração e noção de respeito ao outro, como as artes marciais. O ciclismo pode ser utilizado pelas medidas de meio aberto. O lazer pode contar com propostas de cinema, teatro, shows e exposições de arte. A música

melhora a comunicação, permite a expressão e também ressocializa. No entanto, as unidades deverão enfrentar o fato de que muitas dessas opções inexistem nas regiões administrativas em que estão instaladas.

A partir dessas reflexões e dos apontamentos construídos com os dados e com a análise dos grupos focais, foi elaborado o seguinte quadro, com diretrizes para alguns temas.

Temas	Diretrizes
Gestão das unidades de atendimento socioeducativo	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do projeto político pedagógico em todas as unidades de atendimento • Adequação do espaço físico para o desenvolvimento da proposta pedagógica • Mobilização da rede local para garantir atendimento aos adolescentes nas diversas políticas • Identificação das interfaces das demandas do sistema socioeducativo com a política de assistência social e com o Poder Judiciário • Investimento para uma gestão dinâmica dos programas e serviços de caráter socioeducativo • Implantação de um sistema de informação integrado e com dados relevantes para a gestão e para o acompanhamento dos adolescentes
Diversidade étnico-racial	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de ações afirmativas, que promovam a autoestima dos adolescentes na sua especificidade étnico-racial • Capacitação e sensibilização dos profissionais sobre o tema
Equipe técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação continuada dos trabalhadores do sistema socioeducativo • Realização de levantamentos e ou pesquisas a fim de identificar suas principais dificuldades no cotidiano com os adolescentes • Realização de seleções de profissionais adequadas à demanda e às exigências do Sinase, evitando-se pessoas com perfil não coerente com a proposta da política de atendimento
Escolarização	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de parceria com a comunidade escolar para garantir o retorno e a permanência dos adolescentes na escola • Supervisão e acompanhamento da frequência e do aproveitamento escolar do adolescente, em parceria com o Conselho Tutelar, quando couber
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão dos adolescentes em programas de emprego, renda e qualificação profissional • Elaboração de reflexões com os adolescentes e as famílias sobre as consequências do trabalho infantil e a importância da educação formal no alcance de trabalhos mais bem remunerados • Construção de planos de futuro que envolvam trabalho com direitos e contribuição para a previdência social
Cultura, esporte e lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de parcerias com os gestores das áreas de esporte, cultura e lazer, visando o cumprimento dos artigos 58 e 59 do ECA • Garantia à participação dos adolescentes em atividades de cultura e lazer com a facilitação das unidades de atendimento • Garantia de previsão orçamentária e de transporte para que os adolescentes possam acessar eventos culturais fora das regiões administrativas onde cumprem as medidas • Fortalecimento de propostas de cultura itinerantes, que cheguem à região administrativa onde os adolescentes moram e ou cumprem medida socioeducativa
Família	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da participação da família na construção do PIA e no acompanhamento da medida socioeducativa • Acompanhamento sistemático da família, individualmente ou em grupo
Segurança e violência	<ul style="list-style-type: none"> • Priorização de atividades socioeducativas em detrimento de práticas repressivas, em especial nas medidas restritivas de liberdade

	<ul style="list-style-type: none">• Monitoramento sistemático da situação estrutural e de recursos humanos das unidades, em especial das unidades de internação e semiliberdade• Capacitação dos profissionais em segurança preventiva para intervenção junto aos adolescentes• Ampliação da participação dos adolescentes durante o cumprimento das medidas, principalmente nas medidas de internação e semiliberdade
--	--

Mantendo a esperança e com o desejo real de contribuir para as mudanças necessárias, a Codeplan e a Secretaria de Estado da Criança deixam este trabalho como um panorama da situação encontrada e o desafio desta e das próximas gestões do sistema socioeducativo de fazer valer o ECA e as legislações vigentes de atenção às crianças e aos adolescentes. Com a ciência de que o melhor caminho é evitar que ocorra o ato infracional, fica também aqui um conclave ao Estado e às autoridades responsáveis pelos diversos setores que se relacionam a esse tema, para que o incluam em seus programas, deixando de lado preconceitos e tendências a exclusões que só fortalecem a marginalização desses que são o futuro do país e têm um potencial imenso para colaborar para que ele seja uma grande nação.

APÊNDICE

A – Formulário de entrevista – Prestação de Serviços à Comunidade

B – Formulário de entrevista – Liberdade Assistida

C – Formulário de entrevista – Semiliberdade

D – Formulário de entrevista – Internação



PERFIL E PERCEPÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
Prestação de Serviços à Comunidade

CONTROLE		
Nº: _____ UNIDADE: _____ DATA DA COLETA: ____/____/____ RESPONSÁVEL: _____		
PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL		
1 – Reincidente? 1. () Sim 2. () Não 0. () Não informa	2 – Número de passagens pelo Sistema Socioeducativo: _____	
3 – Onde está cumprindo a medida? 1. () HUB 2. () Secretaria de Estado de Esporte (Centros Olímpicos) 3. () Lar dos Velinhos 4. () Jardim Zoológico de Brasília 5. () Jardim Botânico de Brasília 6. () Emater (hortas) 7. () Secretaria de Estado de Cultura 8. () Hospital Sarah 9. () Administração Regional 10. () Outro local 11. () Não está cumprindo	4 – Acumula PSC com LA? 1. () Sim 2. () Não 0. () Sem informação	
	5 – Tempo gasto até o encaminhamento ao local para prestação de serviço: 1. () Menos de um mês 2. () Um a dois meses 3. () Mais de dois a quatro meses 4. () Mais de quatro meses 5. () Não sabe/não informa	
6 – Há quanto tempo cumpre esta medida? 1. () 0 a 2 meses 4. () Mais de 6 meses a um ano 2. () Mais de 2 a 4 meses 5. () Mais de um ano 3. () Mais de 4 a 6 meses 0. () Não sabe/não informa		7 – Ato infracional que motivou esta medida: _____ (inserir código)
8 – Sexo 1. () Masculino 2. () Feminino	9 – Idade _____ anos completos	10 – Raça/cor 1. () Branca 3. () Parda 5. () Indígena 2. () Preta 4. () Amarela 6. () Não sabe/não informa
11 – Estado civil/conjugal 1. () Solteiro (a) 2. () Vive em união 3. () Não vive, mas já viveu em união 0. () Não sabe / não informa	12 – Quantidade de filhos: _____	
	13 – UF de nascimento (inserir código): _____	
	14 – Local em que reside (inserir código): _____	
15 – Religião 1. () Católica 2. () Protestante/Evangélica 3. () Espírita/Espiritualista 4. () Religiões afro-brasileiras 5. () Outras 6. () Não segue religião 0. () Não sabe/não informa	16 – Situação escolar 1. () Nunca estudou 2. () Não estuda atualmente 3. () Matriculado(a) e frequenta 4. () Matriculado(a) e não frequenta 0. () Não sabe/não informa	
17 – Escolaridade 1. () Sem instrução 5. () Ensino médio completo 2. () Ensino fundamental incompleto 6. () Ensino superior incompleto 3. () Ensino fundamental completo 7. () Ensino superior completo 4. () Ensino médio incompleto 0. () Não sabe/não informa		



18 – Com quem reside?

- | | |
|--------------------------------------|--|
| 1. () Mãe | 8. () Companheira(o) |
| 2. () Pai | 9. () Em instituição governamental |
| 3. () Irmãos | 10. () Em instituição não governamental |
| 4. () Madrasta | 11. () Outros |
| 5. () Padrasto | 12. () Só |
| 6. () Familiares (tios, avós, etc.) | 0. () Não sabe/não informa |
| 7. () Amigos | |

19 – Renda familiar mensal (em salários mínimos)

- | | | | | |
|---------------|--------------------|-----------------------------|--------------|--------------|
| 1. () Até ½ | 2. () ½ a 1 | 3. () 1 a 2 | 4. () 2 a 3 | 5. () 3 a 5 |
| 6. () 5 a 10 | 7. () Mais que 10 | 0. () Não sabe/não informa | | |

20 – Situação trabalhista

1. () Nunca trabalhou
2. () Já trabalhou, mas não trabalha no momento
3. () Trabalha no mercado formal/CTPS
4. () Trabalha no mercado informal
5. () Trabalha como autônomo(a)
6. () Trabalha como estagiário(a)
7. () Trabalha como adolescente aprendiz
0. () Não sabe/não informa

21 – Trabalhou antes dos 14 anos?

1. () Sim, no tráfico de drogas
2. () Sim, em outras atividades
3. () Sim, no tráfico e em outras atividades
4. () Não
0. () Não sabe/não informa

22 – Com o que costuma gastar dinheiro?

- | | |
|---------------------------------|---|
| 1. () Alimentação | 7. () Equipamentos eletrônicos (celular, jogos, TV, DVD, computador) |
| 2. () Itens de higiene pessoal | 8. () Auxiliar a renda da família |
| 3. () Itens de vestuário | 9. () Bebida (álcool) ou cigarro (tabaco) |
| 4. () Lazer | 10. () Droga |
| 5. () Transporte | 11. () Outros |
| 6. () Cursos/educação | 0. () Não sabe/não informa |

PARTE II – PERCEPÇÃO SOCIAL E EXPERIÊNCIA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

23 – Atividade(s) física(s) que gosta ou gostaria de praticar

- | | |
|------------------|--|
| 1. () Futebol | 8. () Dança/Dança de rua |
| 2. () Basquete | 9. () Queimada |
| 3. () Vôlei | 10. () Academia /musculação/ginástica |
| 4. () Skate | 11. () Artes marciais/luta |
| 5. () Ciclismo | 12. () Outra(s) |
| 6. () Atletismo | 13. () Não pratica/não quer praticar |
| 7. () Natação | 0. () Não sabe/não informa |

24 – O que dificulta a sua prática de atividade física

- | | |
|---|--------------------------------------|
| 1. () Espaço físico inadequado ou insuficiente na comunidade | 7. () Falta de dinheiro para pagar |
| 2. () Poucas opções de atividades | 8. () Falta de iniciativa/interesse |
| 3. () Falta de companhia | 9. () Outra |
| 4. () Falta de incentivo | 10. () Não há dificuldade |
| 5. () Falta de transporte | 0. () Não sabe/não informa |
| 6. () Dificuldade de relacionamento com outros adolescentes | |

25 – Atividade(s) de cultura e lazer que gosta ou gostaria de frequentar

- | | |
|---------------------------|---|
| 1. () Shows | 6. () Festas, baile funk, boate, frevo e afins |
| 2. () Cinema | 7. () Outra(s) |
| 3. () Teatro | 8. () Nenhuma |
| 4. () Clubes | 0. () Não sabe/não informa |
| 5. () Exposições (museu) | |

26 – Que tipo de violência já sofreu na vida?

1. () Física
2. () Sexual
3. () Psicológica
4. () Outra(s)
5. () Não sofreu
0. () Não sabe/não informa



27 – As violências que já sofreu na vida foram associadas a que situação(ões)?

1. () Conflito com a polícia
2. () Tráfico de drogas
3. () Conflito entre gangues/grupos rivais
4. () Conflito na escola
5. () Conflito na família
6. () Outros motivos
7. () Não sofreu violência
0. () Não sabe/não informa

28 – Que áreas interessam a você para um curso profissionalizante ou trabalho?

- | | |
|---|-----------------------------|
| 1. () Informática | 11. () Eletroeletrônica |
| 2. () Comércio | 12. () Metalurgia |
| 3. () Telecomunicações | 13. () Gráfica |
| 4. () Moda | 14. () Artes/artesanato |
| 5. () Conservação e zeladoria/limpeza | 15. () Secretariado |
| 6. () Saúde | 16. () Turismo/hotelaria |
| 7. () Construção civil | 17. () Outro(s) |
| 8. () Mecânica de automóveis | 18. () Nenhum |
| 9. () Beleza/Estética | 0. () Não sabe/não informa |
| 10. () Produção de alimentos/gastronomia/panificação | |

29 – Quando precisa de informação ou orientação sobre seu processo, quem informa ou acompanha sua situação processual?

1. () Família
2. () Defensor
3. () Técnico/especialista (assistente social, pedagoga, psicóloga)
4. () ATRS/agente/monitor/educador
5. () Auxiliar administrativo(a)
6. () Outros
7. () Não obtém informação
0. () Não sabe/não informa

30 – Onde você se sente mais seguro? (SÓ 1 RESPOSTA)

1. () Em casa
2. () Na rua
3. () Na casa de familiares
4. () Na casa de amigos
5. () Na escola
6. () No local onde presta serviço comunitário
7. () Próximo da polícia
8. () Distante da polícia
9. () Em outros locais
10. () Em nenhum local
0. () Não sabe/não informa

31 – Onde você se sente mais inseguro? (SÓ 1 RESPOSTA)

1. () Em casa
2. () Na rua
3. () Na casa de familiares
4. () Na casa de amigos
5. () Na escola
6. () No local onde presta serviço comunitário
7. () Próximo da polícia
8. () Distante da polícia
9. () Em outros locais
10. () Em nenhum local
0. () Não sabe/não informa

32 – Informe se as frases abaixo são verdadeiras ou falsas segundo a sua experiência de vida e na medida socioeducativa

	V	F	NA
1. A equipe socioeducativa costuma entrar em contato com a escola para saber do meu desempenho.			
2. Tenho planos para quando acabar a medida.			
3. A equipe socioeducativa pergunta como estão minhas notas.			
4. A equipe socioeducativa me incentiva a estudar.			
5. Se eu precisar de serviço de saúde, consigo facilmente enquanto cumpro a medida.			
6. Minha família é atendida com frequência pela equipe socioeducativa da medida.			
7. A equipe socioeducativa costuma conversar com a gente.			



<i>Continuação</i>	V	F	NA
8. Participei da construção do meu Plano Individual de Atendimento (PIA).			
9. Minha família participou da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).			
10. O Plano Individual de Atendimento (PIA) está sendo cumprido.			
11. Droga é coisa comum entre adolescentes que estão cumprindo medida.			
12. Quem cumpre medida, quando sai, volta pro "crime".			
13. Imagino que estarei trabalhando daqui a cinco anos.			
14. Sou bem atendido nos serviços de saúde.			
15. Não gosto de estudar.			
16. É justo que eu pague pelo que eu fiz.			
17. Não é justo perder minha liberdade.			
18. Acho que a medida de PSC tem bons resultados.			
19. Já me envolvi em conflitos na escola.			
20. Em casa, tem quem cuide de mim se eu estiver doente.			
21. Tenho boas lembranças dos meus pais.			
22. Pretendo constituir família.			
23. O ambiente onde sou atendido na UAMA me deixa à vontade para conversar com o técnico.			
24. Minha infância foi boa.			
25. Já apanhei em casa.			
26. Na minha casa é normal acontecer agressão física.			
27. Já me senti rejeitado(a) por minha família.			
28. Daqui a 10 anos, terei uma vida melhor.			
29. Os problemas da minha família contribuíram para eu estar aqui.			
30. A medida ajuda na minha educação.			
31. Tenho bom relacionamento com os professores na escola.			
32. Minha família acredita que eu vou ser melhor depois da medida.			
33. Ir à escola pode mudar minha vida.			
34. Estar na medida deixa a minha família envergonhada.			
35. Os móveis das salas de atendimento da UAMA estão em bom estado.			
36. Na escola me sinto discriminado por cumprir medida socioeducativa.			
37. A rua atrapalha que eu mude de vida.			
38. O que os técnicos me dizem na UAMA me ajuda a tomar decisões.			
39. Daqui a cinco anos, terei terminado o Ensino Médio.			
40. No local onde cumpro medida, existe uma pessoa que me orienta.			
41. Cumprir essa medida faz com que eu reflita sobre meus deveres como cidadão.			

Códigos – Controle

Unidades de Meio Aberto (UAMA) MA01 – Brasília MA02 – Brazlândia MA03 – Ceilândia MA04 – Gama MA05 – Guará MA06 – Núcleo Bandeirante MA07 – Paranoá MA08 – Planaltina MA09 – Recanto das Emas MA10 – Samambaia MA11 – Santa Maria MA12 – São Sebastião MA13 – Sobradinho MA14 – Taguatinga	Unidades de Internação UI01 – Unidade de Internação do Plano Piloto (UIPP/Caje) UI02 – Unidade de Internação do Recanto das Emas (Unire/Ciago) UI03 – Unidade de Internação de Planaltina (UIP) UI04 – Unidade de Internação de São Sebastião (UISS)
	Unidades de Semiliberdade US01 – Taguatinga Sul US02 – Gama Central US03 – Gama Leste US04 – Recanto das Emas – CRESEM

Códigos para a questão 7:

1. Ameaça (CP, art. 147)
2. Ato obsceno (CP, art. 233)
3. Calúnia (CP, art. 138)
4. Dano (CP, art. 163)
5. Desacato (CP, art. 331)
6. Difamação (CP, art. 139)
7. Direção sem habilitação (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, art. 309)
8. Disparo de arma de fogo (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, art. 15)
9. Estelionato (CP, art. 171)
10. Estupro /Atentado violento ao pudor (CP, art. 213)
11. Extorsão (CP, art. 158)
12. Extorsão mediante sequestro (CP, art. 159)
13. Falsa Identidade (CP, art. 307/308)
14. Falsidade ideológica (CP, art. 299)
15. Furto (CP, art. 155)
16. Homicídio (CP, art. 121)
17. Injúria (CP, art. 140)
18. Latrocínio (CP, art.157, § 3º e Lei 8.072, 1990)
19. Lesão corporal (CP, art. 129)
20. Pichação
21. Posse ou porte ilegal de arma de fogo (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003)
22. Porte de arma branca
23. Porte e uso de drogas
24. Quadrilha ou bando (CP, art. 288)
25. Receptação (CP, art. 180)
26. Resistência (CP, art. 329)
27. Rixa (CP, art. 137)
28. Roubo (CP, art. 157)
29. Sequestro e cárcere privado (CP, art. 148)
30. Tentativa de estelionato



31. Tentativa de estupro
32. Tentativa de furto
33. Tentativa de homicídio
34. Tentativa de latrocínio (CP, art.157, § 3º e Lei 8.072, 1990)
35. Tentativa de roubo
36. Tráfico de drogas (Lei 11343, de 23 de agosto de 2006, art. 33)
37. Violação de domicílio (CP, art. 150)

Códigos para a questão 13:

- | | | |
|---------------------|-------------------------|-----------------------|
| 1. Distrito Federal | 11. Mato Grosso | 21. Rio Grande do Sul |
| 2. Acre | 12. Mato Grosso do Sul | 22. Rondônia |
| 3. Alagoas | 13. Minas Gerais | 23. Roraima |
| 4. Amapá | 14. Pará | 24. Santa Catarina |
| 5. Amazonas | 15. Paraíba | 25. São Paulo |
| 6. Bahia | 16. Paraná | 26. Sergipe |
| 7. Ceará | 17. Pernambuco | 27. Tocantins |
| 8. Espírito Santo | 18. Piauí | 28. Exterior |
| 9. Goiás | 19. Rio de Janeiro | |
| 10. Maranhão | 20. Rio Grande do Norte | |

Códigos para a questão 14:

- | | |
|------------------------|---------------------------------|
| 1. Brasília | 23. Varjão |
| 2. Gama | 24. Park Way |
| 3. Taguatinga | 25. SCIA/Estrutural |
| 4. Brazlândia | 26. Sobradinho II |
| 5. Sobradinho | 27. Jardim Botânico |
| 6. Planaltina | 28. Itapoã |
| 7. Paranoá | 29. SIA |
| 8. Núcleo Bandeirante | 30. Vicente Pires |
| 9. Ceilândia | 31. Fercal |
| 10. Guará | 32. Águas Lindas de Goiás |
| 11. Cruzeiro | 33. Alexânia |
| 12. Samambaia | 34. Cidade Ocidental |
| 13. Santa Maria | 35. Cristalina |
| 14. São Sebastião | 36. Formosa |
| 15. Recanto das Emas | 37. Luziânia |
| 16. Lago Sul | 38. Novo Gama |
| 17. Riacho Fundo | 39. Padre Bernardo |
| 18. Lago Norte | 40. Planaltina |
| 19. Candangolândia | 41. Santo Antônio do Descoberto |
| 20. Águas Claras | 42. Valparaíso de Goiás |
| 21. Riacho Fundo II | 43. Outro |
| 22. Sudoeste/Octogonal | |



PERFIL E PERCEPÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
Liberdade assistida

CONTROLE		
Nº: _____ UNIDADE: _____ DATA DA COLETA: ____/____/____ RESPONSÁVEL: _____		
PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL		
1 – Reincidente? 1. () Sim 2. () Não 0. () Não informa	2 – Número de passagens pelo Sistema Socioeducativo: _____	
3 – Há quanto tempo cumpre esta medida? 1. () 0 a 2 meses 4. () Mais de 6 meses a um ano 2. () Mais de 2 a 4 meses 5. () Mais de um ano 3. () Mais de 4 a 6 meses 0. () Não sabe/não informa	4 – Ato infracional que motivou esta medida: _____ (inserir código)	
5 – Sexo 1. () Masculino 2. () Feminino	6 – Idade _____ anos completos	7 – Raça/cor 1. () Branca 3. () Parda 5. () Indígena 2. () Preta 4. () Amarela 6. () Não sabe/não informa
8 – Estado civil/conjugal 1. () Solteiro (a) 2. () Vive em união 3. () Não vive, mas já viveu em união 0. () Não sabe/não informa	9 – Quantidade de filhos: _____	10 – UF de nascimento (inserir código): _____
		11 – Local em que reside (inserir código): _____
12 – Religião 1. () Católica 2. () Protestante/Evangélica 3. () Espírita/Espiritualista 4. () Religiões afro-brasileiras 5. () Outras 6. () Não segue religião 0. () Não sabe/não informa	13 – Situação escolar 1. () Nunca estudou 2. () Não estuda atualmente 3. () Matriculado(a) e frequenta 4. () Matriculado(a) e não frequenta 0. () Não sabe/não informa	
14 – Escolaridade 1. () Sem instrução 2. () Ensino fundamental incompleto 3. () Ensino fundamental completo 4. () Ensino médio incompleto	5. () Ensino médio completo 6. () Ensino superior incompleto 7. () Ensino superior completo 0. () Não sabe/não informa	
15 – Com quem reside? 1. () Mãe 2. () Pai 3. () Irmãos 4. () Madrasta 5. () Padrasto 6. () Familiares (tios, avós, etc.) 7. () Amigos	8. () Companheira(o) 9. () Em instituição governamental 10. () Em instituição não governamental 11. () Outros 12. () Só 0. () Não sabe/não informa	
16 – Renda familiar mensal (em salários mínimos) 1. () Até ½ 2. () ½ a 1 3. () 1 a 2 4. () 2 a 3 5. () 3 a 5 6. () 5 a 10 7. () Mais que 10 0. () Não sabe/não informa		



17 – Situação trabalhista 1. () Nunca trabalhou 2. () Já trabalhou, mas não trabalha no momento 3. () Trabalha no mercado formal/CTPS 4. () Trabalha no mercado informal 5. () Trabalha como autônomo(a) 6. () Trabalha como estagiário(a) 7. () Trabalha como adolescente aprendiz 0. () Não sabe/não informa	18 – Trabalhou antes dos 14 anos? 1. () Sim, no tráfico de drogas 2. () Sim, em outras atividades 3. () Sim, no tráfico e em outras atividades 4. () Não 0. () Não sabe/não informa
19 – Com o que costuma gastar dinheiro? 1. () Alimentação 2. () Itens de higiene pessoal 3. () Itens de vestuário 4. () Lazer 5. () Transporte 6. () Cursos/educação 7. () Equipamentos eletrônicos (celular, jogos, TV,DVD,computador) 8. () Auxiliar a renda da família 9. () Bebida (álcool) ou cigarro (tabaco) 10. () Droga 11. () Outros 0. () Não sabe / não informa	
PARTE II – PERCEPÇÃO SOCIAL E EXPERIÊNCIA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
20 – Atividade(s) física(s) que gosta ou gostaria de praticar 1. () Futebol 2. () Basquete 3. () Vôlei 4. () Skate 5. () Ciclismo 6. () Atletismo 7. () Natação 8. () Dança/Dança de rua 9. () Queimada 10. () Academia /musculação/ginástica 11. () Artes marciais/luta 12. () Outra(s) 13. () Não pratica/não quer praticar 0. () Não sabe/não informa	
21 – O que dificulta a sua prática de atividade física 1. () Espaço físico inadequado ou insuficiente na comunidade 2. () Poucas opções de atividades 3. () Falta de companhia 4. () Falta de incentivo 5. () Falta de transporte 6. () Dificuldade de relacionamento com outros adolescentes 7. () Falta de dinheiro para pagar 8. () Falta de iniciativa/interesse 9. () Outra 10. () Não há dificuldade 0. () Não sabe/não informa	
22 – Atividade(s) de cultura e lazer que gosta ou gostaria de frequentar 1. () Shows 2. () Cinema 3. () Teatro 4. () Clubes 5. () Exposições (museu) 6. () Festas, baile funk, boate, frevo e afins 7. () Outra(s) 8. () Nenhuma 0. () Não sabe/não informa	23 – Que tipo de violência já sofreu na vida? 1. () Física 2. () Sexual 3. () Psicológica 4. () Outra(s) 5. () Não sofreu 0. () Não sabe/não informa
24 – As violências que já sofreu na vida foram associadas a que situação(ões)? 1. () Conflito com a polícia 2. () Tráfico de drogas 3. () Conflito entre gangues/grupos rivais 4. () Conflito na escola 5. () Conflito na família 6. () Outros motivos 7. () Não sofreu violência 0. () Não sabe/não informa	



25 – Que áreas interessam a você para um curso profissionalizante ou trabalho?

- | | |
|---|-----------------------------|
| 1. () Informática | 11. () Eletroeletrônica |
| 2. () Comércio | 12. () Metalurgia |
| 3. () Telecomunicações | 13. () Gráfica |
| 4. () Moda | 14. () Artes/artesanato |
| 5. () Conservação e zeladoria/limpeza | 15. () Secretariado |
| 6. () Saúde | 16. () Turismo/hotelaria |
| 7. () Construção civil | 17. () Outro(s) |
| 8. () Mecânica de automóveis | 18. () Nenhum |
| 9. () Beleza/Estética | 0. () Não sabe/não informa |
| 10. () Produção de alimentos/gastronomia/panificação | |

26 – Quando precisa de informação ou orientação sobre seu processo, quem informa ou acompanha sua situação processual?

1. () Família
2. () Defensor
3. () Técnico/especialista (assistente social, pedagoga, psicóloga)
4. () ATRS/agente/monitor/educador
5. () Auxiliar administrativo(a)
6. () Outros
7. () Não obtém informação
0. () Não sabe/não informa

27 – Onde você se sente mais seguro? (SÓ 1 RESPOSTA)

1. () Em casa
2. () Na rua
3. () Na casa de familiares
4. () Na casa de amigos
5. () Na escola
6. () Na unidade
7. () Próximo da polícia
8. () Distante da polícia
9. () Em outros locais
10. () Em nenhum local
0. () Não sabe/não informa

28 – Onde você se sente mais inseguro? (SÓ 1 RESPOSTA)

1. () Em casa
2. () Na rua
3. () Na casa de familiares
4. () Na casa de amigos
5. () Na escola
6. () Na unidade
7. () Próximo da polícia
8. () Distante da polícia
9. () Em outros locais
10. () Em nenhum local
0. () Não sabe/não informa

29 – Informe se as frases abaixo são verdadeiras ou falsas segundo a sua experiência de vida e na medida socioeducativa

	V	F	NA
1. A equipe socioeducativa costuma entrar em contato com a escola para saber do meu desempenho.			
2. Tenho planos para quando acabar a medida.			
3. A equipe socioeducativa pergunta como estão minhas notas.			
4. A equipe socioeducativa me incentiva a estudar.			
5. Se eu precisar de serviço de saúde, consigo facilmente enquanto cumpro a medida.			
6. Minha família é atendida com frequência pela equipe socioeducativa da medida.			
7. A equipe socioeducativa costuma conversar com a gente.			
8. Participei da construção do meu Plano Individual de Atendimento (PIA).			
9. Minha família participou da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).			
10. O Plano Individual de Atendimento (PIA) está sendo cumprido.			
11. Droga é coisa comum entre adolescentes que estão cumprindo medida.			
12. Quem cumpre medida, quando sai, volta pro “crime”.			
13. Imagino que estarei trabalhando daqui a cinco anos.			
14. Sou bem atendido nos serviços de saúde.			
15. Não gosto de estudar.			
16. É justo que eu pague pelo que eu fiz.			



<i>Continuação</i>	V	F	NA
17. Não é justo perder minha liberdade.			
18. Acho que a medida de liberdade assistida tem bons resultados.			
19. Já me envolvi em conflitos na escola.			
20. Em casa, tem quem cuide de mim se eu estiver doente.			
21. Tenho boas lembranças dos meus pais.			
22. Pretendo constituir família.			
23. O ambiente onde sou atendido na unidade me deixa à vontade para conversar com o técnico.			
24. Minha infância foi boa.			
25. Já apanhei em casa.			
26. Na minha casa é normal acontecer agressão física.			
27. Já me senti rejeitado(a) por minha família.			
28. Daqui a 10 anos, terei uma vida melhor.			
29. Os problemas da minha família contribuíram para eu estar aqui.			
30. A medida ajuda na minha educação.			
31. Tenho bom relacionamento com os professores na escola.			
32. Minha família acredita que eu vou ser melhor depois da medida.			
33. Ir à escola pode mudar minha vida.			
34. Estar na medida deixa a minha família envergonhada.			
35. Os móveis das salas de atendimento da unidade estão em bom estado.			
36. Na escola me sinto discriminado por cumprir medida socioeducativa.			
37. A rua atrapalha que eu mude de vida.			
38. O que os técnicos me dizem na Liberdade Assistida me ajuda a tomar decisões.			
39. Daqui a cinco anos, terei terminado o Ensino Médio.			

Códigos – Controle

Unidades de Meio Aberto (UAMA) MA01 – Brasília MA02 – Brazlândia MA03 – Ceilândia MA04 – Gama MA05 – Guará MA06 – Núcleo Bandeirante MA07 – Paranoá MA08 – Planaltina MA09 – Recanto das Emas MA10 – Samambaia MA11 – Santa Maria MA12 – São Sebastião MA13 – Sobradinho MA14 – Taguatinga	Unidades de Internação UI01 – Unidade de Internação do Plano Piloto (UIPP/Caje) UI02 – Unidade de Internação do Recanto das Emas (Unire/Ciogo) UI03 – Unidade de Internação de Planaltina (UIP) UI04 – Unidade de Internação de São Sebastião (UISS) Unidades de Semiliberdade US01 – Taguatinga Sul US02 – Gama Central US03 – Gama Leste US04 – Recanto das Emas – CRESEM
---	--



Códigos para a questão 4:

1. Ameaça (CP, art. 147)
2. Ato obsceno (CP, art. 233)
3. Calúnia (CP, art. 138)
4. Dano (CP, art. 163)
5. Desacato (CP, art. 331)
6. Difamação (CP, art. 139)
7. Direção sem habilitação (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, art. 309)
8. Disparo de arma de fogo (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, art. 15)
9. Estelionato (CP, art. 171)
10. Estupro /Atentado violento ao pudor (CP, art. 213)
11. Extorsão (CP, art. 158)
12. Extorsão mediante sequestro (CP, art. 159)
13. Falsa Identidade (CP, art. 307/308)
14. Falsidade ideológica (CP, art. 299)
15. Furto (CP, art. 155)
16. Homicídio (CP, art. 121)
17. Injúria (CP, art. 140)
18. Latrocínio (CP, art.157, § 3º e Lei 8.072, 1990)
19. Lesão corporal (CP, art. 129)
20. Pichação
21. Posse ou porte ilegal de arma de fogo (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003)
22. Porte de arma branca
23. Porte e uso de drogas
24. Quadrilha ou bando (CP, art. 288)
25. Receptação (CP, art. 180)
26. Resistência (CP, art. 329)
27. Rixa (CP, art. 137)
28. Roubo (CP, art. 157)
29. Sequestro e cárcere privado (CP, art. 148)
30. Tentativa de estelionato
31. Tentativa de estupro
32. Tentativa de furto
33. Tentativa de homicídio
34. Tentativa de latrocínio (CP, art.157, § 3º e Lei 8.072, 1990)
35. Tentativa de roubo
36. Tráfico de drogas (Lei 11343, de 23 de agosto de 2006, art. 33)
37. Violação de domicílio (CP, art. 150)



Códigos para a questão 10:

1. Distrito Federal	11. Mato Grosso	21. Rio Grande do Sul
2. Acre	12. Mato Grosso do Sul	22. Rondônia
3. Alagoas	13. Minas Gerais	23. Roraima
4. Amapá	14. Pará	24. Santa Catarina
5. Amazonas	15. Paraíba	25. São Paulo
6. Bahia	16. Paraná	26. Sergipe
7. Ceará	17. Pernambuco	27. Tocantins
8. Espírito Santo	18. Piauí	28. Exterior
9. Goiás	19. Rio de Janeiro	
10. Maranhão	20. Rio Grande do Norte	

Códigos para a questão 11:

1. Brasília	23. Varjão
2. Gama	24. Park Way
3. Taguatinga	25. SCIA/Estrutural
4. Brazlândia	26. Sobradinho II
5. Sobradinho	27. Jardim Botânico
6. Planaltina	28. Itapoã
7. Paranoá	29. SIA
8. Núcleo Bandeirante	30. Vicente Pires
9. Ceilândia	31. Fercal
10. Guará	32. Águas Lindas de Goiás
11. Cruzeiro	33. Alexânia
12. Samambaia	34. Cidade Ocidental
13. Santa Maria	35. Cristalina
14. São Sebastião	36. Formosa
15. Recanto das Emas	37. Luziânia
16. Lago Sul	38. Novo Gama
17. Riacho Fundo	39. Padre Bernardo
18. Lago Norte	40. Planaltina
19. Candangolândia	41. Santo Antônio do Descoberto
20. Águas Claras	42. Valparaíso de Goiás
21. Riacho Fundo II	43. Outro
22. Sudoeste/Octogonal	



PERFIL E PERCEPÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
Semiliberdade

CONTROLE		
Nº: _____ UNIDADE: _____ DATA DA COLETA: ____/____/____ RESPONSÁVEL: _____		
PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL		
1 – Reincidente? 1. () Sim 2. () Não 0. () Não informa	2 – Número de passagens pelo Sistema Socioeducativo: _____	
3 – Há quanto tempo cumpre esta medida? 1. () 0 a 2 meses 2. () Mais de 2 a 4 meses 3. () Mais de 4 a 6 meses 4. () Mais de 6 meses a um ano 5. () Mais de um ano 0. () Não sabe/não informa	4 – Ato infracional que motivou esta medida: _____ (inserir código)	
	5 – Quantas vezes evadiu da semiliberdade? ____ 99. () Não sabe/não informa	
6 – Sexo 1. () Masculino 2. () Feminino	7 – Idade _____ anos completos	8 – Raça/cor 1. () Branca 3. () Parda 5. () Indígena 2. () Preta 4. () Amarela 6. () Não sabe/não informa
9 – Estado civil/conjugal 1. () Solteiro (a) 2. () Vive em união 3. () Não vive, mas já viveu em união 0. () Não sabe/não informa	10 – Quantidade de filhos: _____	
	11 – UF de nascimento (inserir código): _____	
	12 – Local em que reside (inserir código): _____	
13 – Religião 1. () Católica 2. () Protestante/Evangélica 3. () Espírita/Espiritualista 4. () Religiões afro-brasileiras 5. () Outras 6. () Não segue religião 0. () Não sabe/não informa	14 – Situação escolar 1. () Nunca estudou 2. () Não estuda atualmente 3. () Matriculado(a) e frequenta 4. () Matriculado(a) e não frequenta 0. () Não sabe/não informa	
	15 – Escolaridade 1. () Sem instrução 2. () Ensino fundamental incompleto 3. () Ensino fundamental completo 4. () Ensino médio incompleto 5. () Ensino médio completo 6. () Ensino superior incompleto 7. () Ensino superior completo 0. () Não sabe/não informa	
16 – Com quem reside? 1. () Mãe 2. () Pai 3. () Irmãos 4. () Madrasta 5. () Padrasto 6. () Familiares (tios, avós, etc.) 7. () Amigos	8. () Companheira(o) 9. () Em instituição governamental 10. () Em instituição não governamental 11. () Outros 12. () Só 0. () Não sabe/não informa	
	17 – Renda familiar mensal (em salários mínimos) 1. () Até ½ 2. () ½ a 1 3. () 1 a 2 4. () 2 a 3 5. () 3 a 5 6. () 5 a 10 7. () Mais que 10 0. () Não sabe/não informa	



18 – Situação trabalhista 1. () Nunca trabalhou 2. () Já trabalhou, mas não trabalha no momento 3. () Trabalha no mercado formal/CTPS 4. () Trabalha no mercado informal 5. () Trabalha como autônomo(a) 6. () Trabalha como estagiário(a) 7. () Trabalha como adolescente aprendiz 0. () Não sabe/não informa	19 – Trabalhou antes dos 14 anos? 1. () Sim, no tráfico de drogas 2. () Sim, em outras atividades 3. () Sim, no tráfico e outras atividades 4. () Não 0. () Não sabe/não informa
20 – Com o que costuma gastar dinheiro? 1. () Alimentação 2. () Itens de higiene pessoal 3. () Itens de vestuário 4. () Lazer 5. () Transporte 6. () Cursos/educação 7. () Equipamentos eletrônicos (celular, jogos, TV,DVD,computador) 8. () Auxiliar a renda da família 9. () Bebida (álcool) ou cigarro (tabaco) 10. () Droga 11. () Outros 0. () Não sabe / não informa	
PARTE II – PERCEPÇÃO SOCIAL E EXPERIÊNCIA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
21 – Atividade(s) física(s) que gosta ou gostaria de praticar 1. () Futebol 2. () Basquete 3. () Vôlei 4. () Skate 5. () Ciclismo 6. () Atletismo 7. () Natação 8. () Dança/Dança de rua 9. () Queimada 10. () Academia /musculação/ginástica 11. () Artes marciais/luta 12. () Outra(s) 13. () Não pratica/não quer praticar 0. () Não sabe/não informa	
22 – O que dificulta a sua prática de atividade física 1. () Espaço físico inadequado ou insuficiente na comunidade 2. () Poucas opções de atividades 3. () Falta de companhia 4. () Falta de incentivo 5. () Dificuldade de relacionamento com outros adolescentes 6. () Falta de iniciativa/interesse 7. () Falta de dinheiro para pagar 8. () Falta de transporte 9. () Outra 10. () Não há dificuldade 0. () Não sabe/não informa	
23 – Atividade(s) de cultura e lazer que gosta ou gostaria de frequentar 1. () Shows 2. () Cinema 3. () Teatro 4. () Clubes 5. () Exposições (museu) 6. () Festas, baile funk, boate, frevo e afins 7. () Outra(s) 8. () Nenhuma 0. () Não sabe/não informa	24 – Que tipo de violência já sofreu na vida? 1. () Física 2. () Sexual 3. () Psicológica 4. () Outra(s) 5. () Não sofreu 0. () Não sabe/não informa
25 – As violências que já sofreu na vida foram associadas a que situação(ões)? 1. () Conflito com a polícia 2. () Tráfico de drogas 3. () Conflito entre gangues/grupos rivais 4. () Conflito na escola 5. () Conflito na família 6. () Outros motivos 7. () Não sofreu violência 0. () Não sabe/não informa	



26 – Que áreas interessam a você para um curso profissionalizante ou trabalho?

- | | |
|---|-----------------------------|
| 1. () Informática | 11. () Eletroeletrônica |
| 2. () Comércio | 12. () Metalurgia |
| 3. () Telecomunicações | 13. () Gráfica |
| 4. () Moda | 14. () Artes/artesanato |
| 5. () Conservação e zeladoria/limpeza | 15. () Secretariado |
| 6. () Saúde | 16. () Turismo/hotelaria |
| 7. () Construção civil | 17. () Outro(s) |
| 8. () Mecânica de automóveis | 18. () Nenhum |
| 9. () Beleza/Estética | 0. () Não sabe/não informa |
| 10. () Produção de alimentos/gastronomia/panificação | |

27 – Quando precisa de informação ou orientação sobre seu processo, quem informa ou acompanha sua situação processual?

1. () Família
2. () Defensor
3. () Técnico/especialista (assistente social, pedagoga, psicóloga)
4. () ATRS/agente/monitor/educador
5. () Auxiliar administrativo(a)
6. () Outros
7. () Não obtém informação
0. () Não sabe/não informa

28 – Onde você se sente mais seguro?

1. () Em casa
2. () Na rua
3. () Na casa de familiares
4. () Na casa de amigos
5. () Na escola
6. () Na unidade de semiliberdade
7. () Próximo da polícia
8. () Distante da polícia
9. () Em outros locais
10. () Em nenhum local
0. () Não sabe/não informa

29 – Onde você se sente mais inseguro(a)?

1. () Em casa
2. () Na rua
3. () Na casa de familiares
4. () Na casa de amigos
5. () Na escola
6. () Na unidade de semiliberdade
7. () Próximo da polícia
8. () Distante da polícia
9. () Em outros locais
10. () Em nenhum local
0. () Não sabe/não informa

30 – Informe se as frases abaixo são verdadeiras ou falsas segundo a sua experiência de vida e na medida socioeducativa

	V	F	NA
--	---	---	----

	V	F	NA
1. Tenho planos para quando acabar a medida.			
2. A equipe socioeducativa pergunta como estão minhas notas.			
3. A equipe socioeducativa me incentiva a estudar.			
4. Se eu precisar de serviço de saúde, consigo facilmente enquanto cumpro a medida.			
5. Minha família é atendida com frequência pela equipe socioeducativa da medida.			
6. A equipe socioeducativa costuma conversar com a gente.			
7. Particpei da construção do meu Plano Individual de Atendimento (PIA).			
8. Minha família participou da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).			
9. O Plano Individual de Atendimento (PIA) está sendo cumprido.			
10. Droga é coisa comum entre os adolescentes que cumprem a semiliberdade.			
11. Quem cumpre medida, quando sai, volta pro "crime".			
12. Sou bem atendido nos serviços de saúde.			
13. Não gosto de estudar.			
14. É justo que eu pague pelo que eu fiz.			
15. Não é justo perder minha liberdade.			
16. Acho que a semiliberdade tem bons resultados.			
17. Já me envolvi em conflitos na escola.			



<i>Continuação</i>	V	F	NA
18. Em casa, tem quem cuide de mim se eu estiver doente.			
19. Tenho boas lembranças dos meus pais.			
20. Daqui a cinco anos, terei terminado o Ensino Médio.			
21. Pretendo constituir família.			
22. Me sinto à vontade para conversar com os técnicos da unidade.			
23. Minha infância foi boa.			
24. Já apanhei em casa.			
25. Na minha casa é normal acontecer agressão física.			
26. Já me senti rejeitado(a) por minha família.			
27. Daqui a 10 anos, terei uma vida melhor.			
28. Os problemas da minha família contribuíram para eu estar aqui.			
29. A medida ajuda na minha educação.			
30. Tenho bom relacionamento com os professores na escola.			
31. Minha família acredita que eu vou ser melhor depois da medida.			
32. Ir à escola pode mudar minha vida.			
33. Estar na medida deixa a minha família envergonhada.			
34. A casa da semiliberdade é bem arejada.			
35. Gosto da comida oferecida na casa da semiliberdade.			
36. A quantidade de comida servida é suficiente.			
37. O colchão em que eu durmo está em bom estado.			
38. A unidade é um ambiente de educação.			
39. A semiliberdade é como uma prisão.			
40. A rua atrapalha que eu mude de vida.			
41. Imagino que estarei trabalhando daqui a cinco anos.			
42. O que os técnicos me dizem na semiliberdade me ajuda a refletir sobre minhas atitudes.			

4

Códigos – Controle

Unidades de Meio Aberto (UAMA) MA01 – Brasília MA02 – Brazlândia MA03 – Ceilândia MA04 – Gama MA05 – Guará MA06 – Núcleo Bandeirante MA07 – Paranoá MA08 – Planaltina MA09 – Recanto das Emas MA10 – Samambaia MA11 – Santa Maria MA12 – São Sebastião MA13 – Sobradinho MA14 – Taguatinga	Unidades de Internação UI01 – Unidade de Internação do Plano Piloto (UIPP/Caje) UI02 – Unidade de Internação do Recanto das Emas (Unire/Ciogo) UI03 – Unidade de Internação de Planaltina (UIP) UI04 – Unidade de Internação de São Sebastião (UISS) Unidades de Semiliberdade US01 – Taguatinga Sul US02 – Gama Central US03 – Gama Leste US04 – Recanto das Emas – CRESEM
---	--

Códigos para a questão 4:

1. Ameaça (CP, art. 147)
2. Ato obsceno (CP, art. 233)
3. Calúnia (CP, art. 138)
4. Dano (CP, art. 163)
5. Desacato (CP, art. 331)
6. Difamação (CP, art. 139)
7. Direção sem habilitação (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, art. 309)
8. Disparo de arma de fogo (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, art. 15)
9. Estelionato (CP, art. 171)
10. Estupro /Atentado violento ao pudor (CP, art. 213)
11. Extorsão (CP, art. 158)
12. Extorsão mediante sequestro (CP, art. 159)
13. Falsa Identidade (CP, art. 307/308)
14. Falsidade ideológica (CP, art. 299)
15. Furto (CP, art. 155)
16. Homicídio (CP, art. 121)
17. Injúria (CP, art. 140)
18. Latrocínio (CP, art.157, § 3º e Lei 8.072, 1990)
19. Lesão corporal (CP, art. 129)
20. Pichação
21. Posse ou porte ilegal de arma de fogo (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003)
22. Porte de arma branca
23. Porte e uso de drogas
24. Quadrilha ou bando (CP, art. 288)
25. Receptação (CP, art. 180)
26. Resistência (CP, art. 329)
27. Rixa (CP, art. 137)
28. Roubo (CP, art. 157)
29. Sequestro e cárcere privado (CP, art. 148)
30. Tentativa de estelionato
31. Tentativa de estupro
32. Tentativa de furto
33. Tentativa de homicídio
34. Tentativa de latrocínio (CP, art.157, § 3º e Lei 8.072, 1990)
35. Tentativa de roubo
36. Tráfico de drogas (Lei 11343, de 23 de agosto de 2006, art. 33)
37. Violação de domicílio (CP, art. 150)



Códigos para a questão 10:

1. Distrito Federal	11. Mato Grosso	21. Rio Grande do Sul
2. Acre	12. Mato Grosso do Sul	22. Rondônia
3. Alagoas	13. Minas Gerais	23. Roraima
4. Amapá	14. Pará	24. Santa Catarina
5. Amazonas	15. Paraíba	25. São Paulo
6. Bahia	16. Paraná	26. Sergipe
7. Ceará	17. Pernambuco	27. Tocantins
8. Espírito Santo	18. Piauí	28. Exterior
9. Goiás	19. Rio de Janeiro	
10. Maranhão	20. Rio Grande do Norte	

Códigos para a questão 11:

1. Brasília	23. Varjão
2. Gama	24. Park Way
3. Taguatinga	25. SCIA/Estrutural
4. Brazlândia	26. Sobradinho II
5. Sobradinho	27. Jardim Botânico
6. Planaltina	28. Itapoã
7. Paranoá	29. SIA
8. Núcleo Bandeirante	30. Vicente Pires
9. Ceilândia	31. Fercal
10. Guará	32. Águas Lindas de Goiás
11. Cruzeiro	33. Alexânia
12. Samambaia	34. Cidade Ocidental
13. Santa Maria	35. Cristalina
14. São Sebastião	36. Formosa
15. Recanto das Emas	37. Luziânia
16. Lago Sul	38. Novo Gama
17. Riacho Fundo	39. Padre Bernardo
18. Lago Norte	40. Planaltina
19. Candangolândia	41. Santo Antônio do Descoberto
20. Águas Claras	42. Valparaíso de Goiás
21. Riacho Fundo II	43. Outro
22. Sudoeste/Octogonal	



PERFIL E PERCEPÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
Internação

CONTROLE		
Nº: _____ UNIDADE: _____ DATA DA COLETA: ____/____/____ RESPONSÁVEL: _____		
PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL		
1 – Reincidente? 1. () Sim 2. () Não 0. () Não informa	2 – Número de passagens pelo Sistema Socioeducativo: _____	
3 – Há quanto tempo cumpre esta medida? 1. () 0 a 2 meses 4. () Mais de 6 meses a um ano 2. () Mais de 2 a 4 meses 5. () Mais de um ano 3. () Mais de 4 a 6 meses 0. () Não sabe/não informa	4 – Ato infracional que motivou esta medida: _____ (inserir código)	
5 – Sexo 1. () Masculino 2. () Feminino	6 – Idade _____ anos completos	7 – Raça/cor 1. () Branca 3. () Parda 5. () Indígena 2. () Preta 4. () Amarela 6. () Não sabe/não informa
8 – Estado civil/conjugal 1. () Solteiro (a) 2. () Vive em união 3. () Não vive, mas já viveu em união 0. () Não sabe / não informa	9 – Quantidade de filhos: _____	10 – UF de nascimento (inserir código): _____
		11 – Local em que reside (inserir código): _____
12 – Religião 1. () Católica 2. () Protestante/Evangélica 3. () Espírita/Espiritualista 4. () Religiões afro-brasileiras 5. () Outras 6. () Não segue religião 0. () Não sabe/não informa	13 – Situação escolar 1. () Nunca estudou 2. () Não estuda atualmente 3. () Matriculado(a) e frequenta 4. () Matriculado(a) e não frequenta 0. () Não sabe/não informa	1
14 – Escolaridade 1. () Sem instrução 2. () Ensino fundamental incompleto 3. () Ensino fundamental completo 4. () Ensino médio incompleto 5. () Ensino médio completo 6. () Ensino superior incompleto 7. () Ensino superior completo 0. () Não sabe/não informa		
15 – Com quem reside? 1. () Mãe 2. () Pai 3. () Irmãos 4. () Madrasta 5. () Padrasto 6. () Familiares (tios, avós, etc.) 7. () Amigos	8. () Companheira(o) 9. () Em instituição governamental 10. () Em instituição não governamental 11. () Outros 12. () Só 0. () Não sabe/não informa	
16 – Renda familiar mensal (em salários mínimos) 1. () Até ½ 2. () ½ a 1 3. () 1 a 2 4. () 2 a 3 5. () 3 a 5 6. () 5 a 10 7. () Mais que 10 0. () Não sabe/não informa		



17 – Situação trabalhista antes do cumprimento da medida 1. () Nunca trabalhou 2. () Já trabalhou, mas não trabalha no momento 3. () Trabalhava no mercado formal/CTPS 4. () Trabalhava no mercado informal 5. () Trabalhava como autônomo(a) 6. () Trabalhava como estagiário(a) 7. () Trabalhava como adolescente aprendiz 0. () Não sabe/não informa	18 – Trabalhou antes dos 14 anos? 1. () Sim, no tráfico de drogas 2. () Sim, em outras atividades 3. () Sim, no tráfico e em outras atividades 4. () Não 0. () Não sabe/não informa
19 – Com o que costuma gastar dinheiro? 1. () Alimentação 2. () Itens de higiene pessoal 3. () Itens de vestuário 4. () Lazer 5. () Transporte 6. () Cursos/educação 7. () Equipamentos eletrônicos (celular, jogos, TV,DVD,computador) 8. () Auxiliar a renda da família 9. () Bebida (álcool) ou cigarro (tabaco) 10. () Droga 11. () Outros 0. () Não sabe / não informa	
PARTE II – PERCEPÇÃO SOCIAL E EXPERIÊNCIA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
20 – Atividade(s) física(s) que gosta ou gostaria de praticar 1. () Futebol 2. () Basquete 3. () Vôlei 4. () Skate 5. () Ciclismo 6. () Atletismo 7. () Natação 8. () Dança/Dança de rua 9. () Queimada 10. () Academia /musculação/ginástica 11. () Artes marciais/luta 12. () Outra(s) 13. () Não pratica/não quer praticar 0. () Não sabe/não informa	
21 – O que dificulta a sua prática de atividade física 1. () Espaço físico inadequado ou insuficiente na unidade 2. () Poucas opções de atividades 3. () Falta de companhia 4. () Falta de incentivo 5. () Falta de iniciativa/interesse 6. () Dificuldade de relacionamento com outros adolescentes 7. () Outra 8. () Não há dificuldade 0. () Não sabe/não informa	
22 – Atividade(s) de cultura e lazer que gosta ou gostaria de frequentar 1. () Shows 2. () Cinema 3. () Teatro 4. () Clubes 5. () Exposições (museu) 6. () Festas, baile funk, boate, frevo e afins 7. () Outra(s) 8. () Nenhuma 0. () Não sabe/não informa	23 – Que tipo de violência já sofreu na vida? 1. () Física 2. () Sexual 3. () Psicológica 4. () Outra(s) 5. () Não sofreu 0. () Não sabe/não informa
24 – As violências que já sofreu na vida foram associadas a que situação(ões)? 1. () Conflito com a polícia 2. () Tráfico de drogas 3. () Conflito entre gangues/grupos rivais 4. () Conflito na escola 5. () Conflito na família 6. () Outros motivos 7. () Não sofreu violência 0. () Não sabe/não informa	



25 – Que áreas interessam a você para um curso profissionalizante ou trabalho?

- | | |
|---|-----------------------------|
| 1. () Informática | 11. () Eletroeletrônica |
| 2. () Comércio | 12. () Metalurgia |
| 3. () Telecomunicações | 13. () Gráfica |
| 4. () Moda | 14. () Artes/artesanato |
| 5. () Conservação e zeladoria/limpeza | 15. () Secretariado |
| 6. () Saúde | 16. () Turismo/hotelaria |
| 7. () Construção civil | 17. () Outro(s) |
| 8. () Mecânica de automóveis | 18. () Nenhum |
| 9. () Beleza/Estética | 0. () Não sabe/não informa |
| 10. () Produção de alimentos/gastronomia/panificação | |

26 – Quando precisa de informação ou orientação sobre seu processo, quem informa ou acompanha sua situação processual?

1. () Família
2. () Defensor
3. () Técnico/especialista (assistente social, pedagoga, psicóloga)
4. () ATRS/agente/monitor/educador
5. () Auxiliar administrativo(a)
6. () Outros
7. () Não obtém informação
0. () Não sabe/não informa

27 – Onde você se sente mais seguro?

1. () Em casa
2. () Na rua
3. () Na casa de familiares
4. () Na casa de amigos
5. () Na escola
6. () Na unidade
7. () Próximo da polícia
8. () Distante da polícia
9. () Em outros locais
10. () Em nenhum local
0. () Não sabe/não informa

28 – Onde você se sente mais inseguro(a)?

1. () Em casa
2. () Na rua
3. () Na casa de familiares
4. () Na casa de amigos
5. () Na escola
6. () Na unidade
7. () Próximo da polícia
8. () Distante da polícia
9. () Em outros locais
10. () Em nenhum local
0. () Não sabe/não informa

29 – Informe se as frases abaixo são verdadeiras ou falsas segundo a sua experiência de vida e na medida socioeducativa

	V	F	NA
1. Tenho planos para quando acabar a medida.			
2. A equipe socioeducativa pergunta como estão minhas notas.			
3. A equipe socioeducativa me incentiva a estudar.			
4. Se eu precisar de serviço de saúde, consigo facilmente enquanto cumpro a medida.			
5. Minha família é atendida com frequência pela equipe socioeducativa da medida.			
6. A equipe socioeducativa costuma conversar com a gente.			
7. Particpei da construção do meu Plano Individual de Atendimento (PIA).			
8. Minha família participou da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).			
9. O Plano Individual de Atendimento (PIA) está sendo cumprido.			
10. Droga é coisa comum aqui dentro.			
11. Quem cumpre medida, quando sai, volta pro “crime”.			
12. Sou bem atendido nos serviços de saúde.			
13. Não gosto de estudar.			
14. É justo que eu pague pelo que eu fiz.			
15. Não é justo perder minha liberdade.			
16. Acho que a internação tem bons resultados.			
17. Já me envolvi em conflitos na escola.			



<i>Continuação</i>	V	F	NA
18. Em casa, tem quem cuide de mim se eu estiver doente.			
19. Tenho boas lembranças dos meus pais.			
20. Daqui a cinco anos, terei terminado o Ensino Médio.			
21. Pretendo constituir família.			
22. Me sinto à vontade para conversar com os técnicos da unidade.			
23. Minha infância foi boa.			
24. Já apanhei em casa.			
25. Na minha casa é normal acontecer agressão física.			
26. Já me senti rejeitado(a) por minha família.			
27. Daqui a 10 anos, terei uma vida melhor.			
28. Os problemas da minha família contribuíram para eu estar aqui.			
29. A medida ajuda na minha educação.			
30. Tenho bom relacionamento com os professores na escola.			
31. Minha família acredita que eu vou ser melhor depois da medida.			
32. Ir à escola pode mudar minha vida.			
33. Estar na medida deixa a minha família envergonhada.			
34. Me sinto respeitado no serviço de saúde.			
35. Os quartos da unidade são bem arejados.			
36. Gosto da comida oferecida na unidade.			
37. A quantidade de comida servida é suficiente.			
38. O colchão em que eu durmo está em bom estado.			
39. A unidade é um ambiente de educação.			
40. A unidade é como uma prisão.			
41. A rua atrapalha que eu mude de vida.			
42. Imagino que estarei trabalhando daqui a cinco anos.			
43. O que os técnicos me dizem na internação me ajuda a refletir sobre minhas atitudes.			

4

Códigos – Controle

Unidades de Meio Aberto (UAMA) MA01 – Brasília MA02 – Brazlândia MA03 – Ceilândia MA04 – Gama MA05 – Guará MA06 – Núcleo Bandeirante MA07 – Paranoá MA08 – Planaltina MA09 – Recanto das Emas MA10 – Samambaia MA11 – Santa Maria MA12 – São Sebastião MA13 – Sobradinho MA14 – Taguatinga	Unidades de Internação UI01 – Unidade de Internação do Plano Piloto (UIPP/Caje) UI02 – Unidade de Internação do Recanto das Emas (Unire/Ciago) UI03 – Unidade de Internação de Planaltina (UIP) UI04 – Unidade de Internação de São Sebastião (UISS)
	Unidades de Semiliberdade US01 – Taguatinga Sul US02 – Gama Central US03 – Gama Leste US04 – Recanto das Emas – CRESEM

Códigos para a questão 4:

1. Ameaça (CP, art. 147)
2. Ato obsceno (CP, art. 233)
3. Calúnia (CP, art. 138)
4. Dano (CP, art. 163)
5. Desacato (CP, art. 331)
6. Difamação (CP, art. 139)
7. Direção sem habilitação (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, art. 309)
8. Disparo de arma de fogo (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, art. 15)
9. Estelionato (CP, art. 171)
10. Estupro /Atentado violento ao pudor (CP, art. 213)
11. Extorsão (CP, art. 158)
12. Extorsão mediante sequestro (CP, art. 159)
13. Falsa Identidade (CP, art. 307/308)
14. Falsidade ideológica (CP, art. 299)
15. Furto (CP, art. 155)
16. Homicídio (CP, art. 121)
17. Injúria (CP, art. 140)
18. Latrocínio (CP, art.157, § 3º e Lei 8.072, 1990)
19. Lesão corporal (CP, art. 129)
20. Pichação
21. Posse ou porte ilegal de arma de fogo (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003)
22. Porte de arma branca
23. Porte e uso de drogas
24. Quadrilha ou bando (CP, art. 288)
25. Receptação (CP, art. 180)
26. Resistência (CP, art. 329)
27. Rixa (CP, art. 137)
28. Roubo (CP, art. 157)
29. Sequestro e cárcere privado (CP, art. 148)
30. Tentativa de estelionato
31. Tentativa de estupro
32. Tentativa de furto
33. Tentativa de homicídio
34. Tentativa de latrocínio (CP, art.157, § 3º e Lei 8.072, 1990)
35. Tentativa de roubo
36. Tráfico de drogas (Lei 11343, de 23 de agosto de 2006, art. 33)
37. Violação de domicílio (CP, art. 150)



Códigos para a questão 10:

1. Distrito Federal	11. Mato Grosso	21. Rio Grande do Sul
2. Acre	12. Mato Grosso do Sul	22. Rondônia
3. Alagoas	13. Minas Gerais	23. Roraima
4. Amapá	14. Pará	24. Santa Catarina
5. Amazonas	15. Paraíba	25. São Paulo
6. Bahia	16. Paraná	26. Sergipe
7. Ceará	17. Pernambuco	27. Tocantins
8. Espírito Santo	18. Piauí	28. Exterior
9. Goiás	19. Rio de Janeiro	
10. Maranhão	20. Rio Grande do Norte	

Códigos para a questão 11:

1. Brasília	23. Varjão
2. Gama	24. Park Way
3. Taguatinga	25. SCIA/Estrutural
4. Brazlândia	26. Sobradinho II
5. Sobradinho	27. Jardim Botânico
6. Planaltina	28. Itapoã
7. Paranoá	29. SIA
8. Núcleo Bandeirante	30. Vicente Pires
9. Ceilândia	31. Fercal
10. Guará	32. Águas Lindas de Goiás
11. Cruzeiro	33. Alexânia
12. Samambaia	34. Cidade Ocidental
13. Santa Maria	35. Cristalina
14. São Sebastião	36. Formosa
15. Recanto das Emas	37. Luziânia
16. Lago Sul	38. Novo Gama
17. Riacho Fundo	39. Padre Bernardo
18. Lago Norte	40. Planaltina
19. Candangolândia	41. Santo Antônio do Descoberto
20. Águas Claras	42. Valparaíso de Goiás
21. Riacho Fundo II	43. Outro
22. Sudoeste/Octogonal	